



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 124

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1984

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 166ª SESSÃO, EM 8 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Falecimento do Gen. Jayme Portela.

SENADOR ALMIR PINTO — Palestra do Governador Gonzaga Mota, do Estado do Ceará, na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

SENADOR HÉLIO GUEIROS — Ênfase dada às manifestações hostis ao candidato presidencial do PDS.

SENADOR JOÃO LOBO — Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 239/84, de autoria do Sr. Senador João Lobo, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves. **Aprovado.**

— ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81, (nº 1.529/79, na Casa de origem) que dispõe sobre aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/84 (nº 2.867/76, na Casa de origem), que introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 41/82, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 13/80, de autoria do Senador Itamar Franco, que estabelece abatimento nos preços de derivados do Petróleo e do álcool, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos. **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 240/84.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Telex encaminhado pelo Prefeito de Campina Grande — PB ao Senhor Presidente da República, solicitando que

seja dispensado à empresa "Wallig Nordeste", idêntico tratamento concedido à fábrica de tecidos "Nova América".

SENADOR JAISON BARRETO — Temário do Seminário Nacional sobre o Estatuto da Microempresa, realizado em Belo Horizonte.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Radicalização nas manifestações hostis ao candidato presidencial do PDS.

SENADOR LÔURIVAL BAPTISTA — Trabalhos desenvolvidos no Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, realizado em São Paulo.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Telex do Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, alertando sobre a inconveniência da importação de carne bovina do Mercado Comum Europeu. Reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Firmino — MG, no sentido da criação de um posto de saúde para atendimento médico-hospitalar dos trabalhadores rurais.

SENADORA EUNICE MICHILES — Problema da navegação fluvial na Amazônia.

1.5. — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Henrique Santillo, pronunciados na sessão de 4-10-84.

Do Sr. Virgílio Távora, pronunciado na sessão de 4-10-84.

5 — **PORTARIA DO DIRETOR-GERAL** Nº 47, de 1984

4 — **MESA DIRETORA**

5 — **LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

6 — **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal ALOISIO BARBOZA DE SOUZA Diretor Executivo LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial RUDY MAURER Diretor Administrativo	<div style="text-align: center;"> DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS Via Superfície: Semestre Cr\$ 3.000,00 Ano Cr\$ 6.000,00 Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00 Tiragem: 2.200 exemplares </div>

Ata da 166ª Sessão, em 8 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Almir Pinto e Luiz Cavalcante

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Fábio Lucena — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Itamar Franco — José Fragelli — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 571 E 572, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38 de 1982, que "acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante".

PARECER Nº 571, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Odacir Soares

O projeto em exame estabelece normas concernentes a obrigatoriedade de fixação de honorários de advogado do trabalhador reclamante, no processo trabalhista, dispondo que:

"Terminando em acordo ou sendo a reclamação julgada procedente, ao advogado do trabalhador reclamante, quando houver, serão arbitrados

honorários à base de vinte por cento do valor do acordo ou da condenação, conforme o caso", e

passará a constituir o § 3º do art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A medida proposta, no entender do autor, Senador Nelson Carneiro, se faz oportuna tendo em vista que a questão dos "honorários advocatícios continua indefinida no âmbito da Justiça do Trabalho", e acrescenta:

"Por outro lado, na Justiça do Trabalho é impossível pensar em termos de equilíbrio entre as partes, já que o empregador é sempre o detentor do poderio econômico, enquanto que o empregado é, invariavelmente, parte mais fraca."

O problema em foco, por sua importância e complexidade, tem ensejado a manifestação de ilustres Mestres do Direito do Trabalho, valendo destacar, dentre elas, as de Mozart Vitor Russomano e Antônio Lamarca;

"Não há por que fugirmos, no processo trabalhista, às linhas mestres da nossa formação jurídica. Devemos tornar obrigatória a presença do procurador legalmente constituído, em todas as ações de competência da Justiça do Trabalho, quer para o empregador, quer para o empregado. (M. Vitor Russomano — Comentários à Cons. das Leis do Trabalho, 4ª Edição, vol. IV, pág. 1200)."

"A nossa experiência como Juiz nos tem demonstrado a absoluta ineficácia da regra contida no art. 791, da Consolidação. Suas consequências têm sido catastróficas. Não raro, o pedido é inepto, os erros grosseiros, a formulação péssima. (Antônio Lamarca — Ação do trabalho, pág. 18)."

O problema, evidentemente, reclama uma solução. É preciso, no entanto, que a fórmula encontrada não venha resultar em detrimento de uma ou de ambas as partes mais diretamente envolvidas: Empregado e empregador.

Adotar-se, no momento, a sistemática do Código de Processo Civil, nos parece a menos comprometidora das soluções aventadas.

Assim, e por se tratar de matéria processual, somos pela aprovação do projeto, por considerá-lo constitucional e, também quanto ao mérito, nos termos da seguinte:

EMENDA Nº 1-CCJ

Substitutivo

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários, nas reclamações trabalhistas, quando houver assistência de advogados constituídos.

Art. 1º O art. 832, da Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

§ 3º Havendo assistência de advogados constituídos, a decisão condenará o vencido a pagar ao vencedor os honorários advocatícios, fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Art. 2º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 14 de setembro de 1983. — Murilo Badaró, Presidente — Odacir Soares, Relator — José Ignácio — Guilherme Palmeira — Hélio Gueiros — José Fragelli — Helvídio Nunes — Aderbal Jurema.

PARECER Nº 572, DE 1984

(Da Comissão de Legislação Social)

Relator: Senador Hélio Gueiros

Pretende o ilustre Senador Nelson Carneiro acrescentar ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho um novo parágrafo de modo que, nas reclamações trabalhistas julgadas procedentes, sejam arbitrados honorários na base de 20% do valor da causa, quando o trabalhador reclamante houver sido assistido por advogados.

Lembra o autor, na Justificativa do projeto, que a questão da condenação em honorários advocatícios continua indefinida na Justiça do Trabalho, em face da desigualdade econômica das partes litigantes.

De fato, enquanto que o empregador pode ter a seu serviço experimentados advogados, e é raro aquele que

comparece a Juízo sem a assistência de um profissional, os empregados, na maioria das vezes, em difícil situação econômica, enfrentam toda a sorte de obstáculos para demonstrar os seus direitos e, quiçá, obter o ganho de causa.

Russomano, em comentário ao problema, preconiza a presença obrigatória do procurador em todas as ações de competência da Justiça do Trabalho, criticando a ineficácia da sistemática do artigo 791 da CLT, que permite a reclamação pessoal do emprego, sem qualquer assistência jurídica. Nesse sentido, adverte, com a sua grande experiência de juiz, que as consequências são catastróficas. "Não raro", conclui, "o pedido é inepto, os erros são grosseiros, a formulação é péssima".

A douta Comissão de Constituição e Justiça, embora concordando com a tese espelhada no projeto, ofereceu-lhe substitutivo que, em resumo, traz para o âmbito da Justiça do Trabalho a regra tradicional da condenação da parte vencida nos honorários advocatícios do vencedor.

Ora, aqui houve uma total transfiguração do projeto. O que o eminente Senador Nelson Carneiro propôs foi a condenação do reclamado nos honorários de advogado do trabalhador reclamante quando a reclamatória for julgada procedente. A proposta do substitutivo, se vencedora, inibirá, totalmente, o trabalhador de escassos recursos de pleitear na Justiça a reparação de seus direitos, ante o justo receio de, não se saindo vencedor, ter de pagar à parte contrária honorários advocatícios.

Assim, somos contrários à adoção da emenda substitutiva que, além do mais, nos parece abrigar a hipótese da alínea b do artigo 253 do Regimento Interno.

Quanto ao projeto, somos pela sua aprovação, tal como foi apresentado.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 1984. — **Jutahy Magalhães**, Presidente — **Hélio Guelros**, Relator — **Gabriel Hermes** — **Jorge Kalume** — **Almir Pinto**.

PARECER Nº 573, DE 1984

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1984 (nº 281-B, de 1979, na Casa de origem), que "dá a denominação de "Afonso Pena" ao aeroporto de São José dos Pinhais, Estado do Paraná".

Relator: Senador Affonso Camargo

O Projeto de Lei, sob exame desta Douta Comissão, proveniente da Câmara dos Deputados e de autoria do ilustre Deputado Ítalo Conti, visa dar "a denominação de "Afonso Pena" ao aeroporto de São José dos Pinhais, Estado do Paraná".

Afirma o autor da proposição que "a justa homenagem que se busca prestar àquele ilustre brasileiro e homem público se justifica porque, além de o homenageado ter sido Presidente da República, altamente festejado por suas virtudes cívicas e grande amor à Pátria, nos idos de 1907, visitando o Paraná, deu início à colonização do Estado, em razão do que, também em sua homenagem, foi ali fundada a Colônia Afonso Pena, Município de São José dos Pinhais, onde está situada o referido aeroporto".

Além do mais a denominação "Aeroporto Afonso Pena" já consta na publicação Aeronautical Informal Publication" que serve de guia para as operações de aeronaves e atividades aeroportuárias em âmbito internacional.

De fato, a homenagem que se pretende prestar a Afonso Pena, esse Presidente que tantos benefícios trouxe à nação brasileira e ao Estado do Paraná, particularmente ao iniciar a colonização do Estado, é mais do que justa.

Diante do exposto cabe-nos, portanto, dar o nosso parecer favorável ao Projeto de Lei nº 103, de 1984.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1984. — **Benedito Ferreira**, Presidente — **Afonso Camargo**, Relator — **Marcelo Miranda** — **Aderbal Jurema**.

PARECERES NºS 574 E 575, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1984, que "estabelece a obrigatoriedade do uso de emblemas indicativos das repartições públicas a que pertençam nos veículos automotores dos Serviços Públicos Federais, Estaduais e Municipais".

PARECER Nº 574, DE 1984

(Da Comissão de Serviço Público Civil.)

Relator: Senador Alfredo Campos.

De iniciativa do ilustre Deputado Alcides Franciscato, vem a exame desta Comissão projeto de lei, estabelecendo a obrigatoriedade do uso de emblemas, indicativos das repartições públicas a que pertençam, nos veículos automotores dos Serviços Públicos Federal, Estaduais e Municipais.

Justificando a iniciativa, diz o seu Autor que a medida é necessária, vem que "instituído o processo de racionalização dos derivados de petróleo, nada mais justo que os veículos oficiais, tanto da União como dos Estados e Municípios, circulem apenas a serviço de suas repartições pelas estradas do País, em viagens justificadas, e nos centros urbanos em movimentação exclusiva dos funcionários autorizados.

Para que esses veículos possam ser facilmente identificados, inclusive motocicletas, deverão todos portar um emblema estampado em lugar visível, com a designação da repartição a que pertençam.

Ocorre que a pretensão esbarra na autonomia estadual e municipal, inserta no Capítulo III da Carta Magna, para gestão, em sua esfera de competência administrativa, da matéria em exame.

No que se refere à competência administrativa da União, o assunto, parece-nos superado, já que tratado pelo Decreto nº 79.399, de 1977, publicado no D.O., Seção I, Parte I, de 17 de março de 1977 classificando esses veículos, determinando-lhes os tipos de placas, faixas e siglas a usar, conforme os grupos que estabelece, e indicando, ainda, as autoridades que os podem utilizar.

Considerando, ainda, que, anteriormente, a matéria estava disciplinada pelo art. 105, parágrafo único do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 1968, somos, pelo exposto, no âmbito desta Comissão, pela rejeição do projeto sob exame.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1984. — **Fábio Lucena**, Presidente — **Alfredo Campos**, Relator — **Martins Filho** — **Claudionor Roriz** — **Galvão Modesto** — **João Lobo**.

PARECER Nº 575, DE 1984

(Da Comissão de Transporte, Comunicações e Obras Públicas)

Relator: Senador Marcelo Miranda

De iniciativa do ilustre Deputado Alcides Franciscato, vem a exame desta Comissão projeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade, nos veículos motorizados da União, dos Estados e dos Municípios, o uso de emblemas indicativos das repartições públicas a que pertençam, inclusive Ministérios, Secretarias Estaduais, Câmaras Municipais, Sociedade de Economia Mista e Autarquias.

Justificando a proposição, o seu ilustre autor alega a conveniência de serem esses veículos identificados com facilidade, o que evitará seu uso indevido e, consequentemente, propiciará economia de combustível.

A proposição, compondo-se de 3 (três) artigos, estabelece em seu art. 1º que "todos os automóveis oficiais, e outros veículos motorizados, lotados em repartições públicas federais, estaduais e municipais, inclusive Ministérios, Secretarias Estaduais, Sociedades de Economia Mista, Autarquias e Câmaras Municipais, portarão emblemas bem visíveis que os identifiquem a todo instante".

Quanto ao mérito, no que respeita à União, o assunto está superado, de vez que o Decreto nº 79.399, de 16 de março de 1977, já classificou tais veículos, determinando os tipos de placas, faixas e siglas a serem usados conforme os grupos que estabeleceu, indicando, ainda, as autoridades que podem usar os veículos de cada grupo.

Assinala-se, ademais, que a matéria já estava disciplinada pelo art. 105 e seu parágrafo único do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968.

Ante o exposto e tratando-se de matéria já regulada, somos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1984. — **Benedito Ferreira**, Presidente — **Marcelo Miranda**, Relator — **Afonso Camargo** — **Aderbal Jurema**.

PARECERES NºS 576 E 577, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 252, de 1983 (nº 1.424-B, de 1975, na origem), que "dispõe sobre o tráfego de veículos de propriedade de órgãos da administração pública, direta ou indireta, e dá outras providências".

PARECER Nº 576, DE 1984.

(Da Comissão de Serviço Público Civil.)

Relator: Senador Passos Pôrto

De iniciativa do ilustre Deputado Pacheco Chaves vem a exame desta Comissão projeto de lei, dispondo sobre o tráfego de veículos de propriedade de órgãos da administração pública, direta ou indireta, e dando outras providências.

Justificando a proposição o seu ilustre Autor esclarece que "este Projeto de Lei não tem outra finalidade senão coibir o apontado uso irregular de um bem de propriedade da administração pública, por pessoas não autorizadas e para atender a necessidades estranhas ao serviço. Para tanto, cremos imperioso fixar-se rigorosas penalidades para os responsáveis pelo abuso, chegando, no caso de funcionário público, à demissão do cargo ou destituição da função".

Estabelece, assim, que os veículos de propriedade de órgãos da administração pública, direta ou indireta, somente poderão trafegar em vias públicas com placas de identificação, classificadas como oficiais, de fundo branco e dísticos pretos, regularmente selados pela autoridade de trânsito competente, prevendo, ainda, penalidades para os que transgredirem a norma.

A iniciativa exclui, da proibição contida no projeto, os veículos militares e os pertencentes ao Departamento Federal de Segurança Pública, quando em serviço.

É forçoso observar que a matéria se encontra regulamentada em farta legislação em vigor, destacando-se a Lei nº 1.081, de 1950, que, em seu art. 4º, proíbe rigorosamente o uso de automóveis oficiais fora do serviço; determinando, ainda, que o Serviço de Trânsito do Departamento Federal de Segurança Pública comunique aos órgãos competentes o número da licença dos veículos encontrados junto a casas de diversões, mercados, e feiras públicas ou estabelecimentos comerciais, em excursões ou passeios aos domingos e feriados, ou, ainda, após o encerramento do expediente das repartições públicas, sem ordem de serviço especial, e que conduzam pessoas estranhas, embora acompanhadas de servidor do Estado.

A seguir, os parágrafos 1º e 2º do art. 4º do Decreto nº 50.641, de 1961, regulamentador daquela lei, estabelecem que não será permitido o uso de carros de serviço aos domingos e feriados, e que a autoridade superior poderá, excepcionalmente, mediante prévia autorização ou justificação posterior, por absoluta necessidade de serviço permitir o uso de carros de serviço, fora dos limites fixados, cabendo-lhes a responsabilidade pelos excessos verificados.

Destaques-se que o emplaceamento de alguns carros dos órgãos de segurança, com chapas particulares, tem amparo legal, mormente, tendo em vista as peculiaridades do seu serviço. Este tipo de licenciamento é utilizado, ainda, em veículos das Empresas Públicas, Fundações e Sociedades de Economia Mista (Resolução nº 487/75, do Conselho Nacional de Trânsito).

Os veículos dos Ministérios Cíveis e Autarquias, em operação nestas repartições, têm suas normas de identificação estabelecidas pelo Decreto nº 62.127, de 1968; e os destinados à representação das aludidas repartições — Resolução nº 513, de 1977, do Conselho Nacional de Trânsito — são identificados por modelos de placas de bronze oxidado.

O projeto dispõe, outrossim, sobre matéria inerente ao funcionamento de órgãos da administração federal, de competência privativa do Presidente da República, inserta no art. 81, item V, da Lei Maior, além de se referir a servidor público da União, cujo regime jurídico é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme o inciso V, do art. 57 da Carta.

Além do mais, não há como efetuar, a Polícia de Trânsito, a apreensão de veículos oficiais com placas de identificação, "irregular", como pretende a proposição, já que a chapa particular, chamada, "fria", é fornecida pela autoridade de trânsito nos casos permitidos e devidamente justificados pela autoridade solicitante.

Por conseguinte, pelo exposto e por tratar a proposição de matéria já disciplinada em lei, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1984. Fábio Lucena, Presidente — Passos Pôrto, Relator — Claudionor Roriz — Martins Filho — Galvão Modesto — João Lobo — Alfredo Campos.

PARECER Nº 577, DE 1984
(Da Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras Públicas)

Relator: Senador Marcelo Miranda

De iniciativa do ilustre Deputado Pacheco Chaves, vem a exame desta Comissão projeto de lei disponho sobre o tráfego de veículos de propriedade de órgãos da administração pública, direta ou indireta e dá outras providências.

Justificando a proposição, o seu ilustre autor esclarece que: "Este Projeto de Lei não tem outra finalidade senão coibir o apontado uso irregular de um bem de propriedade de administração pública, por pessoas não autorizadas e para atender as necessidades estranhas ao serviço. Para tanto, cremos imperioso fixar-se rigorosas penalidades para os responsáveis pelo abuso, chegando, no caso de funcionário público, à demissão do cargo ou destituição da função.

Por razões óbvias, ficam excluídas do âmbito de atuação da lei os veículos militares e aqueles destinados à execução de diligências policiais, a cargo do Departamento Federal de Segurança Pública. No mais, nenhuma exceção.

Parece-nos que as sugestões apresentadas através desta proposição devem bastar para incutir nos usuários de veículos oficiais o esperado respeito pela coisa pública. Só lamentamos que, para tanto, ainda sejam necessários Leis específicas, como esta".

Assim, a proposição, vazada em 4 (quatro) artigos, estabelece, em seu art. 1º, que os veículos de propriedade de órgãos da administração pública, direta ou indireta, somente poderão trafegar em vias públicas com placas de identificação classificadas como oficiais, de fundo branco e dígitos pretos, regularmente seladas pela autoridade de trânsito competente.

Nos artigos restantes prevê penalidades e exclui, da proibição veículos militares e os pertencentes ao Departamento Federal de Segurança Pública, quando destinados exclusivamente à atividade policial.

Por outro lado, ressalta-se que, com respeito à administração indireta, seus veículos não são oficiais e sim, carros particulares, pertencentes a entidades dotadas de personalidade jurídica própria, de direito privado, não podendo confundir-se com a da União. Daí por que não devem ser os seus veículos incluídos na relação aventada pelo projeto.

Difícil, ainda mais, será a apreensão de veículos com placas de identificação irregular, chamada, "chapa fria", pois são fornecidas pela autoridade do trânsito nos casos permitidos e justificados pela autoridade que a solicita.

Com vista no acima exposto e também que sobre o pretendido já existe farta legislação em vigor, somos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1984. — Benedito Ferreira, Presidente — Marcelo Miranda, Relator — Afonso Camargo — Aderbal Jurema.

PARECERES Nºs 578, 579 E 580, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1983 (nº 4.810-B, de 1981, na Câmara dos Deputados) que "dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos de dados existentes no País".

PARECER Nº 578, DE 1984
(Da Comissão de Educação e Cultura)

Relator: Senador Otávio Cardoso

O projeto de lei em estudo, de autoria da ilustre Deputada Cristina Tavares, tem como objetivo determinar ao Poder Executivo a divulgação dos bancos de dados existentes no País.

Em sua justificação a autora do projeto diz que:

A informação é poder. O Governo precisa democratizar e universalizar a informação para que poucos não a detenham e, conseqüentemente, não seja o poder enfiado nas mãos de uma pequena minoria tecnocrata.

O Decreto nº 84.067, de 1979, cria a Secretaria Especial de Informática, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional e com a finalidade de assessorar na formulação da Política Nacional de Informática e coordenar sua execução.

No rol de atividades da referida Secretaria consta a de elaborar normas e padrões para a estrutura de órgãos de processamento de dados a serem criados pelo Governo Federal. Ainda lhe cabe a função de promover a implantação de cadastro de bancos de dados operados por órgãos da administração pública federal, direta e indireta, e fundações supervisionadas.

Ora, executadas as tarefas que lhe foram imputadas, nada mais lógico que sejam oferecidas à comunidade a relação desses bancos de dados, com a sua respectiva atuação, para que todo indivíduo tenha conhecimento de onde são processados os informes do interesse próprio e da coletividade em geral.

Assim, pretende a autora do projeto, que tal divulgação seja feita anualmente, no *Diário Oficial da União*, definindo ainda o que significa a expressão, "elenco de banco de dados", ou seja, o universo abrangido pelo banco de dados e o tipo de informação nele contido. Define ainda, no § 2º, que se entende como banco de dados o armazenamento e recuperação da informação processada através de computador.

Concordamos com a autora do projeto, achando que todo o conhecimento humano, armazenado em banco de dados, deve ser colocado à disposição de nossa população, com a finalidade de aperfeiçoar a educação e a cultura nacional, cabendo ao Congresso provocar o debate em torno do assunto.

Isto posto, somos favoráveis ao presente projeto de lei por achá-lo justo e oportuno.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 1983. — João Calmon, Presidente — Otávio Cardoso, Relator — Aderbal Jurema — Passos Pôrto — Eunice Michiles.

PARECER Nº 579, DE 1984
(Da Comissão de Segurança Nacional)

Relator: Senador Passos Pôrto

Pretende o projeto de lei que vem ao exame deste órgão técnico, a divulgação anual, pelo Poder Executivo, no *Diário Oficial da União*, do elenco de bancos de dados existentes no País.

A publicação indicará o universo abrangido pelo banco de dados, bem como o tipo de informações nele contido.

E, por banco de dados, o projeto reconhece o armazenamento e a recuperação de informação processados por intermédio de computador.

A proposição é de autoria da Deputada Cristina Tavares, que deseja, "democratizar e universalizar a informação", para que não venha ela a ser detida "por pequena minoria tecnocrata".

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado nas Comissões e em Plenário. E, nesta Casa, a douta Comissão de Educação e Cultura reconheceu-o como útil e necessário.

É evidente a utilidade da proposição. A autora tem razão quando afirma que, "informação é poder". Hoje, como ontem, o conhecimento dos fatos — seja de ordem econômica, política, jurídica, administrativa ou militar — proporciona segurança.

O progresso científico, a expansão tecnológica, o avanço do homem do ecúmeno se deve, essencialmente, à informação, ao conhecimento de situações. A falta de informação, ou a informação errada ou deturpada, causa perplexidade de toda ordem. Daí o lugar a ela destinada desde a mais remota antiguidade.

Nos dias atuais, a informática é essencial à vida humana. Dela dependem os homens, em si, e as nações.

A expansão dos sistemas de computação permitiu a formação de pequenos grupos de técnicos, os quais detêm informações de todo gênero. E a autora da proposição pretende evitar que essa minoria detenha o enorme poder que as informações processadas por bancos de dados pode proporcionar.

É verdade que as informações consideradas essenciais à segurança nacional precisam ser mantidas em sigilo. Entretanto, não é a elas que a proposição em estudo se dirige.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 11 de abril de 1984. — Almir Pinto, Presidente em exercício. — Passos Pôrto, Relator. — Mauro Borges — Altevir Leal.

PARECER Nº 580, DE 1984

(Da Comissão de Transportes,
Comunicações e Obras Públicas)

Relator: Senador Aderbal Jurema

De iniciativa da ilustre Deputada Cristina Tavares, vem a exame desta Comissão, projeto de lei que "dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, do elenco de bancos existentes no País.

Justificando a proposição seu ilustre autor esclarece que "a informação é poder. O Governo precisa democratizar e universalizar a informação para que poucos não a detenham e, conseqüentemente, não seja o poder enfiado nas mãos de uma pequena minoria tecnocrata.

O Decreto nº 84.067, de 1979, criou a Secretaria Especial de Informática, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional e com a finalidade de asses-

sor na formulação da Política Nacional de Informática e coordenar sua execução.

No rol de atividades da referida Secretaria consta a de elaborar normas e padrões para a estrutura de órgãos de processamento de dados a serem criados pelo Governo Federal. Ainda lhe cabe a função de promover a implantação de cadastro de bancos de dados operados por órgãos da administração pública federal, direta e indireta, e fundações supervisionadas.

Ora, executadas as tarefas que lhe foram imputadas, nada mais lógico que sejam oferecidas à comunidade a relação desses bancos de dados, com sua respectiva atuação, para que todo indivíduo tenha conhecimento de onde são processados os informes do interesse próprio e da coletividade em geral.

A este Congresso cabe provocar o debate em torno do assunto. A liberdade do cidadão e o sacrifício da democracia serão preços a pagar, caso o acesso à informação seja privilégio de poucos".

O projeto, em seu art. 1º, declara que o Poder Executivo, através de seu órgão competente, promoverá anualmente a divulgação, no *Diário Oficial da União*, do elenco de bancos de dados existentes no País, indicando o seu universo e o tipo de informação nele contido.

Destaque-se que a expressão "banco de dados" significa o armazenamento e recuperação da informação processada através de computador.

Considerando-se a oportunidade da matéria e a importância da recuperação de dados informáticos de toda a natureza no auxílio ao pesquisador na sociedade moderna, nada vemos que possa obstaculizar a sua normal tramitação, razão por que, somos no âmbito desta Comissão, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1984. — **Benedito Ferreira**, Presidente. — **Aderbal Jurema**, Relator. — **Afonso Camargo** — **Marcelo Miranda**.

PARECERES N.ºs 581 E 582, DE 1984

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1983 (nº 34-B/83, na Câmara dos Deputados), que "aprova o texto do Acordo relativo à construção de uma ponte internacional sobre o rio Tacutu, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Georgetown, a 29 de janeiro de 1982".

PARECER Nº 581, DE 1984
(Da Comissão de Relações Exteriores)

Relator: Senador Marco Maciel

Com a Mensagem nº 143, de 25 de abril de 1983, o Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, para os fins previstos no artigo 44, inciso I, da Constituição, o texto do Acordo relativo à construção de uma ponte internacional sobre o rio Tacutu, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Georgetown, a 29 de janeiro de 1982.

Na Câmara dos Deputados, foi a matéria aprovada após haver recebido parecer favorável das Comissões de Relações Exteriores, Constituição e Justiça e Transportes.

A parte preambular do texto evoca a conveniência de desenvolver as vias de comunicações entre os dois países com a finalidade de facilitar o intercâmbio comercial e desta forma favorecer as populações fronteiriças. Trata o artigo primeiro de definir as localidades, tanto

em território brasileiro (Bonfim) quanto em território guianense (Lethem), que serão unidos pela ponte a ser edificada sobre o rio Tacutu.

Assume o Brasil integral responsabilidade quanto aos ônus e encargos decorrentes da obra (art. II. 1), comprometendo-se o país vizinho apenas a conceber, livre de encargos, os terrenos e áreas que se façam necessárias para a edificação e respectivas instalações complementares (art. II 2).

Para fins de exercício de direitos de soberania, considerar-se-á a ponte "dividida em duas partes por seu eixo transversal de simetria", cabendo a cada país a metade limítrofe ao seu território.

No curso dos trabalhos deverá o Governo da Guiana adotar as medidas internas necessárias a fim de:

— facilitar aos encarregados de estudos e obras o livre acesso ao seu território;

— permitir a entrada dos equipamentos materiais, veículos, embarcações e víveres indispensáveis ao bom andamento da obra isentos de qualquer gravame fiscal;

— possibilitar a pesquisa e obtenção de material de construção.

As previsões legais tuteladas do desenvolvimento dos trabalhos de edificação e de utilização, conservação e segurança da ponte serão ajustados posteriormente mediante atos complementares.

A medida ora objeto de apreciação certamente intensificará os laços de amizade e cooperação entre os dois povos. Conquanto o Brasil assumia sozinho as despesas decorrentes da implementação do Acordo, entendemos que grandes benefícios de ordem política e comercial advirão para o país num futuro próximo.

O presente ato internacional está a demonstrar a inequívoca determinação brasileira de intensificar a ajuda aos relativamente menos desenvolvidos, na medida em que exime a outra parte contratante de qualquer responsabilidade econômica. Saliente-se, outrossim, que os nacionais da vizinha nação certamente se sentirão estimulados em promover e ampliar os vínculos mercantis com o mercado interno, gerando desta forma um novo fluxo comercial capaz de estimular certos setores da nossa economia.

Ante o exposto e por considerarmos louvável a iniciativa, opinamos pela sua aprovação na forma do Projeto de Decreto Legislativo oriundo da outra Casa do Congresso Nacional.

Sala das Comissões, 21 de março de 1984. — **Luiz Viana**, Presidente. — **Marco Maciel**, Relator. — **Martins Filho** — **Nelson Carneiro** — **Lourival Baptista** — **Octávio Cardoso** — **Pedro Simon** — **Severo Gomes** — **Gastão Müller**.

PARECER Nº 582, DE 1984
(Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas)

Relator: Senador Marcelo Miranda

Por considerarem da conveniência mútua o desenvolvimento das vias de intercomunicação de seus países, os governos brasileiro e guianense firmaram o acordo cujo texto vem ao exame deste órgão técnico. O objetivo do ato internacional foi atender às necessidades do tráfego e do intercâmbio comercial entre as regiões vizinhas de ambos os países. E, por isso, as partes contratantes decidiram construir uma ponte internacional sobre o rio Tacutu, unindo Bonfim, no Brasil, e Lethem, na Guiana, na forma do art. I.

O Brasil (art. II) construirá a ponte, por sua conta e sem encargos para o Governo da República da Guiana, o qual se compromete a facilitar, livre de encargos, o terreno sobre o qual assentará a ponte em seu território.

Pelo art. III, as partes consideram a ponte dividida em duas partes por seu eixo transversal de simetria, que será o limite de jurisdição para cada país. O art. IV estabelece a obrigação da Guiana, relativamente à facilitação do acesso ao seu território aos encarregados dos estudos e trabalhos de construção, bem como a embarcações, veículos, víveres, equipamentos e qualquer outro material considerado essencial. Também o Governo guianense (art. V) concederá as facilidades à pesquisa e obtenção de material de construção, na área de Lethem e arredores.

O art. VI trata da troca de notas diplomáticas referentes à conclusão de ajustes complementares operativos. E, finalmente, o art. VII determina providências relativas à aprovação do acordo.

O ato internacional foi aprovado pelas Comissões e pelo Plenário da outra Casa do Congresso. E a Comissão de Relações Exteriores do Senado opinou pela sua aprovação.

Do ponto de vista deste Órgão Técnico, o texto em estudo atende plenamente aos objetivos brasileiros, de implantação de ampla rede de comunicações rasgando a floresta amazônica.

A ponte entre Bonfim e Lethem beneficiará, especialmente, as populações que vivem naquelas afastadas paragens, facilitando-lhes não apenas o intercâmbio, mas, ainda, os socorros necessários quanto aos aspectos sanitário e comercial.

Opinamos, portanto, pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 1984. — **Benedito Ferreira**, Presidente. — **Marcelo Miranda**, Relator. — **Afonso Camargo** — **Aderbal Jurema**.

PARECERES N.ºs 583 e 584, de 1984

PARECER N.º 583, DE 1984

da Comissão de Finanças, sobre o Ofício "S" n.º 10, de 1984 (n.º 289/84, na origem), do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa Rodoviário daquele Estado.

Relator: Senador Roberto Campos

O Senhor Governador do Estado de Mato Grosso solicita ao Senado Federal, com o presente ofício, nos termos do art. 42, item IV, da Constituição, a competente autorização para que aquele Estado possa contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado.

2. Trata-se de operação, segundo o Chefe do Executivo Estadual, referente a obras do mais alto significado para o Estado. É o seguinte o Plano de Aplicação:

PLANO DE APLICAÇÃO

Item	Trechos	Rodovia	Valor US\$
01	Pavimentação	BR-070	10.000.000
02	Minerinho-Itiquira	MT-370	9.000.000
03	Jangada-Posto Gil	BR-364	13.000.000
04	Ent.º BR-163 — Colider-A. Floresta	MT-214	25.000.000
05	Implantação Cidade Apiacás-Coloniza		5.000.000
06	Impl. A. Floresta-Garimpo Cabeça		3.000.000
07	Pav. Sistema Viário Urbano e Suburbano da Grande Cuiabá		15.000.000
08	B. Garças/N. Xavantina/Canarana	BR-158	35.000.000
TOTAL			115.000.000

2. Em atendimento às normas da Comissão de Finanças, foram anexados ao pleito, os seguintes elementos fundamentais para a análise do endividamento estadual:

a) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida intralimite (principal + juros + encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos incluído o exercício em que for feito o pedido;

b) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida extralimite (principal + juros + encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

c) resumo do desembolso anual com o serviço da dívida externa em dólar ou outra qualquer moeda, compreendendo o principal + juros + encargos, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

d) posição atual do endividamento interno na forma da que estabelece a Resolução n.º 62, de 1975, do Senado Federal (art. 2.º, itens I, II, III);

e) informação sobre a finalidade do empréstimo pleiteado (integralização de capital, financiamento específico de obra, serviço ou programa);

f) posição da dívida intralimite;

g) posição da dívida extralimite;

h) posição da dívida externa;

i) receita arrecadada em 1983;

j) operação de crédito realizadas em 1983.

3. São os seguintes os elementos enviados.

a) Posição da Receita

Cr\$ 1,00

Receita arrecadada em 1983	= 128.821.501.000
Operações de crédito ..	= 21.133.549.000
Receita arrecadada	= 107.687.952.000
Receita corrigida (até 30 de junho de 84) (Índice 1,7 308)	= 186.386.307.000

b) Limites operacionais (Res. n.º 62/75)

I — Montante Global =	130.470.415.000
III — Dispêndio Anual Máximo	= 27.957.946.000

c) Posição da dívida

Intralimite	= 139.976.352.000
Extralimite	= 79.248.361.000
Externa (US\$ 85,0 milhões)	= 146.880.000.000

d) Conclusões: com base na Res. n.º 62, de 1975, verificamos que o montante global (intra + externa) já se encontra extrapolado com o valor real de Cr\$ 286.856.352.000,00 contra um limite autorizado de Cr\$ 130.470.415.000,00. Entretanto, quanto ao dispêndio anual, verificamos que o limite autorizado é de Cr\$ 27.957.946.000,00 em 1984 para um dispêndio real de Cr\$ 7.274.581.000,00 havendo desta forma, uma folga de Cr\$ 20.683.365.000,00 para amortização anual no corrente exercício.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

Posição: 30-6-84

Em Cr\$ 1.000,00

Anos	Intralimite	Extralimite	Total Interna	Total Externa	Op. S./Exame	Total Dispêndio
1984	2.481.541	4.492.180	6.973.701	4.793.040		7.274.581
1985	6.553.009	8.753.013	15.306.022	25.286.422	28.381.080	60.220.511
1986	10.814.281	9.261.834	20.076.165	33.041.592	28.381.080	72.236.953
1987	18.135.064	9.594.980	27.730.044	38.932.488	28.381.080	85.448.632
1988	17.495.848	9.446.154	26.942.002	35.770.801	28.381.080	81.647.279
1989	16.856.837	9.228.247	26.085.084	27.009.467	28.381.080	72.247.384

8. Para atender às disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizando o Estado a contratar créditos externos até o valor de US\$ 160,0 milhões;

b) Aviso n.º 197, de 21 de março de 1984 da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, na forma do escalonamento anterior citado;

c) Exposição de Motivos n.º 072, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE 84/177) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 85.071, de 27-8-69 e Decreto n.º 84.128, de 29-10-79.

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

9. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Cen-

4. Assim, possui o Estado de Mato Grosso, capacidade para amortizar toda a dívida fundada interna (intra + extralimite), a dívida externa existente e, ainda, a parcela da operação em exame, no montante global de US\$ 115,0 milhões.

5. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN, ao analisar a proposta, reconheceu a prioridade do Programa, assim como a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares) ressaltando que o limite do empréstimo deverá obedecer ao seguinte cronograma:

Anos	US\$ milhões
1984	20,0
1985	30,0
1986	30,0
TOTAL	80,0

6. O referido documento considera, ainda, a presente autorização como adicional ao limite provisório fixado pelo Aviso n.º 138 da SEPLAN, enviado ao Banco Central, em 22-2-84.

7. É o seguinte o cronograma de desembolso do Governo do Estado de Mato Grosso com as parcelas das dívidas internas (intralimite + extralimite) e externa.

tral do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

10. Por fim, o Senhor Presidente da República autorizou o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso a dirigir-se ao Senado Federal, na forma do art. 42, item IV, da Constituição.

11. No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente a solicitação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 63, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado de Mato Grosso autorizado a realizar, com a garan-

tia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, obedecido o seguinte cronograma de contratação: em 1984, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos); em 1985 US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), e, em 1986, US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizadora da operação.

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1984. — Iltamar Franco, Presidente — Roberto Campos, Relator — Passos Pôrto — Virgílio Távora — Jutahy Magalhães — Jorge Kalume — Jorge Bornhausen — Almir Pinto — Saldanha Derzi.

PARECER N.º 584, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução n.º 63, de 1984, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual".

Relator: Senador José Fragelli.

Apresentado pela Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso — art. 1.º — a "realizar, com a garantia da União, operação de empréstimo externo, no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, obedecido o seguinte cronograma de contratação: em 1984, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos); em 1985, US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), e em 1986, US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

2. Na forma do art. 2.º — "A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 4.583, de 20 de julho de 1983".

3. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente,

além das exigências estabelecidas pela Comissão de Finanças, conforme se conclui do exame do seu parecer, foram anexados ao processado, os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizando o Estado a contratar créditos externos, até o valor de US\$ 180,0 milhões;

b) Aviso n.º 197, de 21 de março de 1984 da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, na forma do escalonamento anterior citado;

c) Exposição de Motivos n.º 072, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE 84/177) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto n.º 85.071, de 27-8-69 e pelo Decreto n.º 84.128, de 29-10-79.

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

4. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

5. No caso, foram cumpridas as exigências constantes no art. 403, alíneas a, b e c, razão por que, na forma do art. 108, item VI, ambos do Regimento Interno, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao

pleito do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

6. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, estando corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 1984. — Helvídio Nunes, Presidente — José Fragelli, Relator — Pedro Simon — Hélio Gueiros — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Morvan Acayaba.

PARECERES N.ºS 583 E 584, DE 1984

Parecer n.º 583, de 1984

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício "S" n.º 10, de 1984 (n.º 289/84, na origem), do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, solicitando autorização para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa Rodoviário daquele Estado.

Relator: Senador Roberto Campos

O Senhor Governador do Estado de Mato Grosso solicita ao Senado Federal, com o presente ofício, nos termos do art. 42, item IV, da Constituição, a competente autorização para que aquele Estado possa contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado.

2. Trata-se de operação, segundo o Chefe do Executivo Estadual, referente a obras do mais alto significado para o Estado. É o seguinte o Plano de Aplicação:

PLANO DE APLICAÇÃO

ITEM	TRECHOS	RODOVIA	VALOR US\$
01	PAVIMENTAÇÃO	BR-070	10 000 000
02	MINEIRINHO-ITIQUIRA	MT-370	9 000 000
03	JANGADA-POSTO GIL	BR-364	13 000 000
04	ENTR. BR-163-COLÍDER- A.FLORESTA	MT-214	25 000 000
05	IMPLANTAÇÃO CIDADE APIACÁS-COLONIZA		5 000 000
06	IMPL. A. FLORESTA-GARIMPO CABEÇA		3 000 000
07	PAV. SISTEMA VIÁRIO URBANO E SUBURBANO DA GRANDE CUIABÁ		15 000 000
08	D. GARÇAS/N. XAVANTINA/CURRERAMA	BR-158	35 000 000
TOTAL			115 000 000

a) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida intralimite (principal+juros+encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

b) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida extralimite (principal+juros+encargos, inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

c) resumo do desembolso anual com o serviço da dívida externa em dólar ou outra qualquer moeda, compreendendo o principal+juros+encargos, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

d) posição atual do endividamento interno na forma do que estabelece a Resolução n.º 62, de 1975, do Senado Federal (art. 2º, itens I, II, III);

e) informação sobre a finalidade do empréstimo pleiteado (integralização de capital, financiamento específico de obra, serviço ou programa);

f) posição da dívida intralimite;

g) posição da dívida extralimite;

h) posição da dívida externa;

i) receita arrecadada em 1983;

j) operação de crédito realizada em 1983.

3. São os seguintes os elementos enviados.

- a) Posição da Receita+1stCr\$ 1,00 —
Receita arrecadada em 1983+1stOperações de crédito+1stReceita corrigida (até 30-6-84)
(Índice 1,7 308)+1st
- b) Limites operacionais (Res. nº 62/75)
*II*uf — Montante Global+1stIII — Dispendio Anual Máximo+1st
- c) Posição da dívida
Intralimite+1stExtralimite+1stExterna (US\$ 85,0 milhões)+1st
- d) Conclusões: Com base na Res. nº 62, de 1975, verificamos que o montante global (intra + externa) já se encontra extrapolado com o valor real de Cr\$ 286.856.352.000,00 contra um limite autorizado de Cr\$ 130.470.415.000,00. Entretanto, quanto

ao dispendio anual, verificamos que o limite autorizado é de Cr\$ 27.957.946.000,00 em 1984 para um dispendio real de Cr\$ 7.274.581.000,00 havendo desta forma, uma folga de Cr\$ 20.683.365.000,00 para amortização anual no corrente exercício.

4. Assim, possui o Estado de Mato Grosso, capacidade para amortizar toda a dívida fundada interna (intra + extralimite), a dívida externa existente e, ainda, a parcela da operação em exame, no montante global de US\$ 115,0 milhões.

5. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN, ao analisar a proposta, reconheceu a prioridade do Programa, assim como a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$

80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares) ressaltando que o limite do empréstimo deverá obedecer ao seguinte cronograma:

Anos+1stUS\$ milhões
1984+1st20,0
1985+1st30,0
1986+1st30,0

+1st 6. O referido documento considera, ainda, a presente autorização como adicional ao limite provisório fixado pelo Aviso nº 138 da SEPLAN, enviado ao Banco Central, em 22-2-84.

7. É o seguinte o cronograma de desembolso do Governo do Estado de Mato Grosso com as parcelas das dívidas internas (intralimite + extralimite) e externa.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

POSICÃO: 30/06/84

EM CR\$ 1 000,00

A N O S	INTRALIMITE	EXTRALIMITE	TOTAL INTERNA	TOTAL EXTERNA	OP. S/EXAME	TOTAL DISPENDIO
1 984	2 481 541	4 492 160	6 973 701	4 793 040	-	7 274 581
1 985	6 553 009	8 753 013	15 306 022	25 286 422	28 381 080	60 220 511
1 986	10 814 281	9 261 884	20 076 165	33 041 592	28 381 080	72 236 953
1 987	18 135 064	9 594 980	27 730 044	38 932 488	28 381 080	85 448 632
1 988	17 495 848	9 446 154	26 942 002	35 770 801	28 381 080	81 647 729
1 989	16 856 837	9 228 247	26 085 084	27 009 467	28 381 080	72 247 384

8. Para atender às disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processo os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual nº 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizando o Estado a contratar créditos externos até o valor de US\$ 160,0 milhões;

b) Aviso nº 197, de 21 de março de 1984, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, na forma do escalonamento anterior citado;

c) Exposição de Motivos nº 072, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE 84/177) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Dec. nº 65.071, de 27.08.69, e Dec. nº 84.128, de 29.10.79.

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

9. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso II do Dec. nº 74.157, de 06 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

10. Por fim, o Senhor Presidente da República autorizou o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso a dirigir-se ao Senado Federal, na forma do art. 42, item IV, da Constituição.

11. No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opina-

mos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, de 1984

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

O SENADO FEDERAL resolve:

Artigo 1º — É o Governo do Estado de Mato Grosso autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, obedecido o seguinte cronograma de contratação: em 1984, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos); em 1985 US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), e, em 1986, US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

Artigo 2º — A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, item II, do Decreto nº 74.157, de 06 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizadora da operação.

Artigo 3º — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em 20 de setembro de 1984. Senador Itamar Franco, Presidente. Senador Roberto Campos, Relator. Senador Passos Porto, Senador Virgílio Távora, Senador Jutahy Magalhães, Senador Jorge Kalume, Senador Jorge Bornhausen, Senador Almir Pinto, Senador Saldanha Derzi.

PARECER Nº 584, de 1984.

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 63, de 1984, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual".

Relator: Senador José Fragelli

Apresentado pela Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso — art. 1º — a "realizar, com a garantia da União, operação de empréstimo externo, no valor de até US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares americanos), ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, obedecido o seguinte cronograma de contratação: em 1984, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos); em 1985, US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares americanos), e em 1986, US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

2. Na forma do artigo 2º — “A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuada pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, item II, do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 4.583 de 20 de julho de 1983”.

3. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, além das exigências estabelecidas pela Comissão de Finanças, conforme se conclui do exame do seu parecer, foram anexados ao processado, os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual nº 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizando o Estado a contratar créditos externos, até o valor de 160,0 milhões;

b) Aviso nº 197, de 21 de março de 1984 da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, na forma do escalonamento anterior citado;

c) Exposição de Motivos nº 072, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE 84/177) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Decreto nº 65.071, de 27-8-69 e pelo Decreto nº 84.128, de 29-10-79.

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

4. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso II do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

5. No caso, foram cumpridas as exigências constantes no art. 403, alíneas a, b e c, razão por que, na forma do art. 108, item VI, ambos do Regimento Interno, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao pleito do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

6. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, estando corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1984. —
Helvídio Nunes, Presidente — José Fragelli, Relator —
Pedro Simon — Hélio Gueiros — Guilherme Palmeira —
Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Morvam Acaçaba.

PARECERES

N.ºs 585 e 586, de 1984

PARECER N.º 585, DE 1984

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício “S” — n.º 11, de 1984 (n.º 287-84, na origem), do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado.

Relator: Senador Roberto Campos

Na forma do disposto no art. 42, item IV, da Constituição, o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso solicita ao Senado Federal a necessária autorização para

que possa aquele Estado contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

2. O Ofício do Senhor Governador esclarece que a operação tem por objetivo carrear recursos para a implantação e pa-

vimentação da BR-158, trecho entre Barra do Garças — Nova Xavantina — Canarana.

3. Consta no processado, o Plano de Aplicação dos recursos externos no Sistema Viário, totalizando, com outra operação anterior de US\$ 80,0 milhões (Ofício “S” — 10, de 1984) o valor de US\$ 115,0 milhões. É o seguinte o Plano de Aplicação:

Item	Trechos	Rodovias	Valor US\$
01	Pavimentação	BR-070	10.000.000
02	Mineirinho-Itiquira	MT-370	9.000.000
03	Jangada-Posto Gil	BR-364	13.000.000
04	Ent.º BR-163 — Colider-A. Floresta	MT-214	25.000.000
05	Implantação Cidade Apiacás-Coloniza		5.000.000
06	Imp. A. Floresta-Garimpo Cabeça		3.000.000
07	Pav. Sistema Viário Urbano e Suburbano da Grande Cuiabá		15.000.000
08	B. Garças/N. Xavantina/Canarana	BR-158	35.000.000
TOTAL			115.000.000

4. Em atendimento às normas da Comissão de Finanças foram anexados ao pleito, os seguintes elementos fundamentais para a análise do endividamento estadual:

a) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida intralimite principal + juros + encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

b) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida extralimite (principal + juros + encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

c) resumo do desembolso anual com o serviço da dívida externa em dólar ou outra qualquer moeda, compreendendo o principal + juros + encargos, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

d) posição atual do endividamento interno na forma do que estabelece a Resolução n.º 62, de 1975, do Senado Federal (artigo 2.º, itens I, II, III):

e) informação sobre a finalidade do empréstimo pleiteado (integralização de capital, financiamento específico de obra, serviço ou programa);

f) posição da dívida intralimite;

g) posição da dívida extralimite;

h) posição da dívida externa;

i) receita arrecadada em 1983;

j) operações de crédito realizadas em 1983.

São os seguintes os elementos enviados:

a) Posição da Receita — Cr\$ 1,00

Receita arrecadada em

1983 128.821.501.000

Operações de crédito 21.133.549.000

Receita arrecadada em 107.687.952.000

b) Limites operacionais

(Resolução n.º 62/75)

I — Montante Global 130.470.415.000

III — Dispêndio Anual

Máximo 27.957.946.000

c) Posição da dívida

Intralimite 139.976.352.000

Extralimite 79.248.361.000

Externa (US\$ 85,0 milhões) 146.880.000.000

d) Conclusões: Com base na Res. n.º 62, de 1975, verificamos que o montante global (intra + externa) já se encontra extrapolado com o valor real de Cr\$ 286.856.352.000,00 contra um limite autorizado de Cr\$ 130.470.415.000,00. Entretanto, quanto ao dispêndio anual, verificamos que o limite autorizado é de Cr\$ 27.957.946.000,00 em 1984 para um dispêndio real de Cr\$ 7.274.581.000,00, havendo, desta forma, uma folga de Cr\$ 20.683.365.000,00 para amortização anual no corrente exercício.

Assim, possui o Estado de Mato Grosso, capacidade para amortizar toda a dívida fundada interna (intra + extralimite), a dívida externa existente e, ainda, a parcela da operação em exame, no montante global de US\$ 115,0 milhões.

Receita corrigida
(até 30-6-84)

(Índice 1,7308) 186.386.397.000

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

Posição: 30-6-84

Em Cr\$ 1.000,00

Anos	Intralimite	Extralimite	Total Interna	Total Externa	Op. S./Exame	Total Dispêndio
1984	2.481.541	4.492.160	6.973.701	4.793.040		7.274.581
1985	6.553.009	8.753.013	15.306.022	25.286.422	28.381.080	60.220.511
1986	10.814.281	9.261.884	20.076.165	33.041.592	28.381.080	72.236.953
1987	18.135.064	9.594.980	27.730.044	38.932.488	28.381.080	85.448.632
1988	17.495.848	9.446.154	26.942.002	35.770.801	28.381.080	81.647.279
1989	16.856.837	9.228.247	26.085.084	27.009.467	28.381.080	72.247.384

Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizando o Governo Estadual a contratar uma operação de crédito externo, até o valor de US\$ 160,0 milhões;

b) Aviso n.º 173, de 29 de janeiro de 1984, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 35,0 milhões;

c) Exposição de Motivos n.º 72, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE n.º 84/178) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Dec. n.º 65.071, de 27/8/69 e pelo Dec. n.º 84/128, de 29/10/79;

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

O Senhor Presidente da República autorizou o Governo do Estado de Mato Grosso a dirigir-se ao Senado Federal, na forma do art. 42, item IV, da Constituição.

No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado ao Programa Rodoviário daquele Estado.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado de Mato Grosso autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinada ao financiamento das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR-158, trecho Barra do Garças—Nova Xavantina—Canarana, constante do Programa Rodoviário daquele Estado.

Art. 2.º A operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do

art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira ao Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 4.583 de 20 de julho de 1983, autorizadora da operação.

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 1984. — Itamar Franco, Presidente — Roberto Campos, Relator — Passos Pôrto — Virgílio Távora — Jutahy Magalhães — Jorge Kalume — Jorge Bornhausen — Almir Pinto — Saldanha Derzi.

PARECER N.º 586, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução n.º 64, de 1984, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado".

Relator: Senador José Fragelli

Apresentado pela Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinada a financiamento das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR-158, trecho Barra do Garças—Nova Xavantina—Canarana, constante do Programa Rodoviário daquele Estado.

2. O art. 2.º do projeto, ora sob exame, estabelece que a operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, item II, do Decreto n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira ao Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 4.583 de 28 de julho de 1983, autorizadora da operação.

3. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, além das exigências estabelecidas pela Comissão de Finanças, conforme se conclui do exame do seu parecer, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual n.º 4.583, de 20 de julho de 1983 autorizando o Governo Estadual a contratar uma operação de crédito externo, até o valor de US\$ 160,0 milhões;

b) Aviso n.º 173, de 29 de janeiro de 1984, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 35,0 milhões;

c) Exposição de Motivos n.º 72, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE n.º 84/178) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Dec. n.º 65.071, de 27-8-69 e pelo Dec. n.º 84.128 de 29-10-79;

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

4. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulações com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1.º, inciso II do Dec. n.º 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

5. Foram cumpridas as exigências constantes no art. 403, alíneas a, b e c, razão porque, na forma do art. 108, item VI, ambas do Regimento Interno, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao pleito do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

6. Nada há que possa ser argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, pois está corretamente formulada sob os ângulos constitucionais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 1984. — Helvídio Nunes, Presidente — José Fragelli, Relator — Pedro Simon — Hélio Gueiros — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Morvan Acayaba.

PARECERES N.ºS 585 E 586, DE 1984

PARECERES N.º 585, DE 1984.

Da Comissão de Finanças, sobre o Ofício "S" — n.º 11, de 1984 (n.º 287-A, na origem), do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado.

Relator: Senador Roberto Campos

Na forma do disposto no art. 42, item IV, da Constituição, o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso solicita ao Senado Federal a necessária autorização para que possa aquele Estado contratar uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa Rodoviário Estadual.

2. O Ofício do Senhor Governador esclarece que a operação tem por objetivo carrear recursos para a implantação e pavimentação da BR-158, trecho entre Barra do Garças — Nova Xavantina — Canarana.

3. Consta no processado, o Plano de aplicação dos recursos externos no Sistema Viário, totalizando, com outra operação anterior de US\$ 80,0 milhões (Ofício "S" — 10, de 1984) o valor de US\$ 115,0 milhões. É o seguinte o Plano de Aplicação:

ITEM	TRECHOS	RODOVIAS	VALOR US\$
01	PAVIMENTAÇÃO	BR-070	10 000 000
02	MINEIRINHO-ITIQUIRA	MT-370	9 000 000
03	JANGADA-POSTO GIL	BR-364	13 000 000
04	ENTR BR-163-COLIDER-A.FLORESTA	MT-214	25 000 000
05	IMPLANTAÇÃO CIDADE APIACÁS-COLONIZA		5 000 000
06	IMP. A.FLORESTA-GARIMPO CABEÇA		13 000 000
07	PAV. SISTEMA VIÁRIO URBANO E SUBURBANO DA GRANDE CUIABÁ		15 000 000
08	B.GARÇAS/N.XAVANTINA/CANARANA	BR-158	35 000 000
TOTAL			115 000 000

4. Em atendimento às normas da Comissão de Finanças foram anexados ao pleito os seguintes elementos fundamentais para a análise do endividamento estadual:

a) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida intralimite (principal + juros + encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

b) resumo do dispêndio anual com o serviço da dívida extralimite (principal + juros + encargos), inclusive as garantias, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

c) resumo do desembolso anual com o serviço da dívida externa em dólar ou outra qualquer moeda, compreendendo o principal + juro + encargos, no período de 5 anos, incluído o exercício em que for feito o pedido;

d) posição atual do endividamento interno na forma do que estabelece a Resolução nº 62, de 1975, do Senado Federal (art. 2º, itens I, II, III);

e) informação sobre a finalidade do empréstimo pleiteado (integralização de capital, financiamento específico de obra, serviço ou programa);

f) posição da dívida intralimite;

g) posição da dívida extralimite;

h) posição da dívida externa;

i) receita arrecadada em 1983;

j) operações de crédito realizadas em 1983.

São os seguintes os elementos enviados:

a) Posição da Receita Cr\$ 1,00

Receita	arrecadada	em
1983	=	128.821.501.000
— Operações de crédito	=	21.133.549.000
Receita arrecadada	=	107.687.952.000
Receita corrigida (até 30-6-84)		

(Índice 1,7308) = 186.386.307.000

b) Limites operacionais (Res. nº 62/75)

I	—	Montante	Glo-
bal	=	130.470.415.000	

III — Dispendio Anual Máxi-
mo = 27.957.946.000

c) Posição da dívida

Intralimite = 139.976.352.000

Extralimite = 79.248.361.000

Externa (US\$ 85,0 milhões) = 146.880.000.000

d) Conclusões: com base na Res. nº 62, de 1975, verificamos que o montante global (intra + externa) já se encontra extrapolado com o valor real de Cr\$ 286.856.352.000,00 contra um limite autorizado de Cr\$ 130.470.415.000,00. Entretanto, quanto ao dispêndio anual, verificamos que o limite autorizado é de Cr\$ 27.957.946.000,00 em 1984 para um dispêndio real de Cr\$ 7.274.581.000,00, havendo, desta forma, uma folga de Cr\$ 20.683.365.000,00 para amortização anual do corrente exercício.

Assim, possui o Estado de Mato Grosso, capacidade para amortizar toda a dívida fundada interna (intra + extralimite), a dívida externa existente e, ainda, a parcela da operação em exame, no montante global de US\$ 115,0 milhões.

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

POSIÇÃO: 30/06/84

EM CR\$ 1 000,00

ANOS	INTRA-LIMITE	EXTRA-LIMITE	TOTAL INTERNA	TOTAL EXTERNA	OP. S/EXAME	TOTAL DISPÊNDIO
1 984	2 481 541	4 492 160	6 973 701	4 793 040	-	7 274 581
1 985	6 553 009	8 753 013	15 306 022	25 286 422	28 381 080	60 220 511
1 986	10 814 281	9 261 884	20 076 165	33 041 592	28 381 080	72 236 953
1 987	18 135 064	9 594 980	27 730 044	38 932 488	28 381 080	85 448 632
1 988	17 495 848	9 446 154	26 942 002	35 770 801	28 381 080	81 647 729
1 989	16 856 837	9 228 247	26 085 084	27 009 467	28 381 080	72 247 384

Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, foram anexados ao processado, os seguintes documentos:

a) Cópia da Lei Estadual nº 4.583, de 20 de julho de 1983, autorizando o Governo Estadual a contratar uma operação de crédito externo, até o valor de US\$ 160,0 milhões;

b) Aviso nº 173, de 29 de janeiro de 1984, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 35,0 milhões;

c) Exposição de Motivos nº 072, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE nº 84/178) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Dec. nº 65.071, de 27-8-69 e pelo Dec. nº 84/128, de 29-10-79.

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e externa).

O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso II do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

O Senhor Presidente da República autorizou o Governo do Estado de Mato Grosso a dirigir-se ao Senado Federal, na forma do art. 42, item IV, da Constituição.

No caso, foram cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 403, alíneas a, b e c). Assim, opinamos favoravelmente à solicitação, nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução nº 64, de 1984

Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa Rodoviário daquele Estado.

O Senado Federal resolve:

Artigo 1º É o Governo do Estado de Mato Grosso autorizado a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outras moedas, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinada ao financiamento das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR-158, trecho Barra do Garças — Nova Xavantina — Canarana, constante do Programa Rodoviário daquele Estado.

Artigo 2º A operação realizar-se-á nos termos a provados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, item II, do Decreto nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira ao Governo Federal, e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 4.583 de 20 de junho de 1983, autorizadora da operação.

Artigo 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1984. — Senador Itamar Franco, Presidente. — Senador Roberto Campos, Relator. — Senador Passos Pôrto — Senador Virgílio Távora — Senador Jutahy Magalhães — Senador Jorge Kalume — Senador Jorge Bornhausen — Senador Almir Pinto — Senador Saldanha Derzi

PARECER Nº 586, DE 1984

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 64, de 1984, da Comissão de Finanças, que "autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinada ao Programa Rodoviário daquele Estado".

Relator: Senador José Fragelli

Apresentado pela Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar, com a garantia da União, uma operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, de principal, junto a grupo financiador a ser indicado sob a orientação do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil, destinada a financiamento das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR-158, trecho Barra do Garças — Nova Xavantina — Canarana, constante do Programa Rodoviário daquele Estado.

2. O art. 2º do projeto, ora sob exame, estabelece que a operação realizar-se-á nos termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, inclusive o exame das condições creditícias da operação a ser efetuado pelo Ministério da Fazenda em articulação com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, item II, dos Decretos nº 74.157, de 6 de junho de 1974, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 4.583, de 28 de julho de 1983, autorizadora da operação.

3. Para atender as disposições do Regimento Interno e da legislação pertinente, além das exigências estabelecidas pela Comissão de Finanças, conforme se conclui do exame do seu parecer, foram anexados ao processado os seguintes documentos:

a) cópia da Lei Estadual nº 4.583, de 20 de julho de 1983 autorizando o Governo Estadual a contratar uma operação de crédito externo, até o valor de US\$ 160,0 milhões;

b) Aviso nº 173, de 29 de janeiro de 1984, da SEPLAN, reconhecendo o caráter prioritário da operação e a capacidade de pagamento do Estado, até o limite de US\$ 35,0 milhões;

c) Exposição de Motivos nº 072, de 26 de junho de 1984, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, favorável, enviada ao Senhor Presidente da República, propondo o seu encaminhamento ao Senado Federal, para os fins do art. 42, item IV, da Constituição;

d) Ofício (FIRCE-CREDE nº 84/178) do Departamento de Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros, credenciando a operação em pauta, conforme atribuições conferidas pelo Dec. nº 65.071, de 27-8-69 e pelo Dec. nº 84/128, de 29-10-79.

e) comportamento da dívida Estadual (Interna e Externa).

4. O exame das condições creditícias da operação será efetuado pelo Ministério da Fazenda, em articulações com o Banco Central do Brasil, nos termos do art. 1º, inciso II do Dec. 74.157, de 6 de junho de 1974, assim que apresentada a respectiva minuta de contrato com o grupo financiador.

5. Foram cumpridas as exigências constantes no art. 403, alíneas a, b e c, razão por que, na forma do art. 108, item VI, ambas do Regimento Interno, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao pleito do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, nos termos do projeto de resolução que apresentou.

6. Nada há que possa se argüido contra a proposição, no que compete a esta Comissão examinar, pois está corretamente formulada sob os ângulos constitucio-

nais e jurídicos, razão pela qual entendemos possa ter tramitação normal.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 1984. — Helvídio Nunes, Presidente — José Fragelli, Relator — Pedro Simon — Hélio Gueiros — Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Norvan Acayaba.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A sociedade brasileira e o Brasil surpreenderam-se com a morte inesperada do General Jayme Portella, ocorrida na noite de 5 deste mês.

Estive no cemitério Esperança, em nome da Maioria desta Casa, para render meu preito de saudade e senti quanto era estimado, o ilustre morto.

Militar, soube honrar a sua vida profissional ajudando a sua Instituição e ao Brasil, com o discernimento e a inteligência de que era dotado. Nas últimas quatro décadas sempre esteve presente, participando de movimentos salutares, voltados para o bem-estar e a grandeza do País. E em 1964, já sedimentado pelas lutas anteriores, mais uma vez, deu valiosa ajuda em prol da Nação brasileira. Embora participe direto, evitava sobrepor-se a seus chefes imediatos, norma ditada pela sua conduta de homem disciplinado, bem como pela sua natural modéstia. Foi membro do Governo do Marechal Costa e Silva com o qual colaborou como Ministro Chefe da Casa Militar, onde se destacou também, pelo seu desvelo e pelo seu espírito reconhecidamente político. Natural de João Pessoa, nasceu em 1911, o saudoso militar sempre se manteve fiel às tradições democráticas. No Governo do Presidente Médici, foi comandar a 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza, e em 1974 passou para a reserva, depois de chefiar a Diretoria de Comunicações do Exército. Em todas e nas mais variadas funções que exerceu, S. Exª deixou traços marcantes da sua ação equilibrada e dinâmica, somada à sua honrada personalidade. E num gesto que bem caracteriza a sua lealdade, escreveu opulenta obra sob o título "A Revolução e o Governo Costa e Silva", publicada em 1979, cujos subsídios serão de real valor para os pesquisadores e historiadores do futuro.

Hômem de hábitos discretos, soube valorizar a vida e, embora tenha conhecido o topo da mantonha, resistiu às vertigens das alturas e não se deixou escravizar pelas honrarias dos cargos exercidos, fazendo deles apenas instrumentos para bem servir à Pátria, tendo no pensamento a figura excelsa e as lições do Patrono, o imortal Caxias.

Por todas essas suas qualidades, registro o seu pensamento como minha homenagem e do povo acreano que aprendeu a admirá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tem sido uma preocupação constante nas duas Casas do Congresso Nacional — Senado e Câmara — o problema educacional brasileiro, que se apresenta dispare nas diferentes regiões do País.

O Norte e o Nordeste, como sempre acontece, estão a liderar as estatísticas que envolvem as taxas do desenvolvimento nacional, quer no setor produtivo da agroindústria, que dispõe de minguados recursos que se maiores fossem propiciariam oportunidades de emprego às populações atingidas pelo desemprego e subemprego, como ainda oferecer condições de melhores arrecadações aos erários estaduais e municipais, com os quais os governantes poderão melhorar os níveis de saúde e educação de regiões tão carentes, que, se bem assistidas muito po-

deriam concorrer para minimizar o imperdoável desnível regional.

A imprensa nos dá notícia de uma conferência pronunciada pelo Governador do Ceará, perante alunos da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, em que o ilustre governante, Dr. Luiz Gonzaga da Fonseca Motta, acredita, num esforço incomensurável, investirá no setor educacional, nada menos do que 45% dos recursos previstos no orçamento de 1985, superando dessa maneira o percentual estabelecido na Constituição Federal, que obriga a aplicação anual, pelos Estados Federais, nunca inferior a 25% do total de recursos obtidos através da arrecadação dos impostos estaduais.

É importante que aqui se ressalte o zelo do Chefe do Executivo cearense pela educação que, acredito não seja outro o desejo dos Governadores das demais Unidades da Federação, todos imbuídos do anseio de bem servir as comunidades que governam.

No decorrer de sua conferência, ao referir-se ao Plano Estadual de Desenvolvimento — PLANED, o Dr. Gonzaga Motta fez questão de afirmar que os investimentos de seu governo em educação são prioritários, isto porque a taxa de analfabetismo no Ceará atinge 43,5%, enquanto a taxa na Região Nordeste é de 36% e a taxa nacional é de 26,5%.

Por aí se constata que a maior contribuição fica mesmo com o Setentrão e Médio Setentrão brasileiros, porque, apesar de não dispormos de dados atualizados sobre a situação educacional da Região Norte, acreditamos que esteja em pé de igualdade com o Nordeste, porque luta com as mesmas dificuldades que a gente nordestina, se bem não apresente os embargos cíclicos que nos são impostos pela madrastra natureza.

Um outro tema abordado na palestra governamental foi o relacionado com a saúde, terrivelmente abalada durante os cinco anos de estiagem, em que, na verdade, a fome e a sede mataram em pé de igualdade com as doenças infecciosas surgidas, como sempre acontece, em épocas de calamidade pública.

Mas, assim mesmo, o Governador Gonzaga Motta revelou aos oficiais alunos da ECEME que em 18 meses de administração construiu 50 novos postos de saúde em todo o Estado, frisando ainda que 150 mil crianças e 37 mil mães estão sendo assistidas por um programa de suplementação alimentar, além de vir desenvolvendo no Estado, por importante lhe parecer, o Programa de Abastecimento Alimentar — PROBAL.

Não é preciso ser um iluminado para chegar à constatação de que no Nordeste, de preferência me situei no meu Ceará, são acentuadamente precárias as condições de saúde, educação, nutrição e habitação.

Ao lado da Conferência do eminente Governador Gonzaga Motta, aqui perfilarei conceitos de estudiosos da problemática cearense, buscando dados do Instituto Euvaldo Lodi, regional do Ceará, em que, preocupando-se com o secular problema das secas, acredita haver chegado o momento para repensar a pobreza do Nordeste.

Já que o ilustre Governador cearense ateu-se em comentar assuntos relacionados com a Saúde e Educação, é bom que, por exemplo, abordemos, embora de maneira sucinta, embora importantes indicadores sociais referidos nos estudos realizados pelo acima aludido Instituto.

As informações fornecidas pelo PLANED em 1980, quando atravessava o Ceará o segundo ano de seca, a esperança de vida ao nascer era de apenas 41,8 anos, quer dizer, 41 anos e 8 meses, o que se constitui numa das mais baixas do mundo.

No que concerne à mortalidade infantil, naquela época, era excessivamente alta, provocada por doenças infecciosas e parasitárias, avitaminoses, desnutrição e afecções ligadas ao parto.

É ainda o PLANED — Plano Estadual de Desenvolvimento — ano de 1980, quem nos dá o índice de mortalidade infantil, que chegava a 108,12 por mil, nascidas vivas.

Com o prolongamento da seca, a Imprensa passou a emitir dados segundo os quais a mortalidade infantil já atingia a 250 por mil, 3º maior índice de mortalidade infantil do mundo. E o pior, a Secretaria de Saúde do Estado passava a prever que tal índice avançaria para 400 por mil, o mais tardar dentro de 90 dias.

Vejam, meus prezados colegas e ilustre Presidente, a real situação que foi criada no meu Estado — e creio ter atingido o Nordeste como um todo, pela terrível estiagem que estiolou a vida da gente nordestina.

Passemos ao tema educação, abordado pelo Governador Gonzaga Motta, recentemente, para que comparemos com os Estudos do Instituto Euvaldo Lodi realizados em 1980, em plena vivência com a estiagem.

As informações do PLANED, relativas ao ano de 1980, nos mostra a precariedade do setor educacional, senão vejamos: em 1980, de 1.263.357 crianças entre 1 e 6 anos, apenas 56.212 foram atendidas pelo pré-escolar. Agora, em relação ao primeiro grau, conforme os dados da época, o Ceará apresentava um déficit de 32% no atendimento, e dentre a população infanto-juvenil, 55% não sabia ler nem escrever, e ressaltam os dados, embora muitas destas estivessem matriculadas no 1º grau.

Em termos de Brasil, vamos encontrar, considerando a população total do Brasil, 42,2% de analfabetos, deduzindo-se assim ter alcançado um valor inferior ao percentual de analfabetos apenas atingido pela população infanto-juvenil do Ceará, o que evidencia que o montante de adolescentes não alfabetizados é de apenas 15%, o que caracteriza a gravidade do quadro cearense.

Não conheço o teor de toda a palestra do Governador do Ceará pronunciada para os oficiais, alunos da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, mas decerto S. Exª abordou um outro problema agudo que se relaciona com as finanças do Estado.

Os estudos levados a termo pelo Instituto Lodi, Núcleo Regional do Ceará no campo financeiro, chegaram à seguinte constatação: no período entre 1970 e 1981, o crescimento da receita global do Estado, em termos reais, foi de 286%, inferior ao crescimento da despesa global que foi de 331%, no mesmo período.

Segundo esta mesma pesquisa, foi possível chegar a uma outra constatação; a Dívida Consolidada do Estado, isto é, toda e qualquer obrigação contratada pelo Estado, em decorrência de financiamentos e empréstimos ou concessão de quaisquer garantias que represente compromisso assumido em um exercício para resgate em exercício subsequente, experimentou um crescimento bastante acentuado, saltando de Cr\$ 219,9 milhões em 1970, para Cr\$ 26,9 bilhões em 1981 — ambos medidos a preços de 1981, o que apresentou um crescimento global de ordem de 12,116% a uma taxa média anual de 55%.

Comparando-se isto com a arrecadação do ICM, a principal, ou porque não dizer, a única fonte própria de geração de recursos que o estado do Ceará possui, chegou-se à conclusão de que esta tem crescido menos que a dívida consolidada; e, o mais grave é exatamente o que passarei a dizer: em 1970, a dívida estadual representava 5% da receita tributária líquida daquele ano, para em 1981 esta relação chegar em torno de 199%, quase 200%.

Pelos dados financeiros por mim aqui transcritos e buscados nas pesquisas do Instituto Euvaldo Lodi, dão-nos o quadro real de dificuldades que o atual governante do meu Estado terá que enfrentar, principalmente, no que diz respeito à dívida social e o apoio que terá de prestar à estrutura agrária que sabemos centrada no complexo latifúndio-minifúndio, quando se identifica que 90% das unidades produtoras têm menos de 100 ha e detêm somente 32,5% da área total, enquanto 1,34% dessas unidades têm mais de 500 ha e detêm 34% da área total.

Deste assunto me ocuparei noutra oportunidade. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao confirmar para o ilustre Senador Itamar Franco que eu achava que devia usar da palavra na sessão de hoje, S. Exª mostrava o seu desagrado e a sua decepção pela pouca ou quase nenhuma frequência nesses dias no plenário do Senado Federal. Realmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e desestimulante, é até decepcionante essa ausência de membros do Senado Federal. Até porque me parece que há um descompasso entre a eficiente atividade Legislativa do Congresso Nacional, nesses últimos dias, e esse aparente marasmo, aqui, no plenário da Casa. Basta dizer que nesta última semana, para mostrar a fertilidade e a eficiência legislativa do Senado, aprovamos o fim da Lei nº 2.065, liberando um pouco mais a majoração dos salários, e ainda no fim da última semana conseguimos aprovar, com o consenso de todos os Partidos da Casa, a chamada Lei da Informática, graças, inclusive, a um sobre-humano e muito difícil trabalho de conciliação do ilustre Senador Virgílio Távora.

Eu quis mostrar que não está havendo esse esvaziamento na produção legislativa do Congresso Nacional para ficar evidente que são por motivos importantes e de força maior que os Senadores não estão conseguindo vir a esta Casa.

Todos nós sabemos que há uma campanha eleitoral em marcha e, embora ela seja para uma eleição indireta, que, talvez, prescindisse dessa mobilização numerosa de parlamentares, a verdade é que se trata de uma campanha penosa, difícil, complicada, a exigir dos Srs. Parlamentares também uma ação política mais cuidadosa e mais eficiente.

Assim, Sr. Presidente, acho que embora se dê a impressão merencória nessas reuniões do Congresso Nacional, expressamente do Senado, de que porventura alguém pode suspeitar que a classe política está parada, está em marasmo, a verdade é que acredito que tudo isso seja força da campanha eleitoral, com os Senadores se empenhando vivamente nela em favor dos seus candidatos. Contudo, as aparências também impressionam e creio que o Senado deveria ter cuidado com as aparências. Seria o caso, a semelhança do que tem acontecido em outras campanhas eleitorais diretas, que se estabelecessem alguns períodos de esforço concentrado no Congresso Nacional a fim de que os eventuais visitantes nesta Casa não levassem a desagradável impressão sobre o funcionamento do Senado da República. Seria o caso das lideranças entrarem em entendimento de modo que se estabelecesse um calendário, através do qual se garantisse uma melhor frequência nesta Casa para que não haja esse ambiente desolador, contristador de sessões desta natureza. Hoje conseguimos, ainda graças a boa vontade da Mesa, abrir os trabalhos, mas já houve ocasiões, na semana passada, que não tivemos condições. Neste ponto, louvo a Mesa do Senado, porque entendo que o regimento deve ser interpretado de modo a facilitar e ajudar o funcionamento da Casa e não ser invocado, ser aplicado para impedi-lo. De modo que antes de entrar no assunto que desejava falar, gostaria de deixar este apelo às lideranças efetivas aqui do Senado da República para que encontrassem um calendário no sentido de estabelecer um prazo de esforço concentrado nesta Casa.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Tem o aparte o ilustre Líder Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exª está coberto de razões, mas eu iria um pouco mais além. A providência sugerida, sem dúvida, é das mais felizes.

Mas queria lembrar a V. Ex^a que, na semana passada, na votação de uma lei que, justamente, vai regular, praticamente, a sorte do desenvolvimento brasileiro nos próximos cinquenta anos, que é a Lei da Informática, não fosse os acordos de lideranças no plenário do Congresso na Câmara — e veja bem, havendo sido convocado, não com um ou dois dias de antecedência, mas com uma semana pelos rádios e pelos jornais, com a notícia sendo propagada também, pelos Srs. Parlamentares — lamentavelmente, não fosse este acordo de liderança, não teríamos o número de Senadores necessários para votação, se verificação fosse pedida de *quorum*. Há, realmente, neste fim dos nossos trabalhos do ano de 1984, por parte do Senado, seja por ter inúmeros de seus membros viajando, seja por razões outras, a qual não atribuo, também, tanta importância à campanha, já que ela está se ferindo para uma eleição indireta e não vejo esta ocupação tão grande dos Srs. Membros desta Casa nos seus respectivos Estados, há algo a fazer. Os esforços concentrados, a que V. Ex^a se refere e que já deram tão bons resultados no passado, devem ser tentados, mas com um empenho muito grande, senão teremos a repetição do que houve na semana passada. Era apenas a chegada que queríamos dar ao seu oportuníssimo pronunciamento sobre este assunto. Hoje, aqui, estamos praticamente assistindo discursos por uma magnanimidade da Mesa. Veja o número de pessoas presentes ao plenário e V. Ex^a há de concordar que se trata de algo que não devia se repetir.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito grato ao precioso apoio de V. Ex^a às minhas palavras. A propósito, já que V. Ex^a referiu-se às sessões do Congresso Nacional da semana passada, quero aplaudir, naquela altura, o gesto do Presidente Moacyr Dalla, quando foi anunciada a votação do veto sobre os royalties para os Estados, em cuja plataforma continental há exploração de petróleo. Houve um Deputado, que quis logo lavar o atestado de omissão e de descuido do Senado, e não queria sequer que o Presidente Moacyr Dalla colocasse em votação o veto porque dizia ele: "a Câmara cumpriu o seu dever e aqui está com número suficiente para votar o veto, mas o Senado não está. Por isso, nós já estamos previamente derrotados".

O Presidente Moacyr Dalla, entretanto, usou da sua força e fez a votação na Câmara dos Deputados. V. Ex^a deve estar lembrado, ilustre Senador Virgílio Távora, que na Câmara dos Deputados não haiva maioria absoluta dos seus membros. No entanto, eles já estavam lavrando atestado de que a culpa era toda do Senado e, por causa do Senado, o veto sobre os royalties não iam ser rejeitado. A verdade, sem querer criticar ninguém, mas apenas me defendendo de uma acusação feita por um ilustre Líder daquela Casa, a verdade é que antes do Senado ser convocado, a Câmara dos Deputados não tinha realmente número para votação, nem sequer de qualquer matéria e muito menos do veto presidencial.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Pois não, tem o aparte V. Ex^a.

O Sr. Virgílio Távora — Veja como o que V. Ex^a disse reforça os nossos temores. Não é possível continuar com esta frequência, por respeito até a nós mesmos. Verificada a impossibilidade do comparecimento, discordamos das razões, sejam lá quais forem — veja V. Ex^a que estou emprestando pouca importância a este trabalho tão grande que devam ter nos seus Estados — façamos o esforço concentrado. Mas que realmente levemos a sério o esforço concentrado e tenhamos número aqui. V. Ex^a há de concordar conosco que para uma pessoa de fora, qualquer visitante, qualquer jornalista, verificará que não está sendo dada a devida importância, no momento, ao trabalho legislativo nesta Casa. Lamentavelmente tem que se dizer isto.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito grato, nobre Senador Virgílio Távora. Embora alguns Senadores possam dizer que desenvolvem intensa atuação em Comissões Técnicas, em Comissões Especiais, em Comissões Mistas e em trabalho político, a verdade é que a opinião pública tira nosso comportamento das reuniões plenárias. Então se deve ter um cuidado especial com o funcionamento dessas sessões plenárias porque é por elas que muita parte da opinião pública afere e avalia o nosso trabalho.

De modo que, ao encerrar essa primeira parte do meu discurso, eu gostaria de reiterar o meu apelo às Lideranças desta Casa para que formulem um calendário especial neste fim de ano de campanha eleitoral, a fim de que se estabeleçam semanas ou dias para a realização de um esforço concentrado, durante o qual nós deveremos votar as matérias em pauta e também discutir os assuntos mais importantes.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de saber que não haveria tão grande frequência na Casa, eu me inscrevi para abordar esse problema da campanha indireta.

A tirar-se pela leitura dos jornais deste fim de semana, o Brasil atravessou uns dias conturbados e agitados, porque há quem queira transformar manifestações de insatisfação e desagrado para com um dos candidatos à Presidência da República motivo suficiente para se justificar uma ruptura na ordem constitucional vigente.

Especialmente os jornais de Brasília têm dado muito eco a essa ameaça, a esse perigo de uma outra anormalidade constitucional no País porque em Sergipe alguns sergipanos entenderam de manifestar desagrado pela presença do eminente Deputado Paulo Maluf, e no Ceará outro grupo de manifestantes também quis dar a entender que não é do seu agrado a presença, na Presidência da República, do ilustre Deputado Paulo Maluf. Nota-se que nas duas cidades, Aracaju e Fortaleza, houve também manifestações de aplauso e solidariedade ao candidato do PDS. S. Ex^a também foi alvo de aplausos, de vivas, de entusiasmo. E por exemplo, em Natal, S. Ex^a chegou mesmo a ensaiar um passo de dança, mostrando que é bom no samba de pé, para os manifestantes que foram ali dar-lhes as boas vindas. Não sei por que, entretanto, a imprensa, ou grande parte da imprensa, se esquece de dar destaque a esse lado positivo da campanha eleitoral do Deputado Paulo Maluf, para insistir apenas em alguns ovos, alguns tomates e algumas vaías que estão sendo lançadas sobre o candidato.

Claro que tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é desagradável. Ninguém gosta de levar ovo, nem tomate, nem vaia. Mas temos que convir que não é possível uma democracia que não resista a tomate, a ovo, a vaia. É absolutamente normal e natural um candidato sofrer, de vez em quando, até alguns vexames e constrangimentos. Quero dizer a V. Ex^a que, embora não seja o mais antigo desta Casa, quero crer que não houve ainda um político do Brasil que não teve algum momento de situações desagradáveis em sua peregrinação por seus Estados e em outros Estados brasileiros.

Eu me lembro, por exemplo, de uma vez quando candidato, sob o Governo do atual Ministro Jarbas Passarinho, era uma luta para eu conseguir fazer um comício no interior do Estado, porque todos eles eram praticamente empastelados por foguetes-de-assobio, por vaías e por uma série de coisas. Mas não foi por causa disso que nós deixamos de fazer a nossa campanha, mas continuamos tranquilamente na campanha eleitoral, e, embora com sucesso e insucesso ali, nós consideramos tudo isso muito normal e muito natural. Por isso, não dá para entender como agora se queira estar de binóculo, num alerta total, para ver o que vai acontecer nas demais cidades brasileiras, porque, a partir de alguma vaia ou de algum tomate, ou de algum ovo, há o risco de se acabar com essa incipiente democracia brasileira. Quero dizer a V. Ex^as que, embora o ovo e o tomate não sejam nada agradáveis para quem é alvo deles, a verdade é que se trata de dois materiais da tradição democrática dos países demo-

cratas. Não há nenhuma novidade, ninguém joga uma melancia, ninguém joga abacate, ninguém joga melão, porque isso maltrata e machuca, mas todo mundo sabe que se usa muito ovo e muito tomate, porque é uma agressão de ordem moral, deixa apenas o cidadão sujo e fedorento, mas não passa disso. Não há nada de mais, não há risco à integridade física de ninguém, nem risco à vida de quem quer que seja.

Aqui no Brasil, graças a Deus, mas graças a Deus que nós ficamos só na base do ovo e do tomate. Porque nessa grande nação modelo, padrão e exemplar que são os Estados Unidos, além de às vezes, ou muitas vezes, os candidatos e políticos levarem ovo e tomate, também levam tiro no pulmão, tiro na cabeça. Tiro no pulmão como aconteceu com o Presidente Reagan, e tiro na cabeça, como aconteceu com o Presidente John Kennedy, e tiro nas vértebras e na medula, como aconteceu com o Governador Wallace, do Alabama. Isso sim é que é altamente censurável. Mas ovo e tomate, isso acontece amiúde nos países democráticos, e o máximo que os jornais desses países civilizados dizem é o seguinte: o Presidente Reagan foi alvo de uma manifestação com ovo e tomate, só isso. Ninguém vai dizer: Ah! não vai haver mais eleição nos Estados Unidos. Vamos acabar com essa Constituição. Vamos emendar o artigo tal, vamos editar um ato institucional, não vai haver eleição em novembro para Presidente da República etc.

Ninguém se lembra de dizer isso. Menciona-se o fato porque o fato, realmente, é noticiável. Mas ~~moço ali~~ não tem nada demais nisso. É desagradável para quem recebe vaia, para quem recebe tomate, é desagradável, não vou dizer que não é; seria bom que não acontecesse. Mas dizer que os sergipanos são sanguinários, descendentes de Átila, o rei dos hunos, mas não o Átila o nosso porta-voz, e que queriam sangrar a carótida do Deputado Paulo Maluf para sugar-lhe o sangue, isto é um exagero descomunal, e não podemos estar dando guarida e nem eco a essas notícias e a esses comentários.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Tem o aparte o nobre Senador Jutahy Magalhães, da gloriosa Bahia.

O Sr. Jutahy Magalhães — Acho que V. Ex^a está fazendo um discurso com certo humor, com certa ironia, porque não posso admitir que V. Ex^a defenda o direito de atirar-se ovos e tomates em qualquer candidato. Acredito que V. Ex^a defenda o direito de manifestação de opinião, de liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o direito de locomoção. Acredito que V. Ex^a defenda todos esses direitos e não aceite a agressão. A vaia em si é uma coisa, atirar-se objetos, seja ele qual for, em outro cidadão, é uma agressão. O perigo disso não é só esse problema político. Infelizmente, no Brasil, ainda temos essas ressalvas que alguns desejam fazer, de que sempre corre perigo essa planta tenra da democracia, que é uma frase — feita desde o tempo de Mangabeira. Mas o problema não é só este. O problema também é o perigo, e o perigo maior, talvez, é de que haja também, da parte de outros, uma reação do mesmo teor. V. Ex^a pode imaginar o que seja nós transformarmos o Brasil, nessa eleição indireta, em um choque entre partidários dos dois candidatos. O que há de mais grave nessas manifestações é que elas foram preparadas, e preparadas por elementos do Partido de V. Ex^a; foram deputados do Partido de V. Ex^a que dirigiram essas manifestações. Este é o problema maior. V. Ex^a não vai dizer que há espontaneidade de se levar o caixão com ovo e tomate dentro dele. Não é espontaneidade; isso é preparo. E preparo, toda imprensa publicou, de quem? De uma deputada do Ceará que dizem que é exaltadíssima, mas que é, de qualquer maneira, uma deputada do PMDB. Este é o maior perigo. Tenho receio de se dar armas àqueles que não querem ver a democracia proliferar no Brasil. Não podemos dar argumento para isto, nós temos que fazer um esforço. E o candidato de V. Ex^a tem declarado, peremptoriamente, muitas e

reiteradas vezes, que não deve haver esse tipo de agressão. Mas, infelizmente, parte do Partido de V. Ex^a Vamos ver se conseguimos evitar isto, porque, se nós chegarmos ao exagero contrário, de, quando chegar o candidato da Oposição, haver também gente que se reúne, não espontaneamente, mas preparados para fazer um ato de agressão, isto vai ser o fim. Isto não é democracia, Sr. Senador.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador Jutahy Magalhães, V. Ex^a me faz justiça quando diz que não concordo com isto. Eu não estou dizendo que isto é agradável, que isto é recomendável, que isto é conveniente. O que eu não concordo é dizer que, por causa disto, está ameaçada a ordem democrática e constitucional no País, está ameaçada a própria eleição indireta para Presidente da República. Isto é um exagero brutal, escandaloso, impertinente, sem nexos. São coisas absolutamente normais numa campanha eleitoral. Campanha eleitoral não é congresso de Filha de Maria.

O Sr. Jutahy Magalhães — Normal, não: anormal.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Não é congresso de Filhas de Maria, onde todo mundo está certinho, direitinho, de mãos postas, rezando piedosamente. Isto é congresso de Filhas de Maria. Em um comércio político, a presença de um candidato, de um político, numa cidade, é coisa mas movimentada, onde pode acontecer alguma irreverência, e é natural que aconteça.

V. Ex^a falou em caixão. Há poucos dias, nobre Senador Jutahy Magalhães, porque eu não permiti, no uso do meu mandato de representante do povo do Pará, porque eu não concordei que o projeto de Serra Pelada passasse na frente do projeto do Estado do Pará, também foi feito meu enterro lá na cidade de Marabá.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas, se V. Ex^a permite, não jogaram caixão nenhum em V. Ex^a.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Já vou dizer. V. Ex^a não sabe, vou dizer a V. Ex^a, pois V. Ex^a não está sabendo. Então fizeram o meu enterro e, inclusive, arranjaram algum boneco parecido comigo, ou maquiado à minha semelhança. Colocaram no caixão e foram despachar pela VARIG. Quem ficou do meu lado e não deixou o caixão chegar aqui foi a VARIG. Não foi a polícia, não foi o Exército, não foi a Marinha, não foram as forças Armadas; apenas a VARIG achou... Não foi nem por apreço a mim. Foi porque eles colocaram alguma coisa deteriorável e a VARIG recusou-se a fazer o transporte. Mas fizeram o meu enterro e mandaram ainda que o caixão, com o meu suposto corpo-defunto, fosse remetido para cá, para ser recebido com todas as desonras, no Aeroporto de Brasília.

Por que Paulo Maluf vai ser melhor que um senador? Se podem fazer o meu enterro, se podem fazer esse tipo de crítica exagerada com um Senador da República...

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite esclarecer. Eu não falei do caixão; falei do que levaram dentro.

O SR. HÉLIO GUEIROS — ...então, não há por que o Deputado Paulo Maluf, só porque é o candidato do PDS, não possa ser atingido por alguma coisa desagradável. Não. Ele pode.

O Sr. Jutahy Magalhães — Então V. Ex^a acha que o outro candidato também pode receber.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador, eu não vou dizer que pode.

O Sr. Jutahy Magalhães — Esse é o problema. V. Ex^a não quer o ruim para o seu; quer o ruim para o outro.

O SR. HÉLIO GUEIROS — V. Ex^a não sabe o que eu ia dizer. Espere um pouquinho.

O Sr. Jutahy Magalhães — É aquela história: pimenta nos olhos dos outros não arde.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Acontece que o ex-Governador Tancredo Neves, aqui, nas barbas do Palácio do Planalto, um dia, saindo do Hotel Nacional, recentemente, não faz um mês ou dois, levou também a sua "ovação", como diz o Odorico Paraguaçu: jogaram ovo em cima dele aqui, ao sair do Hotel Nacional. Ele simplesmente se limpou, seguiu em frente e não deu maior importância, nem para rádio, nem para televisão e ninguém falou mais nisso. Não deu ênfase para o assunto, de maneira nenhuma, e é isso que eu penso que deve ser feito. O que estou estranhando é simplesmente essa ênfase que se está querendo dar a esses fatos, como se eles fossem capazes de alterar a normalidade constitucional e a normalidade de uma campanha eleitoral.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — A não ser marinheiro de primeira viagem, todo político no Brasil já experimentou situações parecidas, senão semelhantes a essa.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Já pegamos vaia, já fomos ameaçado de agressão, já fomos até, às vezes, preso, mas nem por isso se vai dizer que é o fim da democracia no Brasil, que é capaz de não haver mais eleição para Presidente da República, porque quem já viu jogar tomate e ovo em alguém? Se esse critério fosse verdadeiro, daqui a pouco não haveria mais jogo de futebol no Brasil, porque todo mundo sabe que o torcedor, quando acaba de chupar uma laranja, no campo de futebol, joga-a em cima do jogador do qual ele não gosta. Isso é errado, mas é usual, é natural, e lá no Maracanã...

O Sr. Jutahy Magalhães — Se V. Ex^a permite um aparte, dentro das regras do futebol...

O SR. HÉLIO GUEIROS — E lá no maracanã os soldados, preventivamente, evitam que o torcedor fique chupando laranja na arquibancada. Não pode, ele só pode chupar laranja fora do Maracanã. Quando ele entra, não leva mais. Quer dizer, ninguém vai, com isto, querer acabar...

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite apenas um aparte? Dentro do futebol...

O SR. HÉLIO GUEIROS — Com os jogos de futebol no Brasil, nem impedir que o torcedor, de vez em quando, lance qualquer coisa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Dentro das regras do futebol, V. Ex^a que é conhecedor do assunto sabe, quando existe algum problema desse tipo, de agressões em um campo de futebol, é proibido ao time dono da casa continuar a jogar nesse campo que fica interditado. Portanto, não leve para esse exemplo, porque dentro do futebol, interdita-se o campo. Se passássemos para a política, se extrapolássemos para a política, acabávamos com as eleições. E não é isso o que desejamos.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador Jutahy Magalhães, não sou somente eu o expert em futebol, V. Ex^a o é também, tanto que deu provas. Mas quero dizer a V. Ex^a, ainda jogando no seu conhecimento do assunto, que, até hoje, no Brasil, nunca ouvi falar de campo interditado. Vemos pela televisão certos campos absolutamente impraticáveis, a assistência quase que em cima do jogador, apearando o jogador, mas ninguém interdita campo, porque a verdade é que todo mundo entende como absolutamente natural essa situação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, continuando neste assunto, quero dizer que fui surpreendido — já que estamos falando de atitudes desaconselháveis, inconvenientes e impertinentes fui surpreendido pela leitura dos

jornais daqui de Brasília e também do meu Estado, da notícia de que o ilustre comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional resolveu negar a Banda de Música da Aeronáutica para a mais tradicional procissão, não só do Pará, mas talvez da Amazônia e do Brasil: o Círio de Nazaré. E mais, S. Ex^a, além de proibir que a banda da Aeronáutica abrihantasse, como faz todos os anos, gloriosa procissão do meu Estado, ainda proibiu que qualquer militar da Aeronáutica fardado acompanhasse o Círio de Nazaré.

Eu acho, nobre Senador Jutahy Magalhães, que para o paraense isso é pior do que jogar tomate e ovo em cima de um candidato. É uma atitude absolutamente injustificável. S. Ex^a fez isso, o ilustre Comandante do Comando Aéreo Regional, porque no ano passado, no dia do Círio, o Arcebispo de Belém fez uma proclamação em favor dos padres franceses presos. Mas, se a Igreja não defender o seu sacerdócio quem é que vai defender? O que seria estranhável e condenável era o Arcebispo de Belém não defender os seus pastores. Eu acho que ele tem a obrigação, e esse fato não deveria ser motivo para uma revanche — uso o nome revanche porque também estou cheio dessa estória, nos jornais, de que a vitória do PMDB é a vitória do revanchismo — pela proclamação do Arcebispo de Belém, no ano passado, pelos padres que estavam presos.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permita, nobre Senador, eu não conheço o problema lá do Pará nessa circunstância, mas eu li nos jornais — e não sei se foi desmentido, porque eu não li nenhum desmentido — que o Arcebispo do Pará, solicitava que não se transformasse a procissão em assunto político, e ele mostrava até o interesse de que os candidatos não comparecessem à procissão como candidatos de seus partidos. No entanto, parece-me que haverá qualquer manifestação de ordem política durante a procissão, pelo menos tentar-se-á aproveitar o aglomerado de milhares e milhares de pessoas para manifestação política. E todos nós reconhecemos na procissão do Círio de Nazaré como uma das mais importantes do Brasil, aquela que leva mais gente às ruas, acompanhantes, devotos verdadeiros e também os que querem aparecer como devotos que não sabem, talvez, o que significa o Círio de Nazaré.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador Jutahy Magalhães, quem está dando a conotação pública ao Círio de Nazaré é o ilustre Comandante do Comando Aéreo Regional do Pará. Ele é que está tomando uma atitude política, e não o Arcebispo de Belém.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu não estou acusando o Arcebispo de Belém, estou dizendo que ele solicitou que se mantivesse apenas a devoção; pelo contrário, eu estou elogiando a atitude dele. Infelizmente, ele não foi atendido.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador Jutahy Magalhães, na verdade, e todos os anos acontece isso, não tem porquê o político deixar de acompanhar o Círio de Nazaré pelo fato de ser interpretado como fazendo exploração política. Não tem sentido, é a mesma coisa que o Governo deixar, por exemplo, de fazer uma manifestação, distribuir brinquedos no dia de Natal com medo de que isso seja transformado numa exploração política.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas V. Ex^a alega que o Arcebispo estava errado.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Não. O Círio de Nazaré, além de ser uma devoção, é também uma atração turística. É evidente que desperta atração e curiosidade em todo o Brasil. Desde que eu me entendo, é a mesma lengalenga, todos os anos — e não pense V. Ex^a que é a primeira vez que se diz que o Círio de Nazaré não deve ser transformado em manifestação política e etc.

Quero dizer a V. Ex^a que nunca, jamais, o paraense deixou que se transformasse o Círio de Nazaré em manifestação política. Iludem-se aqueles que pensam que o povo do Pará não sabe fazer a distinção. E digo mais: tem gente que quando vai ao Pará e vê algum político acompanhando o Círio de Nazaré, que já foi acompanhado por Paulo Maluf, já foi acompanhado pelo Presidente Médici, já foi acompanhado pelo Presidente Figueiredo, só o Presidente Geisel não foi — e como lá existe o costume quando a berlinda passa — e geralmente as autoridades vão ao redor da berlinda — e vê o povo que está parado aplaudir, tem gente, tem jornalista que pensa que o aplauso é para a autoridade política, para o eventual homem público que está ali. Mas não é, trata-se de um costume, de um hábito do paraense aplaudir a berlinda quando ela passa em sua frente. Agora, quem não sabe, os jornalistas que vão ao Pará noticiam, por exemplo, que o Ministro Jarbas Passarinho foi aplaudido quando passou. Não é nada disso, o aplauso é para a Santa, é para a berlinda da Santa. Não existe esse aplauso pessoal, direto, para o político. A Santa, a Virgem de Nazaré é aplaudida, e não o político eventual que vai passando por ali.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quer dizer que se chegarem aqui e falarem que o Tancredo Neves foi aplaudido, eu logo vou dizer: Foi a berlinda, não foi o Tancredo.

O SR. HÉLIO GUEIROS — É isto que eu quero dizer a V. Ex^a. Quando sair nos jornais daqui que o povo aplaudiu o ex-Governador Tancredo Neves quando passava, não aceitei muito esta versão, é claro que ele será recebido com efusão, com carinho pelo povo paraense, mas na hora do culto à Santa não tem desvio.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu aplaudo V. Ex^a por considerar assim.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Posso garantir a V. Ex^a que não haverá desvio, o povo vai aplaudir, vai venerar, vai adorar, vai prestar sua homenagem à Santa, exclusivamente à Santa. É impressionante isso no paraense, é impressionante! Ele não confunde, ele não mistura, embora alguém possa, eventualmente, se confundir pensando que o político está chamando mais a atenção do que a berlinda da Santa. Posso garantir a V. Ex^a que não acontece isto no Círio de Nazaré que, aliás, vale a pena ser visto seja por Tancredo, seja por Figueiredo, seja por quem quiser pois, na minha opinião, embora não seja autoridade no assunto, é a maior demonstração de fé, de entusiasmo, de devoção de um povo por uma Santa da Igreja Católica. É realmente impressionante, só vendo para se acreditar.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Concedo o aparte ao nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Ilustre Senador, V. Ex^a é realmente um habilíssimo pregador e tenta minimizar uma coisa que, aliás, parece ser norma da cúpula do Partido de V. Ex^a, que são os acontecimentos para ver se tiram realmente a gravidade da coisa. Não tem nenhum ponto de comparação entre o que se faz com o candidato Paulo Maluf, em alguns Estados, e o que foi feito com V. Ex^a não tem nenhuma relação. Com V. Ex^a foi uma manifestação de um grupo pequeno, descontente com a posição que V. Ex^a tomou em benefício do seu Estado, eu reconheço agora, e que era uma coisa concentrada, nitidamente marcada por um grupo. Não é o que se está fazendo atualmente, há de fato uma minoria organizada. V. Ex^a foi, em efígie, enterrado, coisa que deve ter sido motivo de orgulho para V. Ex^a como paraense, como defensor do Governo do Pará. Mas, V. Ex^a minimiza os acontecimentos, e, naturalmente, tenta também se opor à atitude do Comandante que não quis ceder a banda de música ao Círio de Belém; toda a imprensa sabe que a

feita do Círio de Nazaré vai ser transformada no grande comício do candidato Tancredo Neves. V. Ex^a sabe que vão juntar os aplausos espontâneos da berlinda com os aplausos para a glorificação do candidato de V. Ex^a. Então, não adianta querer minimizar, que acho prudente, e louvável de V. Ex^a, porque a realidade é outra bem diferente.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Nobre Senador João Lobo, sou forçado a repelir a injúria de V. Ex^a à devoção do povo do Pará. V. Ex^a embora não tenha sido intencional, está injuriando o povo paraense, quando acha que uma procissão, que tem 191 anos de existência, atravessou todos os períodos no Brasil: Império, República Velha, República Nova, a ditadura de 45, 64, com a presença de todos os eventuais detentores do poder, nunca o povo do Pará deixou deturpar essa procissão. Vai ele, agora, no Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1984, fugir a esse padrão, a essa tradição, para se chamuscar na política? Pode crer, nobre Senador João Lobo, que isto não vai acontecer. Não é esta a intenção do Governador Jader Barbalho, quando convidou como faz todos os anos, um personagem ou uma personalidade — não só S. Ex^a mas todos os outros Governadores — para conhecer essa grande procissão do povo paraense. Nunca aconteceu isto e nem vai acontecer agora. Quero, aliás, em nome do povo do Pará, convidar V. Ex^a como hóspede especial daquele povo para assistir ao Círio de Nazaré no próximo domingo, para ver, com os seus próprios olhos, que o povo paraense não mistura política com religião.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Pois não. Ouço, para concluir, Sr. Presidente, o aparte do ilustre Líder Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — A propósito das manifestações que têm havido contra o Deputado Paulo Maluf, durante as suas visitas aos vários Estados, gostaria que ficasse claro que a posição oficial do PMDB já foi colocada pelo nobre Presidente Ulysses Guimarães e pelo Governador Tancredo Neves, que é no sentido de que nós não estranhemos qualquer manifestação espontânea da opinião pública. Nós condenamos, porém, qualquer manifestação adrede preparada de hostilidade a quem quer que seja. E, por isso, nós ressaltamos a responsabilidade do PMDB em quaisquer manifestações dirigidas que, por acaso, tenha havido por aí afora. Se algum membro do Partido, inclusive parlamentar, compareceu a algumas dessas manifestações o fez com a sua responsabilidade absolutamente pessoal, sem nenhum respaldo da Direção Nacional do Partido. Sabe V. Ex^a que essa é a posição do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sem, entretanto, deixar de registrar, como bem o fez V. Ex^a, que é da essência da democracia tanto o apoio como o desapoio aos candidatos porventura lançados a pleitos eleitorais.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito grato ao oportuno e ilustre aparte de V. Ex^a, nobre Senador Humberto Lucena.

Quero dizer, para mostrar a inocência do PMDB em toda esta questão, que se há indício de provas de que alguém está dirigindo isso, é muito fácil apurar a responsabilidade.

Mas para mostrar a inocência do PMDB em toda esta questão, basta dizer que no episódio da campanha das eleições diretas, a quem V. Ex^a compareceu em muitos comícios, sobrou via para o PMDB.

Cansei de ouvir aqui V. Ex^as. falarem e ressaltarem que o governador Franco Montoro foi vaiado...

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a não confunda via. A via é uma coisa, agressão é outra.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Verifica V. Ex^a que somos inocentes, porque até em manifestação preparada oficialmente pela Oposição, o PMDB também pega um pouquinho de via. Nem por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, consideramos isso um fato inusitado, capaz de abalar as estruturas da democracia brasileira.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer, desta Casa, um apelo ao ilustre Comandante Aéreo do Pará, no sentido de que S. Ex^a reveja sua atitude e empreste a colaboração da sua força à Procissão do Círio de Nazaré. Essa atitude do Comandante não vai afetar em nada o brilho da procissão, não vai arrefecer o entusiasmo, não vai arrefecer o ânimo, não vai diminuir o brilho do espetáculo, mas vai deixar um ranço, uma antipatia, uma malquerença da parte do povo para com a Força Aérea Brasileira, que é tão benquista, tão querida na Região Amazônica. A Região Amazônica é o Estado do Pará tem muita simpatia, amizade e respeito pela Força Aérea Brasileira. Eles fazem uma obra realmente fantástica, tanto mais naquele tempo em que não havia as comunicações, nem as estradas de hoje. Eram os bravos aviadores brasileiros que faziam contatos e ligação entre distantes e longínquas cidades da Amazônia. A FAB é altamente simpatizada, estimada e querida no meu Estado. Não há porque agora, por causa de uma divergência eventual com o Arcebispo de Belém, querer-se agredir a toda uma população que gosta da Aeronáutica, mas que vai ficar naturalmente sentida em verificar que esta força, ao contrário do Exército e da Marinha, que vão comparecer, vai ficar ausente da mais tradicional manifestação de religiosidade do povo do meu Estado. É o apelo que faço, ao final do meu pronunciamento, ao ilustre Comandante da Amazônia.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, para uma breve comunicação. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo, para uma breve comunicação.

O SR. JOÃO LOBO (PDS — PI. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero comunicar, neste momento, a esta Casa, o falecimento do ex-Senador Luiz Ribeiro Gonçalves, piauiense ilustre que exerceu com brilhantismo, com honradez e o seu primeiro mandato de Senador entre 1934 e 1937. Posteriormente, S. Ex^a exerceu ainda o mandato de Senador entre 1946 e 1950. O seu falecimento ocorreu na sexta-feira última, dia 5 de outubro, aos 90 anos honrados e dignamente vividos, deixou inconsolável os seus familiares, os seus amigos, seus admiradores e todo o Estado do Piauí.

S. Ex^a exerceu durante a sua vida cargos dos mais expressivos: foi Secretário-Geral do DCT, Diretor-Geral do DNOCS e Diretor-Geral de Obras Públicas e Agricultura do Estado do Piauí.

Quero, Sr. Presidente, solicitar que seja registrado nos Anais desta Casa os votos de pesar e que sejam os mesmos estendidos a sua viúva, Alice Ribeiro Gonçalves, a sua irmã Selê Mendes Ribeiro Gonçalves e ao seu sobrinho piauiense o Ministro Afrânio Nunes, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Quero pois, Sr. Presidente, com apoio no art. 241, letra b, no art. 244, letra a do Regimento da Casa, solicitar que seja registrado este fato e estendido os votos de pesar aos seus familiares.

O Piauí e o Brasil perdem no Senador Luiz Ribeiro Gonçalves um homem de caráter, de muita dignidade que se comportou como um exemplo vivo, tanto para com os seus coestaduanos, como para aqueles que tiveram a honra de privar com S. Ex^a nesta Casa.

Era esta a comunicação que queria fazer, neste momento, solicitando, também, que a Casa convoque uma sessão especial em homenagem ao ilustre morto.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência aguarda a remessa do requerimento referido pelo nobre Senador João Lobo. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 239, DE 1984

Pelo falecimento do ex-Senador Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, ocorrido no dia 5-10-84, requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- inserção em ata de voto de profundo pesar;
- apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1984. — **João Lobo**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Mesa se associa à homenagem prestada ao falecido Senador que representou nesta Casa, por duas vezes, o seu Estado, o Piauí, com dignidade e respeito.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há **quorum** para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, em fase de votação, constituídas dos Projetos de Lei da Câmara nºs 10/81, 44/81, 53/77, 65/79, 14/84 e 79/79; e Projeto de Lei do Senado nºs 41/82, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Item 8:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que estabelece abatimento nos preços de derivados do petróleo e do álcool, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos, tendo

PARECER sob nº 533, de 1984, da Comissão — de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão da matéria em segundo turno, sem emendas, é a mesma considerada definitivamente aprovada, salvo se algum Senador requerer seja o projeto submetido a votos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 240, DE 1984

Requeiro, nos termos do art. 315, *in fine*, do Regimento Interno do Senado Federal, seja submetido a votos o Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1980.

Sala das Sessões, 8 de outubro de 1984. — **Virgílio Távora**.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Em virtude da inexistência de **quorum**, a votação deste requerimento fica adiada, ficando sobrestada a decisão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1980.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Humberto Lucena, para uma breve comunicação.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Altevir Leal — Eunice Michiles — Claudionor Roriz — José Sarney — Alberto Silva — José Lins — Carlos Lyra — João Calmon — Nelson Carneiro — Morvan Acayaba — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lenoir Vargas. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A realização, em agosto deste ano, em Belo Horizonte, de um Seminário Nacional sobre o Estatuto da Microempresa, não teve o condão de acelerar, no Congresso Nacional, a tramitação da matéria, embora de iniciativa do Executivo, porque com as atenções voltadas para o problema político-eleitoral e para o Projeto de Informática, felizmente em fase final de tramitação.

Teve aquele conclave a competente direção dos Secretários de Administração, da Indústria e Comércio, respectivamente Deputados Luiz Otávio Mota Valadares e Jorge Ferraz, além do coordenador do Programa Nacional de Desburocratização, Dr. João Geraldo Piquet Carneiro e do Presidente da Comissão Estadual de Desburocratização, Dr. Ivan Barbosa Afonso.

Entre os expositores, figuraram o Dr. José Orlando Battistoti, Diretor do BESC, abordando o tema "A experiência catarinense sobre a microempresa", o Dr. Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba, sobre o tema, "O Estatuto da Microempresa Curitubana", presente, ainda, o Dr. Gerson Vaz, "Presidente da Associação de Microempresas do Paraná". Presentes vários Deputados Federais, entre os debatedores, a questão foi abordada em toda a sua amplitude, propondo-se mecanismos de ação coletiva e política, a partir da ação junto aos legislativos federais, estaduais e municipais, corrigindo-se as imperfeições do projeto enviado ao Congresso Nacional.

Outro aspecto importante dos debates foi a abordagem consignada na adoção de medidas para incentivar o desenvolvimento da microempresa nos municípios, com vistas especiais à formação técnico-gerencial, vista não somente a qualificação dos atuais empresários mas a formação de futuros.

O segundo tema abordado, em importância, foi o relativo ao sistema de crédito, considerando-se, no particular, o Estado ainda tímido na simplificação, sobretudo no capítulo das garantias, tanto mais quanto a inadimplência das microempresas é extremamente baixa em comparação com as de maior porte.

Aspecto importante da abordagem nessa reunião foi o da municipalização da microempresa, porque, na realidade, o espaço físico desses empreendimentos é o município, primeira realidade sociológica e política, onde as necessidades serão atendidas e surgirão mais espontânea e fortemente as associações.

As questões das iniciativas especiais do poder público, da política econômica, da estrutura produtiva, da inte-

gração Estado-Empresa, da extensão dos benefícios à área rural também foram abordados com segurança e amplo discernimento.

Queremos, neste instante, congratular-nos pelos excelentes resultados desse conclave, para o equacionamento do problema da microempresa no País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os acontecimentos de Aracaju, repetidos em Fortaleza, que até hoje repercutem, demonstraram o desejo de radicalização de certos setores que, certamente, não seguem a orientação do comando oposicionista. Com isto buscam radicalizar a campanha e demonstram a existência de setores extremistas que fogem ao entendimento que deveria existir na chamada frente oposicionista.

Não faltou quem os comparassem a fatos produzidos na Nicarágua, onde freqüentemente se tem constatado a incapacidade sandinista de conviver com qualquer tipo de oposição, a quem se nega, antidemocraticamente, toda possibilidade de expressão de idéias, críticas ou programas políticos.

Também naquele país, que tem freqüentado tanto, ultimamente, os noticiários políticos dos jornais, existem grupos organizados de pessoas, especialistas em fazer calar as vozes dissidentes e impedir o acesso, pelas vias normais de comunicação, das mensagens antisandinistas àqueles a quem eles gostariam de poder atingir.

No caso do Brasil, o fenômeno é semelhante, embora difiram os seus protagonistas.

Não é o Governo, que, normalmente, detém a força pública e, portanto, maior potencial de mobilização, quem promove manifestações hostis ao candidato, que lhe é adversário.

Muito ao contrário, em atitude equilibrada e equidistante, tem a Polícia Federal garantido a realização de comícios em praça pública pelos partidários da Frente Liberal.

As práticas de palanque, que a Oposição reimplantou no Brasil, têm-lhe valido reiterados aplausos e comentários elogiosos da imprensa falada e escrita.

Seria natural, portanto, que o Governo que assim preside ao jogo democrático pudesse também assegurar a seu candidato idênticas vantagens no acesso à opinião pública, mesmo que através de métodos diferenciados de campanha política.

E, no entanto, tal não está ocorrendo.

Certamente não seria justo atribuir aos dirigentes da campanha Tancredo Neves uma atitude participativa neste tipo maniqueísta de manifestações radicalizantes. Comprovado está, porém, que parlamentares do PMDB são os organizadores destas manifestações.

Pode, sem dúvida, acontecer que, mesmo sem a conivência deles, bandeiras vermelhas coloram seus comícios ou que pessoas simpatizantes com a candidatura oposicionista agridam, verbal ou fisicamente, o candidato do Governo, pensando estar, assim, fazendo propaganda para a Aliança Democrática.

Entrevistas de Ministros de Estado têm revelado que não será impossível detectar as pessoas que, em nome de ideais e agremiações espúrias, têm visitado diferentes pontos do Brasil para produzir a torcida organizada contra Paulo Maluf.

E, se assim é, o nosso apelo é no sentido de exigir que estes indivíduos de segunda classe, brasileiros ou não, sejam realmente identificados e vejam cessada a sua liberdade abusiva de usar do direito de expressão para impedir o exercício de faculdade idênticas, por parte do preterido situacionista à Presidência da República.

Pois, se na verdade, esses homens não têm conseguido intimidar o nosso candidato, nem mesmo abalar a sua intrepidez e a sua determinação, que têm sabido tirar, da

hostilidade, um maior número de adeptos e votos no Colégio Eleitoral, têm causado imenso prejuízo à Nação Brasileira.

A indisciplina e o passionalismo, que revelam, transformam-se em argumentos contra a eleição direta e faz o jogo dos adversários da democracia, sempre à cata de pretextos para fechar as comportas da liberdade de expressão e iniciar o retrocesso, que representaria a consolidação do autoritarismo no País.

Que se caíem as vozes dos impostores, dos aliciadores, dos demagogos, que impedem as expressões de outros pensamentos que não os seus. "Não se pode transformar a peregrinação de um candidato à Presidência da República numa oportunidade para vandalismos políticos."

Uma minoria irracional não pode se sobrepor à maioria da Nação.

Só teremos a democracia verdadeira, que postula o pluralismo de vozes e a igualdade de oportunidades, exigindo a convivência civilizada entre correligionários e opositores.

Não temos dúvida de que, se ela é difícil de ser conseguida na sua plenitude, não podemos permitir que seja suscetível de nos ser arrebatada, nesta fase embrionária do nosso desenvolvimento político.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto). — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, (II Conferência Brasileira de Combate ao Tabagismo), atingiu os objetivos determinantes de sua convocação, sob o patrocínio da União Internacional contra o Câncer, com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, da Prefeitura Municipal de São Paulo e de 28 entidades médicas ou paramédicas.

A Comissão Organizadora do conclave — constituída pelo Grupo Brasileiro de Estudos para Prevenção do Câncer (BRADEPCA), pela Associação Médica Brasileira (AMB), pela Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC) e pela Fundação Centro de Estudos de Oncologia —, logrou reunir em São Paulo, de 27 a 29 de setembro de 1984, expressivas lideranças no campo da saúde, da educação, da administração e da política, médicos, educadores, administradores, políticos e profissionais diversos, além de especialistas estrangeiros, especialmente convidados, dentre os quais se destacaram pelo valor das respectivas contribuições, os doutores Michael Pertschuck, J. Michael McGinnis, Allan C. Erickson, dos Estados Unidos, e o doutor Carlos Alvarez Herrera, da Argentina.

Ao ensejo, desejo felicitar os ilustres membros da Comissão Organizadora, pelos êxitos e repercussões do Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, doutores Antônio Pedro Mirra (Presidente), Mário Rigatto (Vice-Presidente) e demais integrantes Ajax Walter S. Silveira, Edmundo Blundi, Francisco C. da Silva Telles, Jayme dos Santos Neves, João Baptista Perfeito, Joaquim Gama Rodrigues, José Rosemberg, José Silveira, Ruth Sandoval Marcondes e Thomas Szego.

Dispensar-me da aduzir comentários sobre a participação e a personalidade dos ilustres conferencistas e relatores das comunicações pessoais que, distribuídos em quatro grupos de trabalho, examinaram e debateram os aspectos de saúde, educativos, sócio-econômicos e político-legislativos.

É que a Comissão Organizadora deverá divulgar o Relatório Geral das suas atividades e dos trabalhos realizados, ocasião em que serão devidamente examinadas as contribuições pessoais dos participantes do Simpósio.

Na qualidade de Presidente do quarto grupo incumbido de investigar os Aspectos Políticos-Legislativos, coube-

me a honrosa iniciativa de redigir e apresentar um ensaio sobre "O Congresso Nacional e o Controle do Tabagismo — Reflexões sobre a Essencialidade e Urgência de uma Legislação Específica", assunto sobre o qual teci considerações no decorrer dos debates travados durante a reunião do grupo de trabalho, no dia 29 de setembro.

Em face da natureza abrangente, da densidade das informações, dos conceitos emitidos e, sobretudo, das propostas conclusivas formuladas, solicito a incorporação dessa Conferência ao texto deste sucinto pronunciamento.

Solicito, igualmente, a incorporação das Conclusões gerais e Recomendações do Simpósio, elaborados pelos doutores Antônio Pedro Mirra e Allan C. Erickson, e de uma síntese das contribuições do doutor Michael Pertschuck, respectivamente intituladas "Legislação de Controle do Tabagismo" (Smoking Control Legislation), e "Benefícios e Custos Econômicos do Tabaco — um Pésimo Negócio" (The Economic and Cost of Tobacco — a Poor Bargain).

Devo, aliás, expressar ao ilustre Professor Michael Pertschuck os meus agradecimentos pelas elogiosas referências que fez sobre o trabalho que submeti ao exame dos participantes do Simpósio.

Convém destacar como relevantes acontecimentos e resultados positivos do Simpósio, a posse do Comitê Nacional Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil, ocorrida às 17h 30m do dia 27 de setembro, seguida da reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional contra o Fumo, da Associação Médica Brasileira (AMB).

É a seguinte a composição do Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil, no qual tive a satisfação de ser incluído como um dos seus membros:

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO)

COMITÊ COORDENADOR DO COMBATE AO TABAGISMO NO BRASIL

- Mário Rigatto, Presidente.
- Antonio Pedro Mirra, Vice-Presidente.
- José Rosemberg, Documentação.
- Jayme Santos Neves, Integração Comunitária.
- Gernano Gerhardt Filho, Saúde Pública.
- Carmem Annes Dias Prudente, Educação Comunitária.
- Lourival Baptista, Política.
- Jayme Zlotnik, Dia Nacional Sem Fumo.
- Waldemar O. Bianco, Televisão e Rádio.
- Adherbal Fortes de Sá Jr., Imprensa.
- Aloysio C. Achutti, Educação Oficial.
- João Batista Costa, Igrejas.

COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA NACIONAL CONTRA O FUMO — AMB

Antonio Pedro Mirra — SP, Presidente — Sociedade Brasileira de Cancerologia.

Antonio Carlos Alves Simi — SP, Sociedade Brasileira de Angiologia.

Ermelindo Del Nero — SP, Sociedade Brasileira de Cardiologia.

João Tomas Abreu Carvalhaes — SP, Sociedade Brasileira de Pediatria.

Mário Rigatto — RS, Sociedade Brasileira de Pneumologia e Fisiologia.

José Mendes Aldrighi — SP, FEBRASGO.

Roberto Doglia Azambuja — DF, AMB.

Setores

Banco de Dados

José Rosemberg — SP, Presidente.

Edmundo Blundi — RJ.

Angelo Rizzo — PE.

Comunicação

João Batista Perfeito — SP, Presidente.

Margareth Dalcom — RJ.

Manuel Lopes dos Santos — SP.

Educação

Aloysio Achutti — RS, Presidente.

Ajax Walter S. Silveira — SP.

Ruth Sandoval Marcondes — SP.

Legislação

Roberto Doglia Azambuja — DF, Presidente.

Laercio Moreira Valença — DF.

Francisco C. da Silva Telles — SP.

Programas Regionais

Jayme Zlotnik — PR, Presidente.

José Feldeman — MG.

Thomas Szego — SP.

Publicações Básicas

Jayme dos Santos Neves — ES, Presidente.

José Silveira — BA.

Joaquim Gama Rodrigues — SP.

Finalmente, desejaria encerrar esta comunicação a respeito do magno Simpósio de São Paulo transcrevendo, a seguir, o texto oficial do Programa Nacional contra o Fumo:

PROGRAMA NACIONAL CONTRA O FUMO

Considerando que a Organização Mundial da Saúde, a União Internacional Contra o Câncer e outros órgãos internacionais de saúde, documentando-se em pesquisas científicas, responsabilizam a prática de fumar pelos prejuízos à saúde e morte de milhões de pessoas anualmente, recomendam o desenvolvimento de programas de âmbito nacional, esclarecendo as populações sobre os malefícios do consumo do fumo.

Considerando que mais de 30 países membros da Organização Mundial da Saúde, atendendo àquelas recomendações, já vêm desenvolvendo programas e campanhas oficiais e já promulgaram leis restritivas ao consumo e propaganda de cigarros, impõe-se, também, entre nós, o desenvolvimento de um Programa Nacional Contra o Fumo.

1. Objetivos:

O Programa Nacional Contra o Fumo terá por objetivos:

1.1 Gerais

1.1.1 Contribuir para o controle das doenças dos aparelhos respiratório e cardíaco-vascular, bem como de outros sistemas orgânicos, e diminuir os riscos para a gravidez, através da prevenção e/ou redução da prática de fumar.

1.2 Específicos

1.2.1 Informar a respeito das consequências, para a saúde, da prática de fumar;

1.2.2 Criar atitudes favoráveis à abstenção de fumar e/ou mudar atitudes que exaltem o uso do fumo;

1.2.3 Evitar que as crianças e jovens se iniciem na prática de fumar;

1.2.4 Conseguir que os adultos, particularmente profissionais de saúde, pais, professores, autoridades, artistas, desportistas não fumem em público ou pelo menos, na presença de crianças e jovens;

1.2.5 Restringir o consumo de cigarros em fumantes de alto risco;

1.2.6 Estimular a defesa do direito dos não fumantes.

2. População alvo:

Toda a população deverá ser atingida pelo programa, especialmente às crianças, jovens e gestantes.

3. Metodologia

Os métodos de educação a serem utilizados no programa deverão ser variados, a fim de que toda população seja alcançada e em momentos diferentes.

Sugerem-se os seguintes:

- orientação individual
- grupos de discussão

● palestras, aulas com utilização de diapositivos, filmes, flanelógrafos

- simpósio
- "spots" em rádio
- filmetes em televisão e em cinemas
- reportagem e notícias em jornais
- exposições
- impressos (folhêtos, "folders", volantes)
- cartazes
- adesivos

4. Coordenação

O Programa Nacional Contra o Fumo será coordenado pela Associação Médica Brasileira, através de uma Comissão Nacional integrada por representantes da:

- Associação Médica Brasileira (AMB)
- Sociedade Brasileira de Angiologia (SBA)
- Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBCancerologia)
- Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBCardiologia)
- Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

● Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)

● Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO)

Caberá à Comissão Nacional:

- coordenar o programa a nível central;
- elaborar diretrizes e normas;
- criar um Banco de Dados sobre fumo e saúde;
- elaborar publicações básicas.

5. Colaboradores:

O programa contará com a colaboração de órgãos dos poderes públicos, entidades médico-científicas e sociedades de prestação de serviços à comunidade.

6. Recursos Financeiros:

O programa contará com recursos financeiros advindos dos órgãos e entidades patrocinadoras e colaboradoras.

7. Estratégia:

O Programa Nacional contra o Fumo, que será lançado através de uma Campanha, focalizará especificamente três aspectos:

- educativos
- políticos
- econômicos

7.1 Aspectos Educativos

A Comissão Nacional traçará diretrizes para a educação da população em geral, particularmente das crianças, jovens e gestantes, cujo conteúdo deverá incluir informações sobre:

- fumo e saúde
- motivos que levam o indivíduo a fumar
- gestação e fumo
- esportes e fumo
- direitos dos não-fumantes

Com base nessas diretrizes serão planejados programas regionais ou locais de combate ao fumo.

A Comissão recomendará a todas as universidades do Brasil a manutenção de programas que alertem para os perigos do fumo.

7.2 Aspectos Políticos

A Comissão Nacional deverá enviar solicitação ao Congresso, a fim de que seja instituída uma CPI sobre fumo e saúde. A solicitação deverá ser instruída com a Carta de Salvador e informações pertinentes ao assunto, tais como relatórios da OMS, e o livro do Prof. José Rosemberg:

Essa CPI deverá provocar revisão da legislação e/ou aprovação de novas leis referentes a:

- controle da propaganda de cigarros
- proibição de fumar em locais determinados
- venda de cigarros e similares
- impostos
- advertência dos riscos do tabagismo

7.3 Aspectos Econômicos

A Comissão Nacional deverá:

7.3.1 estimular a realização de pesquisas sobre custo-benefício de programas antifumo.

7.3.2 estimular o Governo a:

1 — estabelecer incentivos fiscais ou equivalentes para a conversão de culturas de tabaco em outras de maior interesse comunitário;

2 — desencorajar investimentos de capital em indústrias de tabaco;

3 — bloquear a entrada de capital estrangeiro que se destina à aplicação em indústrias de tabaco.

4 — recusar o apoio oferecido pelo Banco Mundial, FAO e outras entidades internacionais para o desenvolvimento de culturas de tabaco;

7.3.3 desestimular a aplicação do Fundo 157 na cultura e indústria do tabaco.

Eram estas as observações que me cumpria formular nesta oportunidade.

Senador LOURIVAL BAPTISTA O CONGRESSO NACIONAL E O CONTROLE DO TABAGISMO

— Reflexões sobre a essencialidade e urgência de uma legislação específica

SÃO PAULO

28 e 29 DE SETEMBRO DE 1984

SUMÁRIO ASPECTOS POLÍTICO-LEGISLATIVOS

	Pág.
1. Introdução	5
2. Abordagem quantitativa	7
3. Estratégia contra o tabagismo	11
4. Essencialidade de uma legislação específica de âmbito nacional	13
5. O desempenho do Poder Legislativo no concernente à erradicação da pandemia tabágica	16
6. O modelo norte-americano de combate ao tabagismo. Ensinamentos de uma experiência válida	23
7. O que fazer? Reflexões conclusivas	28
8. Documentação anexa:	
8.1 — O Simpósio Nacional sobre o controle do Tabagismo — II Conferência Brasileira de Combate ao Tabagismo (II CONBAT) — Organização e Temário — São Paulo, 28 e 29 de setembro de 1984	33
8.2 — Discurso proferido no Senado Federal sobre o Simpósio de São Paulo, a 13 de junho de 1984 — Senador Lourival Baptista	37

INTRODUÇÃO

Desejo, preliminarmente, agradecer à Comissão Organizadora do Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo o convite que me enviou, no sentido de presidir um dos quatro grupos incumbidos de investigar os problemas condensados no temário deste magno conclave — precisamente os concernentes aos Aspectos Político-Legislativos.

Faço-o com justificada satisfação, por intermédio dos eminentes Professores Antônio Pedro Mirra e Mário Rigatto, respectivamente Presidente e Vice-Presidente, solicitando-lhes se dignem transmitir as expressões do meu reconhecimento aos insígnies integrantes da Comissão Organizadora do Simpósio, os Doutores Ajax Walter C. Silveira, Edmundo Blundi, Francisco C. da Silva Teles, Jayme dos Santos Neves, João Baptista Perfeito,

Joaquim José Gama Rodrigues, José Rosemberg, José Silveira, Ruth Sandoval Marcondes e Szego.

A exiguidade do tempo à minha disposição impede-me de traçar o perfil biográfico dos componentes dessa notável equipe de cientistas, pesquisadores e mestres, que, no âmbito acadêmico, técnico ou profissional, são conhecidos e respeitados em todo o Brasil.

Cumpro, também, o dever de enaltecer os ilustres participantes deste grupo de trabalho — constituído por uma plêiade de consagradas personalidades, cujo desempenho, no âmbito da política, da administração e da cultura, credenciou-os ao respeito e à admiração de quantos se interessam pelos problemas do bem-estar e do desenvolvimento social e comunitário. Refiro-me, especificamente, aos Doutores Milton Bechara, Secretário do Grupo; ao Professor Michael Pertschuck e à Senadora Eunice Michiles; aos relatores, Deputados Federais Ruy Codo, Oscar Alves e Carlos Mosconi, aos Deputados Estaduais Vercedino Albarello, Abraham Dabus e Geraldo José R. Alkmim Filho e o Dr. Tercio Chagas Tosta.

Finalmente, torna-se indispensável enaltecer a valiosa e inextinguível colaboração dos relatores das conclusões do Simpósio, os eminentes Professores Pedro Mirra e Allan C. Erickson.

ABORDAGEM QUANTITATIVA

Encerrada esta indispensável preliminar, parece-me razoável acentuar que o ponto de partida para uma correta, objetiva e realista apreciação dos aspectos político-legislativos do controle do tabagismo, consiste em uma sumária análise quantitativa a partir dos dados concretos da realidade brasileira.

Trata-se, aliás, de uma premissa lógica óbvia. Foi assim que o ilustre doutor Jayme dos Santos Neves, um dos relatores e o Secretário da Primeira Conferência Brasileira de Combate ao Tabagismo — CONBAT-1, realizada em Vitória, Espírito Santo, de 6 a 8 de abril de 1980, justificou o seu posicionamento no tocante à luta contra o tabagismo, problema que, na sua abalizada opinião, deveria ser pensado em função de duas perspectivas:

"a) uma perspectiva *ex ante*, que se volta para o conhecimento quantitativo e qualitativo do problema, sua extensão e gravidade, e suas tendências no tempo e no espaço;

b) uma perspectiva *ex post*, que visa à uma política de ação antitabágica objetiva, baseada nesse conhecimento e que nos permita intervir, decisivamente, sobre essa extensão e essa gravidade, de modo a reduzi-las gradativamente."

Esclarecendo a sua conceituação, concluiu o professor Jayme dos Santos Neves: "... de fato, na raiz de toda programação, deve haver sempre um conhecimento capaz de permitir a formulação de um modelo gráfico e/ou epidemétrico que expresse a situação, defina prioridades e aponte a solução possível. Ora, no dizer de Walter, modelo é a simplificação quantitativa de uma realidade".

Deve-se, portanto, abordar o tabagismo através do conhecimento, tanto quanto possível, exato, de suas dimensões globais e estatísticas, que configuram as fronteiras, o tamanho e suas condições atuais.

Todos os aspectos do problema devem ser levados em consideração, sobretudo os que se vinculam à saúde, à educação, à sociologia, à política, à legislação e às estratégias operativas.

Diante do exposto, e com a finalidade de enquadrar o problema no contexto das inexoráveis realidades do País, poder-se-ia iniciar esta concisa intervenção, acentuando que, para uma população adulta, estimada em mais de 76 milhões de pessoas, existem 25 milhões de fumantes que consomem, anualmente, cerca de 130 bilhões de cigarros, o que dá uma média *per capita* de cerca de 1.700 cigarros/ano.

Evidentemente, estes números sofrem ligeiras oscilações em virtude das retrações verificadas no consumo, sobretudo nos últimos três anos, por força da recessão econômica.

Segundo dados oficiais da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), até 1980 o consumo de cigarro vinha aumentando gradativamente, registrando-se, nesse ano, a venda de 142,7 bilhões de cigarros. Em 1981, esse volume baixou para 134,9 bilhões, com uma queda de 5,5% sobre o ano anterior, e, em 1982, o consumo continuou a cair, situando-se em 132,3 bilhões, portanto, menos 1,9% sobre o resultado anterior. Em 1983, o consumo situou-se em 129,2 bilhões de cigarros, menos 2,3% em relação ao exercício anterior, acumulando-se queda de 9,7% em 3 anos.

As alterações não se limitaram ao volume das vendas, mas se fizeram sentir, também, na própria composição do mercado. A recessão econômica forçou uma mudança nos hábitos dos consumidores, que passaram a fumar menos, ou a procurar marcas mais baratas. O cigarro "Belmont", da Souza Cruz, para a classe C, é uma boa demonstração do rebaixamento qualitativo do fumante brasileiro. Lançado em fins de abril do ano passado, esse cigarro popular já atingia, no final do ano, a expressiva participação de 17% do mercado total, convertendo-se na segunda marca mais vendida no País.

A recessão econômica acelera a procura de cigarros mais baratos: esta categoria de produto responde por uma parcela cada vez maior da venda total de cigarros.

Além da queda do poder aquisitivo da população, outras causas também poderiam ser identificadas como responsáveis pelas modificações no perfil do consumo de cigarros, registradas nos últimos anos.

Os aumentos reais dos preços dos cigarros, por exemplo: só em 1983, foram em número de três, elevando os reajustes acumulados, no ano, para 153,75% sobre o preço do período anterior. Essa sistemática de reajustes tem sido encarada com apreensões pelos empresários, pois o preço, além de provocar a redução do consumo empurra os fumantes para marcas de preços mais baixos. Os cigarros mais baratos, de qualidade inferior, passam a ser consumidos por uma quantidade maior de fumantes.

Há muitos anos, o fumo vem sendo a principal fonte de arrecadação do IPI, propiciando ao Governo, anualmente, uma receita que tem oscilado entre 29% a 38% do total arrecadado com esse imposto. Isto representa de 8,9% a 12,9% de toda a arrecadação tributária federal.

Com o último aumento de preços, calcula-se que a Secretaria da Receita Federal tenha atingido, até o final de 1983, uma arrecadação do IPI sobre o fumo da ordem de Cr\$ 1,5 trilhão. No mundo todo, o Brasil é o País que aplica — ainda segundo a ABIFUMO — o maior percentual de impostos diretos sobre o fumo. Enquanto a tributação nos Estados Unidos, por exemplo, não chega a 36% do preço final do consumidor, aqui esta proporção ultrapassa 75%.

A tributação sobre os cigarros é considerada ameaçadora pela empresas do setor, uma vez que, a cada ano, diminui a margem de participação bruto dos fabricantes. Analisando a estrutura de preços dos cigarros, esclarece a ABIFUMO, nada menos que 75,85% correspondem ao pagamento de impostos e taxas, 9,24% correspondem à margem líquida do varejista, restando, apenas, 14,91% como preço líquido do fabricante com os quais deve atender às despesas com matéria-prima, industrialização, comercialização e, ainda, remunerar os acionistas. Este preço tem sofrido redução nos últimos anos, por, em 1978, esta margem era de 18,28%.

Estas razões levaram os empresários a solicitar um reexame da carga tributária, alegando que o "aumento dos preços dos cigarros, que tem ocorrido em média duas vezes por ano, deveria basear-se, unicamente, na reposição dos custos com matéria-prima e mão-de-obra".

Evidentemente, longe de ser induzida ou influenciada pelas campanhas antitabágicas, a retração de, aproxima-

damente, 2,7% no consumo de cigarros no País, é um reflexo da perda de poder aquisitivo da população assalariada e da política de reajuste de preços no setor.

O *New York State Journal of Medicine*, em sua edição especial de dezembro de 1983 (volume 83, nº 13, "The World Cigarette Pandemic"), divulgou uma síntese do relatório elaborado pelos professores Fernando L. Lorschin e Fernando C. Barros, do Departamento de Medicina Social da Universidade de Pelotas e da Universidade Católica de Pelotas sobre o panorama do tabagismo no Brasil ("Smoking or Health: the Brazilian Option"), cujas conclusões sobre a saúde e a economia do País merecem atenta reflexão.

Na opinião desses autorizados estudiosos, os fumantes brasileiros consumiram, em 1981, cerca de 135 bilhões de cigarros, confirmando o fato de que o Brasil tornou-se o quarto produtor e o segundo maior exportador de fumo em todo o mundo.

Um número superior a 2,5 milhões de pessoas (2,1% da população global) dependem da produção e atividades correlatas do tabaco. As vendas de cigarros proporcionam cerca de 11,6% da totalidade dos impostos arrecadados.

Os fabricantes de cigarros tornaram-se os maiores contribuintes no Brasil, contribuindo com 37% a 40% da arrecadação total do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). A indústria automobilística e as bebidas alcóolicas colocaram-se, respectivamente, no segundo e terceiro lugares. Durante os primeiros cinco meses de 1983, o Governo arrecadou mais de US\$ 500 milhões provenientes da taxa sobre as vendas de cigarros.

São estes os motivos que levam a ABIFUMO, de vez em quando, a impressionar a opinião pública e a pressionar o Governo Federal, quando proclama, em seus relatórios e press releases, que o desenvolvimento nacional depende da venda de cigarros e que as receitas geradas pela taxa sobre o tabaco foram suficientes para: "a) pagar todas as despesas com a defesa nacional (manutenção das Forças Armadas) durante dois anos; b) custear todas as despesas com a assistência médica do País, incluindo medicamentos e hospitais; e c) contribuir com 40% da totalidade dos benefícios da previdência social no País".

ESTRATÉGIA CONTRA O TABAGISMO

Mas, a ABIFUMO se esqueceu de mencionar o volume das despesas de toda a Nação com as doenças provocadas pelo excessivo consumo de cigarros, os óbitos verificados (cerca de 100 mil por ano), a hospitalização de dezenas de milhares de viciados, as perdas do absenteísmo no trabalho, e as terríveis consequências ecológicas decorrentes da crescente expansão das culturas do fumo nas diversas unidades da Federação.

A ABIFUMO ignorou, por completo, algumas das nefastas e ameaçadoras consequências do tabagismo no Brasil, como, por exemplo os 100 mil óbitos ocorridos em 1980 (8.333 por mês, 277 por dia, 12 por hora, e um óbito de 5 em 5 minutos), presumindo as estatísticas que, sem drásticas providências coercitivas, de natureza preventiva, morrerão, fatalmente, até o fim do século, mais de 2 milhões de brasileiros.

Nos Estados Unidos, segundo asseverou o Doutor J. Califano, ex-Surgeon General, "o fumo é a maior causa previsível de morte: são 360 mil óbitos por ano, cerca de 1.000 por dia, 40 por hora e 0,7 cada minuto".

Essa impressionante quantidade anual de óbitos ultrapassa o número de vidas perdidas em todas as guerras em que os Estados Unidos participaram no século XX.

Não se deveria esquecer que, em 1983, apesar da pequena redução no consumo interno provocada pela recessão, as exportações de fumo registraram a cifra de US\$ 470 milhões. A participação brasileira no mercado internacional do fumo, que está marchando para ultrapassar os US\$ 500 milhões no corrente ano, resultou da modernização da fumaicultura, baseada no desenvolvimento de variedades de fumo de padrão internacional-

mente aceito, além dos esforços das empresas produtoras no âmbito da industrialização e de comercialização.

Atualmente, a fabricação de cigarros representa um setor que emprega mais de 20 mil pessoas, além dos trabalhadores contratados episodicamente, por ocasião das safras, estimados em número superior a 7 mil trabalhadores. Ao lado do café, da cana-de-açúcar, do cacau, da madeira, da soja, das laranjas, o fumo representa um produto, entre outros, gerador de empregos e de divisas, sendo, além disso, a indústria fumageira responsável por um considerável volume de investimentos no âmbito da publicidade em geral.

A propaganda das diversas marcas de cigarros através dos jornais, radioemissoras e na TV está absorvendo recursos cada vez maiores, nos orçamentos das empresas produtoras, visando à conquista do mercado interno, o que significa aumentar o número dos fumantes.

Infelizmente, esse crescimento se vem efetuando nas camadas mais pobres da população assalariada, observando-se uma enorme participação das mulheres e dos adolescentes, que são os segmentos mais vulneráveis à insidiosa propaganda subliminar dos cigarros pela televisão, e aos nefastos efeitos do tabagismo.

ESSENCIALIDADE DE UMA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A legislação específica, visando ao controle do tabagismo e à implementação de uma eficiente estratégia operativa com essa finalidade, ao nível das unidades da federação — abrangendo, além da União e dos Estados, a totalidade dos Municípios —, constituem os problemas básicos que os participantes do grupo incumbido dos Aspectos Político-Legislativos do Temário deste Simpósio deverão examinar, tendo em vista a formulação de conclusões realistas, recomendações concretas e propostas exequíveis.

Tais objetivos somente poderão ser atingidos na medida em que os ilustres participantes se mantenham atentos aos imperativos das realidades brasileiras dos nossos dias, evitando a tradicional fascinação das abstrações ou fórmulas preponderantemente jurídicas, a fim de que a legislação colimada, de efetivo controle do tabagismo, seja de fato exequível, eficiente e prática.

A esta altura, convém enfatizar que o Congresso Nacional, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados, tem demonstrado perplexidade e inegável interesse no que tange ao tabagismo e seus trágicos efeitos.

Longe de permanecerem alienados, os representantes do povo brasileiro, nas duas Casas do Poder Legislativo, estão plenamente conscientes a respeito das sérias e frequentes advertências da Organização Mundial de Saúde, no sentido de que a pandemia tabágica constitui o maior problema de saúde pública da atualidade, em face de sua agressividade patológica, geradora de um ameaçador elenco de doenças que provocam a morte de um em cada dois fumantes, além da invalidez permanente, e do aniquilamento da saúde e do bem-estar físico-mental de milhões de infelizes viciados, porventura atingidos pelas diversas modalidades de câncer, acidentes cardiovasculares, esquemas cerebrais, e assim por diante.

No que me diz respeito, como representante de Sergipe no Senado da República, e no limite das minhas possibilidades de atuação política, sugeri a realização de uma Mobilização Nacional contra o Tabagismo.

Neste sentido, desde 1980, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) corajosamente se engajou no combate ao tabagismo, como um flagelo ecológico, econômico e social, venho procurando concretizar a referida mobilização através de frequentes pronunciamentos no Plenário do Senado Federal, e permanente estímulo às atividades educativas e culturais das instituições vinculadas à luta contra o vício de fumar.

Esse trabalho se encontra documentado nos 2 volumes editados pelo Centro Gráfico do Senado Federal, reunindo mais de 60 pronunciamentos proferidos, com base

em pesquisas estatísticas, consultas às publicações especializadas norte-americanas e européias, é a valiosíssima bibliografia brasileira existente sobre o tabagismo, notadamente as magistrais contribuições científicas dos mestres José Rosenberg, Mário Rigatto, Antônio Pedro Mirra, Edmundo Blundi, Jayme dos Santos Neves, José Silveira entre outros.

Seria, contudo, ingenuidade supor que as proposições legislativas antitabágicas sejam rapidamente aprovadas.

De um lado, cumpre reconhecer a excessiva morosidade e as limitações do processo legislativo nas Comissões Técnicas do Congresso Nacional e, por outro, não se pode menosprezar a insidiosa influência do poderoso complexo agroindustrial dos produtores de fumo e fabricantes de cigarros, cujo lobby, embora não ostensivo, se tem revelado eficaz.

O levantamento que promovi, através do PRODA-SEN, revela a crescente preocupação dos Senadores e Deputados Federais com os problemas do tabagismo, sobretudo nas Comissões de Saúde das duas Casas do Poder Legislativo, principalmente no que tange às doenças dos aparelhos respiratórios e cardiovasculares e de outros sistemas orgânicos.

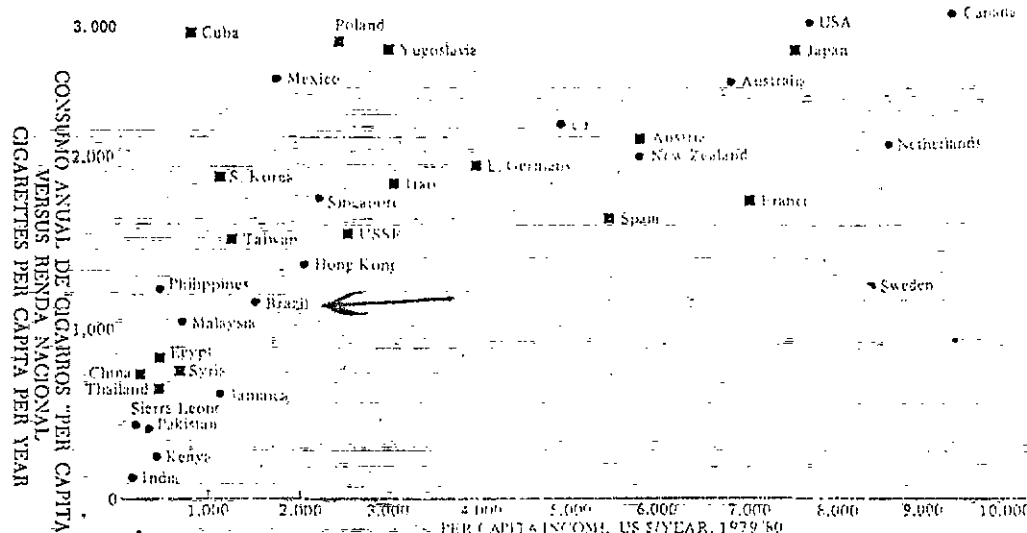


Figure: Cigarette consumption by national income, manufacturing, and private industry. • private industry ■ manufacturing company

159 NEW YORK STATE JOURNAL OF MEDICINE DECEMBER 1983

O DESEMPENHO DO PODER LEGISLATIVO NO CONCERNENTE À ERRADICAÇÃO DA PANDEMIA TABÁGICA

O levantamento efetuado pelo Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal — PRODA-SEN, revela a existência de uma enorme quantidade de projetos e discursos, desde 1972, que seria demasiado longo, impraticável e desnecessário enumerar, nesta oportunidade.

Limitar-me-ei a indicar algumas iniciativas que, pelas suas finalidades, e conteúdo específico, permitem avaliar as tendências, perspectivas e exequibilidade, de uma legislação federal adequada às exigências e necessidades da proteção à saúde e ao bem-estar do povo brasileiro.

Essa amostragem é, contudo, suficiente para demonstrar a necessidade de uma legislação específica para o controle realista do tabagismo.

As seguintes proposições legislativas ensejarão reflexos conclusivos e sugestões positivas:

PLC nº 700/72:

Acrescenta parágrafo único ao art. 63 do Decreto-lei nº 3.688, de 2 de outubro de 1941 (Lei

Depois que o Estado de São Paulo lançou oficialmente, através da Secretaria Estadual de Saúde, no dia 20 de setembro de 1979, numa vigorosa e pioneira campanha contra o fumo, começaram a surgir em cidades como Curitiba, Porto Alegre, Campinas, Salvador e Recife movimentos semelhantes, propiciando condições para que os órgãos governamentais, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais promovessem debates sobre o assunto, ensejando o advento de uma legislação incipiente de controle do tabagismo.

As iniciativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), e, no âmbito federal, as modestas, episódicas e rarefeitas tentativas governamentais de combate ao fumo, teriam, forçosamente, de se refletir sobre o Congresso Nacional, influenciando alguns Senadores e Deputados, perplexos diante das revelações dos pesquisadores, cientistas, e médicos que, nos laboratórios, hospitais e universidades, investigaram os terríveis e implacáveis efeitos da pandemia tabágica.

Algumas sucintas observações bastam para se avaliar as dimensões, dos esforços desenvolvidos no Congresso Nacional pelos parlamentares mais sensíveis e atentos à periculosidade do tabagismo como flagelo causador de doenças, mortes prematuras, redução das expectativas de vida e prejuízos incomensuráveis.

outras providências (Deputado Theodorico Ferreira).

PLC nº 1.317/79:

Institui a Semana Nacional de Combate ao Tabagismo e determina outras providências (Deputado José de Castro Coimbra).

PLC nº 1.774/79:

Proíbe a prática do tabagismo nos locais que especifica e dá outras providências (Deputada Cristina Tavares).

PLC nº 1.923/79:

Determina a inclusão de texto educativo sobre o vício de fumar, nos livros didáticos, e dá outras providências (Deputado Daso Coimbra).

PLC nº 2.106/79:

Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências (Deputado Ruy Codo).

PLC nº 2.216/79:

Proíbe a propaganda de cigarros e de bebidas alcoólicas através de painéis localizados ao longo de rodovias e dá outras providências (Deputado Gioia Júnior).

PLC nº 2.858/80:

Dispõe sobre a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo (Deputado José de Castro Coimbra).

PLC nº 3.464/80:

Institui o Dia Nacional de Combate ao Fumo, a ser comemorado anualmente a 29 de agosto, (Deputado Ítalo Cordeiro).

PLC nº 53/81:

Proíbe o uso de fumo em dependência do Senado que menciona (Senador Lourival Baptista).

PLC nº 92/81:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar das embalagens de cigarro e demais derivados do fumo inscrição de advertência e dá outras providências (Deputado Affonso Camargo).

PLC nº 232/81:

Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor de cigarros, charutos e fumo para cachimbo, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus (Senador João Calmon).

PLC nº 101/82:

Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não fumantes, e dá outras providências (Deputado Daso Coimbra).

PLC nº 298/82:

Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os males causados pelo fumo e seu custo social, bem como os motivos por que o Brasil não cumpriu a Recomendação da 33ª Conferência Mundial de Saúde, da qual é signatário (Deputado Ruy Codo).

PLC nº 5.902/82:

Proíbe a venda de cigarros e demais derivados do fumo aos menores de dezoito anos (Deputado Gioia Júnior).

PLC nº 5.929/82:

Estabelece normas para a realização do concurso vestibular reservando sala especial para os fumantes, (Deputado Ruy Codo).

das Contravenções Penais). Venda de fumo a menor de 16 anos (Deputado Walter Silva).

PLC nº 190/75:

Dispõe sobre proibição de fumar no interior de aeronaves comerciais em vôos domésticos (Deputado Gioia Júnior).

PLC nº 1.859/76:

Dispõe sobre a proibição de patrocínio ou promoção por parte de empresas que desenvolvam atividades com o tabagismo, em competições esportivas e assemelhadas (Deputado Siqueira Campos).

PLC nº 2.961/78:

Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências (Deputado Gerson Camata).

PLC nº 19/79:

Estabelece restrições à propaganda de bebidas alcoólicas e produtos do fumo através dos meios de comunicação (Deputado Daso Coimbra).

PLC nº 68/79:

Proíbe a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas no cinema, rádio e televisão, e determina

PLC nº 6.014/82:

Dispõe sobre a determinação de os fabricantes de cigarros indicarem, nos maços, os respectivos teores de nicotina e alcatrão (Deputado Pacheco Chaves).

PLC nº 67/83:

Dispõe sobre a publicidade de bebidas alcoólicas, fumo e seus derivados, no Rádio e na Televisão, e determina outras providências, fixando o horário de 21 horas às 06 horas (Deputado Edilson Lobão).

PLC nº 938/83:

Determina inscrição alusiva ao perigo de câncer nas carteiras de cigarros e nas embalagens de adoçantes artificiais e dos anovulatórios (Deputado Paulo Lustosa).

PLC nº 974/83:

Proíbe o uso do fumo nos estabelecimentos que especifica: salas de aula, creches, hospitais e estabelecimentos congêneres, e dá outras providências (Deputado José Frejat).

PLC nº 1.236/83

Autoriza aos clubes que desenvolvam o esporte profissional e amador receberem patrocínio de firmas de produtos industriais e comerciais, e dá outras providências (Deputado Paulo Lustosa).

PCL nº 1.473/83:

Proíbe a publicidade do fumo vinculada a qualquer atividade esportiva e dá outras providências (Deputado Herbert Levy).

PLC nº 1.672/83:

Estabelece restrições à importação dos produtos que especifica, e dá outras providências (fumo, bebidas, perfumes, etc.) (Deputado Siqueira Campos).

PLC nº 1.744/83:

Proíbe a distinção de classes nas aeronaves brasileiras, em território nacional, estabelece critérios para fixação de preços das passagens aéreas, e dá outras providências — inclusive proibindo o uso do fumo (Deputado Ruy Codo).

PLC nº 2.133/83

Determina inscrição de advertência aos fumantes nas carteiras de cigarros (Deputado José Carlos Teixeira).

PLC nº 2.135/83:

Autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição compulsória, correspondente ao valor do custo de um maço de cigarros, para o combate ao câncer, da forma que especifica (Deputado Carlos Sant'Anna).

PLC nº 2.325/83:

Reduz o prazo de recolhimento do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos do fumo (Deputado Sérgio Lomba).

PLC nº 2.395/83:

Concede incentivos fiscais às empresas que investirem em pesquisas e desenvolvimento tecnológico, inclusive às indústrias de fumo, cigarros e bebidas alcoólicas, (Deputado Francisco Dias).

PLC nº 2.636/83:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames semestrais nos cigarros produzidos no País, pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia (Deputado Cunha Bueno).

PLC nº 2.836/83:

Estabelece medidas restritivas ao consumo de cigarros, e dá outras providências (Deputado Gióia Júnior).

PLC nº 2.887/83:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, de modo, a consagrar a nível de diretoria a proibição de fumar em todos os estabelecimentos de ensino de primeiro grau, segundo grau, escola particular e escola pública (Deputado Francisco Amaral).

PLC nº 176/84:

Altera a redação do item XVI do art. 92 do Regimento Interno (Resolução nº 30/72 — Proibindo fumar, no Plenário da Câmara, durante as Sessões) (Deputado Rubem Figueiró).

PLC nº 3.019/84:

Estabelece condições mínimas para o transporte coletivo de escolares em veículos automotores de via terrestre inclusive a proibição de fumar (Deputado Renato Bueno).

PLC nº 3.220/84:

Dispõe sobre a aplicação dos recursos que menciona em programas nacionais de prevenção e combate ao câncer, e dá outras providências (dos recursos derivados do aumento do capital social das empresas estrangeiras de produtos do fumo, e derivados) (Deputado Francisco Dias).

PLC nº 3.817/84:

Proíbe a propaganda de cigarros e de bebidas alcoólicas na forma que especifica (Deputado Francisco Dias).

PLC nº 3.894/84:

Obriga a impressão de aviso, que especifica, na propaganda e nas embalagens de cigarros e bebidas alcoólicas ("Fumo pode causar câncer") (Deputado Octacílio de Almeida).

PLC nº 4.023/84:

Dispõe sobre a venda de produtos de tabaco e de bebidas com elevado teor alcoólico a menores de dezoito anos de idade, e dá outras providências (Deputado Francisco Dias).

Basta uma ligeira análise dessa amostragem para se verificar que, embora retardatário, já se iniciou no Brasil o processo de elaboração da estratégia precursora de uma legislação nacional especificamente destinada a combater e erradicar a pandemia tabágica.

Os objetivos e delineamentos gerais da referida estratégia foram enunciados pela histórica Carta de Salvador, de março de 1979, que estabeleceu as diretrizes norteadoras das providências a serem tomadas, cujos resultados dependeriam, contudo, de seu enquadramento no Plano Nacional de Saúde, ou nos programas específicos do Governo Federal.

Na palestra que proferi, em novembro de 1981, ao ensejo da reunião promovida pela Seção Brasileira do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e em

discurso pronunciado a 16 de novembro de 1981, no Senado Federal, teci várias considerações sobre as recomendações da Carta de Salvador, destacando a essencialidade das seguintes providências.

a) progressiva redução do consumo *per capita* de cigarros e do número dos fumantes (estimado em mais de 25 milhões);

b) restringir a produção e taxar gratuitamente o preço dos cigarros;

c) eliminar a propaganda das multinacionais dos cigarros através dos jornais, rádio-emissoras e da TV;

d) proteger as gestantes, as crianças e os adolescentes que, convivendo com os fumantes são extremamente vulneráveis aos efeitos do tabagismo;

e) interditar o consumo de cigarros nas escolas, hospitais, auditórios, bibliotecas, restaurantes, e assim por diante;

f) estimular a permanente atuação das lideranças comunitárias no sentido do esclarecimento da população, visando à erradicação definitiva do vício de fumar; e

g) instituir um mecanismo de coordenação nacional com infra-estrutura adequada para fortalecer, acompanhar e avaliar a execução das providências porventura sugeridas ou encaminhadas.

A 1ª Conferência Brasileira de Combate ao Tabagismo — COMBAT I —, patrocinada pela liga Espírita-Santense contra a tuberculose, em Vitória, nos dias 6, 7 e 8 de abril de 1980, por iniciativa de uma das figuras exponenciais da medicina brasileira, o Diretor Jayme dos Santos Neves, deu prosseguimento às recomendações da Carta de Salvador

Estas iniciativas precursoras prepararam o terreno para o magno Simpósio Nacional ora levado a efeito.

São empreendimentos que sucedem no território nacional armazenando experiências, estudos e recomendações objetivas que, certamente, apressarão o advento de uma legislação capaz de melhorar as condições de saúde e bem-estar do povo brasileiro, protegendo-o contra as agressões da pandemia tabágica, e da poluição ambiental provocada pelo excessivo consumo de cigarros.

Convém acentuar que no Brasil, à semelhança do que aconteceu na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Suécia e em outros países, também se fizeram sentir os impactos e a decisiva influência dos relatórios do Real Colégio Britânico de Médicos, do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos, e da Organização Mundial de Saúde, sobre os perigos do tabagismo como a causa principal, mas certamente evitável, de doenças e morte prematura — um flagelo tão perigoso quanto as devastadoras doenças epidêmicas que afetaram as gerações anteriores.

Seria bastante interessante aproveitar agora a oportunidade em que se examinam os aspectos político-legislativos do controle do tabagismo, para um ligeiro confronto entre as experiências, perspectivas e tendências brasileiras e norte-americanas, no que tange ao equacionamento do aludido problema, nos dois países.

Verificar-se-á, de imediato, uma indiscutível semelhança, porquanto no Brasil como nos Estados Unidos — guardadas as proporções decorrentes do gigantismo norte-americano — o tabagismo se transformou em um desafio de insólitas proporções.

Do ponto de vista econômico, as dimensões do complexo agroindustrial fumageiro, volume de exportações e consumo de cigarros no Brasil e nos Estados Unidos, crescem de ano para ano.

Mas é na comparação relativa ao número de fumantes e dos óbitos anualmente verificados, que as estatísticas brasileiras e norte-americanas podem ser consideradas como estarrecedoras, revelando um sombrio panorama.

Justifica-se, por conseguinte, uma comparação que poderá ser de utilidade para os nossos parlamentares, na mais remota das hipóteses como uma simples indicação de possíveis roteiros dignos de uma criteriosa reflexão.

E ninguém mais autorizado do que o Dr. Julius B. Richmond, da Harvard Medical School, ex-Surgeon Ge-

neral do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, de 1977 a 1981, para delinear as diretrizes e parâmetros da legislação específica e das estratégias operativas do combate ao tabagismo nos Estados Unidos.

São do Professor Julius B. Richmond as observações a seguir condensadas de seu artigo, "Ending the cigarette pandemic", divulgado pelo *New York Journal of Medicine*, December 1983, volume 83, number 13.

MODELO NORTE-AMERICANO DE COMBATE AO TABAGISMO ENSINAMENTOS DE UMA EXPERIÊNCIA VÁLIDA

Um ano depois da edição do relatório original de 1964, do Surgeon General, o Congresso norte-americano aprovou o "Federal Cigarette Labeling Advertising Act", que tornava obrigatória a exigência do Serviço de Saúde Pública, no sentido de que todos os maços de cigarros distribuídos nos Estados Unidos deveriam conter a advertência de que o vício de fumar é prejudicial e pode ser um risco para a saúde. ("Caution: Cigarette smoking is dangerous to health. It may cause death from cancer and other diseases — Cuidado: Fumar cigarros é perigoso à saúde. Pode provocar a morte pelo câncer e outras doenças").

Em 1969, o Congresso norte-americano votou a "Public Health Cigarette Smoking Act", a famosa lei que aboliu a propaganda de cigarros através do rádio e da televisão.

Em 1979, por ocasião do 15º aniversário do primeiro relatório, o Surgeon General editou o mais completo e abrangente volume sobre o hábito de fumar jamais publicado nos Estados Unidos. Nesse documento os dados reunidos acerca dos nefastos efeitos do vício de fumar sobre a saúde eram arrasadores (overwhelming), conforme foi reconhecido pela imprensa.

Não podendo mais contar com os jornalistas para contrariar, questionar ou lançar dúvidas a respeito da confiabilidade dos referidos dados, as indústrias do fumo e empresas associadas foram compelidas a mudar de estratégia, tentando apresentar o hábito de fumar como um direito pessoal, uma "civil rights issue".

As indústrias fumageiras começaram a despejar milhões de dólares em campanhas visando evitar, ou impedir a aprovação de qualquer tipo de legislação federal, estadual ou municipal destinada a banir a propaganda e a restringir o consumo de cigarros nos lugares públicos, recintos fechados ou locais de trabalho — em suma, a eliminação do vício de fumar.

Ainda em 1979, a publicação do "Healthy People" — o primeiro relatório do Surgeon General sobre a promoção da saúde e a prevenção das doenças — enfatizou a necessária e inevitável direção futura da medicina: a prevenção.

Destarte, nos próximos anos, os esforços destinados a eliminar a epidemia tabágica concentrar-se-ão, primordialmente, nos seguintes aspectos

1) *Proteger as mulheres contra os efeitos devastadores do vício de fumar.* (Em 1980, um relatório do Surgeon General prognosticou que as mulheres em sua totalidade teriam um destino semelhante ao dos homens se continuassem fumando: no decorrer da década dos anos 80, o câncer do pulmão ultrapassou o câncer dos seios como a principal causa de morte entre as mulheres. Esse prognóstico foi um pesadelo que se transformou numa dolorosa realidade. A taxa de morte provocada pelo câncer de pulmão aumentou de 4,6 por 100.000, em 1950, para uma taxa avaliada em 20,9 por 100.000 em 1982. Em 1983, 17% das mortes de mulheres foram provocadas pelo câncer dos seios.)

2) *Maior proteção dos adolescentes.* (Setenta e cinco por cento dos jovens fumantes se tornaram viciados ou nicotinod dependentes aos 20 anos de idade. Diga-se de passagem que a classe média não pode mais permanecer indiferente em face da exploração dos adolescentes pelos

propagandistas dos cigarros. Todos os esforços futuro visando a erradicar o vício de fumar devem se concentrar na idade em que os adolescentes estão se transformando em dependentes, de recuperação difícil e demorada.)

3) *Estratégias mais eficientes.* (Mais de 90% dos adultos viciados declaram que "desejariam parar, ou deixar de fumar", mas acham difícil fazê-lo. Compete à classe médica a responsabilidade de envidar esforços e descobrir meios que possam ajudar os seus clientes a se libertarem da dependência tabágica. Aos médicos incumbem também encorajar os legisladores, estimular as autoridades, os funcionários governamentais, em geral, e os empresários, no sentido de implementar providências e desenvolver incentivos concretos contra o vício de fumar. Não há como fingir, ou pretender ignorar o fato de que a dependência tabágica pode ser preventivamente eliminada.)

4) *Maior atenção aos direitos dos não fumantes, especialmente as crianças.* (É espantoso verificar como um simples setor industrial se tenha permitido prejudicar não somente a saúde de três gerações de americanos, mas, também, uma tradicional e valorizada amenidade com a simples cortesia comum. As pessoas que ainda fumam já não são mais encorajadas a perguntar se alguém objeta ou permite, ou se preocupam com o fato de crianças estarem presentes. Anúncios de propaganda, publicidade e imagens na televisão estimulam o vício de fumar como norma social (status). Os médicos devem ajudar a implantar um clima de maior respeito pelos direitos da vasta maioria não-fumante, especialmente as crianças.)

5) *Abandonar as recomendações que surgiram mudar para cigarros de baixo teor de alcatrão (low-tar) e nicotina (low-nicotine).* (Dentre as muitas lições que aprendemos acerca do vício de fumar, uma das mais incisivas é a de que os cigarros de baixos teores de alcatrão e de nicotina não diminuem, em absoluto, os riscos de infecções miocárdicas, nem ameaçam a função pulmonar. Infelizmente, não existem cigarros inofensivos, ou confiáveis — todos são perigosos.)

6) *Revelação das substâncias químicas adicionadas a cigarros.* (No desenvolvimento dos chamados cigarros de "baixos teores" de nicotina e alcatrão como um meio de afastar preocupações com a saúde, no concernente ao consumo de cigarros, as indústrias fumageiras adicionam centenas de substâncias químicas e artificiais do tabaco a fim de aumentar-lhes a palatabilidade. As indústrias escamoteiam ao público os nomes desses aditivos e substâncias químicas. Estas informações devem ser reveladas.)

Os epidemiologistas conseguiram documentar a natureza devastadora dos problemas de saúde decorrentes do excessivo consumo de cigarros. Mas, as insignificantes dotações orçamentárias ou recursos para combater o vício ou reduzir o consumo de cigarros demonstram a falta de vontade política do governo, a ausência de interesse visando enfrentar o desafio.

Cabe à classe médica, com os seus melhores especialistas e profissionais, assumir a liderança dessa luta, transformando a questão (issue) do tabagismo na prioridade número um da saúde. (*New York State Journal of Medicine*, December, 1983 — volume 83, number 13 — *The World Cigarette Pandemic*.)

OBSERVAÇÃO:

— Estes comentários foram extraídos e condensados de um artigo do doutor Julius B. Richmond, Professor de Saúde Pública e Diretor da Divisão de Saúde Pública da Harvard Medical School, ex-Surgeon General do Serviço de Saúde Pública, de 1977 a 1981. São prognósticos e indicações do provável desempenho dos órgãos governamentais e do Congresso dos Estados Unidos no concernente à luta contra o tabagismo. (O título do aludido artigo, "Ending the Cigarette Pandemic", evidencia a seriedade, a firmeza de convicções e a inflexível deter-

minação do seu ilustre autor, que pretende, a curto prazo, atingir os objetivos de uma integral erradicação desse flagelo nos Estados Unidos.)

Nova legislação antitabágica aprovada no Congresso norte-americano

Depois de vários meses de negociações entre médicos, autoridades sanitárias e grupos vinculados à melhoria das condições de saúde, a Câmara dos Representantes aprovou projeto, já encaminhado ao Senado, estabelecendo a obrigatoriedade de inscrição de quatro novas advertências nos maços de cigarros.

Além das advertências, que são mais enérgicas, os fabricantes de cigarros deverão, ainda, revelar quais os ingredientes, ou substâncias adicionadas à fabricação de cigarros.

São as seguintes as advertências relativas à periculosidade dos cigarros, que poderão ser utilizadas em rodízio, a cada três meses, e impressas de maneira a assegurar uma maior visibilidade para os consumidores:

- "O Vício de fumar provoca câncer nos pulmões, doenças cardíacas, enfizema, além de complicar a gravidez";
- "O vício de fumar é responsável, nas mulheres grávidas, por graves danos fetais, nascimentos prematuros, e redução do peso dos bebês";
- "O fumo dos cigarros contém monóxido de carbono";
- "Deixar de fumar agora reduz ou elimina sérios riscos para sua saúde."

A nova legislação, além de mais enérgica, tem o respaldo da opinião pública norte-americana.

Sobre o assunto, o *The Boston Globe* divulgou, em sua edição de 11 de setembro passado, a nota a seguir transcrita:

10 THE BOSTON GLOBE Tuesday, September 11, 1984
House approves bill requiring 4 warnings for cigarette packs

Associated Press

WASHINGTON — The House yesterday approved legislation that would replace the current general health warning on cigarette packages with four rotating warnings on specific dangers associated with smoking.

The measure was approved by voice vote brief debate in which no opposition was expressed and was sent to the Senate. It followed months of negotiations among health groups and the industry, which agreed support it, sponsors said.

"This bill represents a progressive and courageous step by the tobacco industry that caught many by surprise," said Rep. Albert Gore (D-Tenn.), a major sponsor who noted that his state has 100,000 tobacco farmers.

Gore said, "This has been a bitter pill for them to swallow, but in doing so they have made stiffer punitive legislation less likely in the years ahead".

Rep. Henry A. Waxman (D-Calif.), another major backer, said, "If Americans are to make an informed decision about whether or not to smoke, it is critical they recognize the serious risks to their health before they light up.

"The current warning label hasn't been revised in over 13 years and does not adequately reflect the extent of adverse health effects caused by smoking", Waxman said.

The current warning on cigarette packages and advertising reads: "The surgeon general has determined that cigarette smoking is dangerous to your health".

The new warnings, which will rotate every three months in forms enlarged by 50 percent from the present to increase their visibility, read:

- "Smoking causes lung cancer, heart disease, emphysema, and may complicate pregnancy."
- "Smoking by pregnant women may result in fetal injury, premature birth, and low birth weight."
- "Cigarette smoke contains carbon monoxide."
- "Quitting smoking now greatly reduces serious risks to your health."

In addition, cigarette manufacturers would have to disclose the ingredients added to tobacco in the manufacturing of cigarettes.

O QUE FAZER? REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Parece-me chegada a hora das decisões substantivas, realistas e urgentes.

Urge ultrapassar a fase dos debates acadêmicos, da teorização brilhante e da estratégia precursora dos encontros, conferências, reuniões, simpósios, para o advento de uma legislação antitabágica adequada às necessidades do País, elaborada pelo Congresso Nacional, pelas Assembléias Legislativas dos Estados e Câmaras Municipais.

As pessoas poderão cuidar, com mais eficiência, da própria saúde, e proteger as respectivas famílias, as crianças e os adolescentes, que são segmentos extremamente vulneráveis às doenças geradas pelo tabagismo, e aos efeitos da poluição ambiental, nos parâmetros de uma legislação nacional que estimule e fortaleça uma ativa participação.

É exato que muitos projetos de lei antitabágicos tramitam no Congresso Nacional, mas eles têm sido, invariavelmente, procrastinados no seu andamento, ou congelados nos sarcófagos das Comissões Técnicas.

Seria desonesto ignorar essa realidade que, além de injustificável, apresenta conotações de indiferença, omissão e deliberada sabotagem.

Mas, embora lentamente, aumenta, no âmbito do Poder Legislativo, a plêiade dos ilustres parlamentares engajados na Mobilização Nacional contra a Pandemia Tabágica — crescimento auspicioso para a elaboração de uma legislação específica, de âmbito nacional, capaz de deter e, a longo prazo, erradicar esse flagelo.

O que fazer, no entanto, para acelerar o advento de uma legislação específica, abrangente e realista — aspiração sempre renovada dos pesquisadores, médicos, cientistas, políticos, empresários, técnicos e administradores, como os que ora se reúnem neste Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo?

Sem desejar alongar-me, e correndo o risco de cometer uma temeridade, atrevo-me a formular duas simples propostas.

Obviamente, a formulação de propostas concretas, nas atuais condições que o Brasil atravessa, de crise e impasses conjunturais, terá de enfrentar a descrença, o desalento, a omissão e a mentalidade conformista predominante.

Ninguém ignora a existência de grupos favoráveis à manutenção do *statu quo*, aliados ao complexo agroindustrial fumageiro, ou hipnotizados pelas agressivas mensagens publicitárias dos poderosos fabricantes de cigarros.

São as seguintes as sugestões que me parecem plenamente exequíveis e oportunas:

1. No âmbito do Poder Executivo da União

1.1 — Instituição de um Grupo de Trabalho interministerial — composto de representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura (médicos, professores universitários e especialistas), incumbido de, no prazo de 90 dias, formular estratégias operativas e providências concretas visando erradicar a pandemia tabágica e combater os efeitos do flagelo.

1.2 — Os Ministros de Estado da Saúde da Educação e Cultura proporcionarão ao Grupo interministerial a infra-estrutura de recursos financeiros, materiais e humanos, imprescindíveis ao desempenho de sua missão.

1.3 — Os Ministérios da Agricultura e da Indústria e do Comércio promoverão, conjuntamente, com representantes do complexo agroindustrial fumageiro e dos empresários do setor, uma Conferência Nacional com os seguintes objetivos: a) examinar as possibilidades de uma gradual transformação da economia fumageira, adaptando-a à produção e industrialização de alimentos e matérias-primas, em substituição à cultura do fumo, à

fabricação de cigarros e derivados; b) propor os investimentos e subsídios necessários à conversão do parque agroindustrial fumageiro, sem prejuízo ou traumas de qualquer espécie, assegurando-se aos empresários e trabalhadores do setor amplas garantias contra o desemprego, ou a redução dos níveis salariais vigentes.

2) No âmbito do Poder Legislativo

2.1 — O Congresso Nacional promoverá a criação de uma Comissão Mista, integrada por representantes de todos os Partidos, incumbida de elaborar as diretrizes da Política Nacional de Controle do Tabagismo e de uma legislação específica sobre o problema.

2.2 — As Comissões Técnicas de Saúde e de Educação, nas duas Casas do Congresso Nacional, organizarão, conjuntamente, a infra-estrutura de apoio indispensável ao eficiente desempenho da Comissão Mista no decorrer do seu funcionamento.

São estas as reflexões que me ocorrem ao ensejo da realização do Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, cujos bons resultados a Nação inteira aguarda com justificada confiança.

Concluindo, seja-me permitido renovar as advertências da Organização Mundial de Saúde (OMS), quando dedicou o Dia Mundial da Saúde — 7 de abril de 1980 — ao combate ao tabagismo, com o seu famoso slogan: "Fumo ou Saúde — a escolha é sua".

DOCUMENTAÇÃO ANEXADA

O Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo — II Conferência Brasileira de Combate ao Tabagismo (II CONBAT) — Organização e Temário — São Paulo, 28 e 29 de setembro de 1984

Discurso proferido no Senado Federal sobre o Simpósio de São Paulo, a 13 de junho de 1984 — Senador Lourival Baptista

SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CONTROLE DO TABAGISMO II CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMBATE AO TABAGISMO (II CONBAT)

27 a 29 de setembro de 1984
BRASILTON SÃO PAULO HOTEL

SÃO PAULO

PATROCÍNIO

União Internacional
contra o Câncer

APOIO

Governo do Estado de São Paulo

Prefeitura Municipal de São Paulo

SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CONTROLE DO TABAGISMO

II CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMBATE AO TABAGISMO (II CONBAT)

PATROCÍNIO: UNIÃO INTERNACIONAL CONTRA O CÂNCER

APOIO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ORGANIZAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

BRADPCA

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA

COLABORAÇÃO

Associação Brasileira de Enfermagem

Associação Brasileira de Odontologia

Associação dos Hospitais do Estado de São Paulo

Associação Paulista de Medicina

Colégio Brasileiro de Cirurgiões — Capítulo de São Paulo

Colégio Internacional de Cirurgia Digestiva — Seção Brasileira

Colégio Internacional de Cirurgiões — Seção Brasileira
Escola Paulista de Medicina

Faculdade de Medicina da USP

Faculdade de Saúde Pública da USP

Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia —

FEBRASGO

Federação das Ligas Antituberculosas de São Paulo — FELASP

Federação Brasileira de Gastroenterologia

Fundação Antonio Prudente

Fundação de Aperfeiçoamento à Pesquisa e Ensino de Cardiologia —

FAPEC

Hospital das Clínicas — FMUSP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Registro de Câncer de São Paulo

Sociedade Brasileira de Angiologia

Sociedade Brasileira de Cardiologia

Sociedade Brasileira de Cancerologia

Sociedade Brasileira de Pediatria

Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia

Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo

Sociedade dos Educadores de Saúde Pública — SO-DESP

Sociedade de Gastroenterologia e Nutrição de São Paulo

Sociedade Paulista de Cancerologia

Sociedade Paulista de Pneumologia e Tisiologia

Sociedade de Pediatria de São Paulo

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ajax Walter Silveira

Antonio Pedro Mirra — Presidente

Edmundo Blundi

Francisco C. da Silva Telles

Jayme Santos Neves

João Batista Perfeito

Joaquim José Gama Rodrigues

José Rosemberg

José Silveira

Mário Rigatto — Vice-Presidente

Ruth Sandoval Marcondes

Thomas Szego

TEMÁRIO:

Aspectos de Saúde

Panorama Internacional da Epidemia Tabágica

Avaliação da Situação Brasileira do Tabagismo

Consequências do Tabagismo na Saúde

Papel dos Médicos no Controle do Tabagismo

Campanhas desenvolvidas

Aspectos Educativos

Plataforma de Ação da UICC

Prevenção do Tabagismo nas Crianças

Controle do Tabagismo nos Adultos

O Cessar de Fumar

Os Direitos dos Não-Fumantes

Aspectos Sócio-Econômicos

Propaganda e Promoção do Cigarro

Contrapropaganda

Benefícios Econômicos e Custos do Cigarro (custo-benefício)

Papel do Legislador

Criatividade na Comunicação do Controle do Tabagismo

Aspectos Político-Legislativos

Legislação no Controle do Tabagismo (internacional e nacional)

Estratégia para Obtenção da Primeira Legislação Federal para o Controle do Tabagismo no Brasil

PROGRAMA PRELIMINAR

27-9-84

18h00 — Sessão Preparatória (participação somente da Comissão Organizadora)

28-9-84

08h30 — Instalação Solene

09h00-12h00 — ASPECTOS DE SAÚDE

Presidente: João Yunes (SP)

Secretário: Manoel Lopes dos Santos (SP)

09h00-09h50 — J. Michael McGinnis (USA)
José Rosenberg (SP)

09h50-10h05 — Café

10h05-10h45 — Jayme Santos Neves (ES)
Thomas Szego (SP)

10h45-12h00 — Comunicações Pessoais
Alfredo Daura Jorge (SC)
Bruno Carlos Palombini (RS)
Edmundo Blundi (RJ)
Ermelindo Del Nero (SP)
Gyorgy Bohn (SP)
Marcos Fábio Lion (SP)
Maria Jacira Silva Simões (SP)
Umberto Lippi (SP)

12h00-14h00 — Almoço

14h00-17h00 — ASPECTOS EDUCATIVOS

Presidente: Carmen Prudente (SP)
Secretário: Nelson Wolosker (SP)

14h00-14h50 — Allan C. Erickson (USA)
Carlos Alvarez Herrera (Argentina)

14h50-15h05 — Café

15h05-15h45 — Mário Rigatto (RS)
Jayme Zlotnik (PR)

15h45-17h00 — Comunicações Pessoais
Ajax Walter Silveira (SP)
Aluisio Achutti (RS)
Antonio Carlos Vieira Cabral (MG)
Benedito Roque da Silveira Campos (SP)
Djalma de Oliveira (PE)
Glaciêla Telles M. Stewien (MA)
João Batista Costa (RS)
José Feldman (MG)

17h00-17h30 — Posse do Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil

29-8-84

09h00-12h00 — ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS
Presidente: Paulo Nogueira Neto (DF)
Secretário: Yorico Camyama (SP)

09h00-09h50 — Michael Pertschuk (USA)
Antonio Carlos Campino (SP)

09h50-10h05 — Café

10h05-10h45 — Ogia Laila Jacob (SP)
Arthur Kaufmann (SP)

10h45-12h00 — Comunicações Pessoais:
Adherbal Fortes de Sá Jr. (PR)
Edmundo Castilho (SP)
Jayme Santos Neves (ES)
Norton Severo Batista (SP)
Regina Helena Gualda (DF)
Rodolpho Lima Martensen (SP)
Teotônio Simões (SP)
Waldemar Oswaldo Bianco (PR)

12h00-14h00 — Almoço

14h00-16h30 — ASPECTOS POLÍTICO-LEGISLATIVOS

Presidente: Lourival Baptista (DF)
Secretário: Milton Bechara (SP)

14h00-14h50 — Michael Pertschuk (USA)
Eunice Michiles (AM)

14h50-15h05 — Café

15h05-15h45 — Ruy Codo (SP)
Vercedino Albarello (RS)

15h45-16h30 — Comunicações Pessoais:
Abraham Dabus (SP)
Gerald José R. Alkmin Fº (SP)
Oscar Alves (PR)
Carlos Mosconi
Tércio Chagas Tosta

16h30-17h00 — Conclusões
Antonio Pedro Mirra (SP)
Allan C. Erickson (USA)

DISCURSO PROFERIDO NO SENADO FEDERAL SOBRE O SIMPÓSIO DE SÃO PAULO, A 13 DE JUNHO DE 1984

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a realização nos dias 28 e 29 de setembro vindouro do Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo é uma iniciativa patrocinada pela União Internacional contra o Câncer — UICC, com o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de São Paulo. No conjunto dos objetivos básicos determinantes da efetivação do referido Simpósio destacam-se os dois seguintes:

a) analisar os múltiplos aspectos do tabagismo, suas implicações na saúde pública e as medidas mais adequadas para o seu controle; e

b) motivar técnicos nos campos da saúde, educação, psicossociologia, economia e demais atividades, para cooperar na luta contra a crescente invasão do tabagismo em nosso País.

O ilustre Presidente da Comissão Organizadora da iniciativa, Doutor Antonio Pedro Mirra, já expediu os convites destinados às instituições e personalidades cuja presença muito contribuirá para consecução dos objetivos colimados.

Essa Comissão Organizadora é constituída pelos seguintes médicos e professores universitários: Ajax Walter Silveira, Edmundo Blundi, Francisco C. da Silva Telles, João Baptista Perfeito, Joaquim José Gamã Rodrigues, José Rosenberg, José Silveira, Mário Rigatto (Vice-Presidente), Ruth Sandoval Marcondes e Thomas Szego.

São nomes ilustres, tanto no tocante ao exercício das atividades que desempenham nos hospitais, universidades ou laboratórios onde atuam como no concernente às pesquisas e livros publicados, ou artigos que frequentemente divulgam, através das revistas médicas especializadas.

Independentemente das conclusões e resultados praticados no magno Simpósio Nacional de São Paulo, considera-se como um dos seus mais importantes eventos a reunião da Assembléia Geral que deverá aprovar a constituição do "Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil".

A propósito recebi honrosos convites, subscritos pelos Professores Mário Rigatto e Antonio Pedro Mirra, que solicito sejam incorporados ao texto deste pronunciamento.

O auspicioso advento desse órgão de coordenação nacional muito contribuirá para acelerar a conquista dos objetivos colimados pelos que vêm lutando, com tenacidade, contra as trágicas consequências do tabagismo.

Não se deve jamais esquecer a terrível advertência da Organização Mundial de Saúde — OMS, quando denunciou o flagelo do tabagismo como "o maior problema de saúde pública da atualidade".

Ao transmitir aos Srs. Senadores, nos limites destes breves comentários, as informações relativas à criação do "Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil", aproveito o ensejo para solicitar também a incorporação do sucinto artigo de autoria do Professor Mário Rigatto sobre "A Epidemia Tabágica — um programa de ação", publicado como separata da revista *Amrisgs*, editada em Porto Alegre, em sua edição de outubro-dezembro de 1983.

Trata-se de uma concisa e valiosa contribuição ao fortalecimento da mobilização nacional contra o tabagismo que se desenvolve com êxito, em todas as Unidades da Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA:

Porto Alegre, 29 de maio de 1984.

Exmº Sr.
Sen. Lourival Baptista
Brasília — DF

Prezado Senhor:

Em reunião recente, na sede da Associação Médica Brasileira, em São Paulo, um grupo de Líderes da Campanha Antitabágica que se realiza no Brasil sugeriu uma lista de nomes para comporem um Comitê Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil. A finalidade maior deste Comitê é integrar os esforços que se fazem em nosso País, visando a um controle da epidemia tabágica que grassa entre nós. Outro objetivo é permitir a filiação do Brasil ao Comitê Latino-Americano para Controle do Tabagismo, criado, com o apoio da União Internacional contra o Câncer, em reunião realizada no último Congresso Americano de Câncer, na cidade do Panamá, no mês de janeiro p.p.

A composição do Comitê Coordenador de Combate ao Tabagismo no Brasil, proposta nos termos acima, é a seguinte:

— Presidente: Dr. Mário Rigatto. Caixa Postal, 1.902, 90.000 — Porto Alegre, RS.

— Vice-Presidente: Dr. Antonio Pedro Mirra. Caixa Postal, 5271, 01.000 — São Paulo, SP

— Documentação: Dr. José Rosenberg. Rua Sabará, 76/12, 01.239 — São Paulo, SP.

— Integração Comunitária: Dr. Jayme dos Santos Neves. Rua Marcos de Azevedo, 314, 29.000 — Vitória, ES.

— Saúde Pública: Dr. Germano Gerhardt Filho. Rua do Rezende, 128, 20.231 — Rio de Janeiro, RJ.

— Educação Comunitária: Srª Carmen Annes Dias Prudente. Rua Antonio Prudente, 211, 01.509 — São Paulo, SP.

— Política: Senador Lourival Baptista. Senado Federal, 70.000 — Brasília, DF.

— Dia Nacional sem Fumo: Jayme Zlotnik. Rua Carlos de Carvalho, 928/15, 80.000 — Curitiba, PR.

— Televisão e Rádio: Cel. Waldemar O. Bianco. Av. Silva Jardim, 2307, casa 6, 80.000 — Curitiba, PR.

— Imprensa: Jornalista Adherbal Fortes de Sá. Rua Mal. Floriano, 1707/4903, 80.000 — Curitiba — PR.

— Educação Oficial: Dr. Aloysio C. Achutti. Av. Bastian, 210, 90.000 — Porto Alegre, RS.

— Igreja: Sr. João Batista Costa. Rua Aneron Corrêa de Oliveira, 66, 90.000 — Porto Alegre, RS.

O Comitê acima composto deverá ser referendado pela Assembléia que se reunirá no "Seminário para Controle do Tabagismo", a ter lugar em São Paulo, nos dias 28 e 29 de setembro p.v. Nesta oportunidade será definida também a duração de seu mandato.

Sendo V. Sª um dos componentes do Comitê acima proposto, venho, por delegação do grupo que propõe, consultá-lo sobre a aceitação que V. Sª daria ao convite que aqui lhe dirigimos. Creia que uma resposta positiva de sua parte nos fortalecerá a todos.

Queria aceitar, com votos pessoais de saúde, cordiais saudações — Prof. Mário Rigatto.

São Paulo, 23 de maio de 1984.
SNCT-031/84 — MC/el.

Ilmo. Sr.
Dr. Lourival Baptista
Brasília, DF

Prezado Senhor:

Realizar-se-á nesta capital, de 27 a 29 de setembro de 1984, sob o patrocínio da União Internacional Contra o Câncer (UICC), o Simpósio Nacional sobre o Controle do Tabagismo, no qual serão discutidos seus diversos aspectos, suas implicações na saúde pública e as medidas mais adequadas para o seu controle.

Outro objetivo será também o de motivar técnicos dos campos da saúde, educação, psicossociologia, economia

e demais atividades para cooperar na luta contra a crescente invasão do tabagismo em nosso País.

A Comissão Organizadora tem a grata satisfação de convidar V. S^a para participar do Simpósio na qualidade de Presidente.

Anexo enviamos o programa do evento, onde encontram-se assinalados o tema da sessão a ser presidida por V. S^a, bem como a data e o horário da mesma.

Maiores informações sobre o Simpósio e demais detalhes pertinentes à Secretaria do evento serão enviados tão logo V. S^a confirme sua presença. Esta confirmação poderá ser feita por carta ou pelos telefones: (011) 883-1422 e 883-1013.

Na expectativa de poderemos contar com sua honrosa presença, subscrevemo-nos

Cordialmente. — Dr. Antonio Pedro Mirra, Presidente.

SEPARATA DA REVISTA "AMRIGS" SUMMARY

Many authors (7,8,9) Warn about the risks of self-medication and of the indiscriminate sale of drugs. Our legislators recognize these risks (2,4,5,6), since the majority of drugs need the presentation of the prescription. However, it seems that the sale of the "Red Band" drugs is only respected for the ones that require the subscription retention (the commonly called Controlled Drugs) and completely disrespected for the others. These suspicions were amply confirmed by the authors.

BIBLIOGRAFIA

1. BOCHNER, F. et alii., Jandbook of Clinical Pharmacology, Boston, Little Brown and Company, 1978.
2. Câmara Técnica de Medicamentos, Resolução Normativa nº 10/78, Brasília. Conselho Nacional de Saúde, 1978.
3. Centro de Informações Toxicológicas — RS. Arquivo de Estatísticas. Porto Alegre, 1981, p. 27.
4. Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos, Produtos Dietéticos e Correlatos, Portaria nº 19, de 6 de setembro de 1977, Brasília. Secretária Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, 1977.
5. Portaria nº 20, de 6 de setembro de 1977, Brasília. Secretária Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, 1977.
6. Portaria nº 26, item 11, de 26 de julho de 1974, Brasília. Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, 1974.
7. DUPUY, J. P. A Invasão Farmacêutica, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
8. GIOVANNI, G. A questão dos remédios no Brasil, São Paulo, Polis, 1980.
9. NITSCHKE, C. A. S. et alii. Estudos sobre o uso de medicamentos em quatro bairros de Porto Alegre. R. AMRIGS, Porto Alegre, 25(3):184-9, jul./set. 1981.
10. RALL, T. W. & SCHLEIFER, L. S. Oxytocin, prostaglandins, ergot alkaloids, and other agents. In. GOODMAN, L. S. et alii., The pharmacological basis of therapeutics, 6.ed., New York, Macmillan Publishing Co., 1980, cap. 39, p. 939-47.
11. WEINER, N. Atropine, scopolamine, and related antimuscarinic drugs. In. GOODMAN, L. S. et alii., The pharmacological basis of therapeutics, 6.ed., New York, Macmillan Publishing Co., 1980, cap. 7, p. 129.

COMUNICAÇÕES BREVES

A EPIDEMIA TABÁGICA — UM PROGRAMA DE AÇÃO

Marlo Rigatto (*)

O PROBLEMA

O tabagismo, segundo a Organização Mundial de Saúde, é o maior problema de saúde pública da atualidade. É também o maior vício entretido pela humanidade ao longo de sua história.

Que mecanismos de ação permitiram ao tabagismo alcançar tamanho destaque na patologia humana?

O tabagismo determina forte adicção por parte dos que a ele se expõem. Isto se deve ao seu rico conteúdo em nicotina, alcalóide cuja capacidade de viciar só é superada pela cocaína. Assim, uma vez fumante, a tendência é a pessoa se manter, pelo resto da vida, fumante.

O tabagismo é a causa de morte de um em cada dois fumantes. É causa de doença e invalidez em proporção bem maior. Esta extraordinária agressividade deve-se à nefasta conjugação de quatro distintos mecanismos de ação: neutralização das defesas orgânicas, prejuízo da alimentação celular, aumento do trabalho celular e desorganização da reprodução celular.

A neutralização das defesas orgânicas permite aos 4.000 componentes da fumaça do cigarro penetrarem até o interior dos pulmões, passarem para o sangue que por ele circula e, a partir daí, espalham-se por todo o organismo, atingindo a praticamente todas as células.

O prejuízo da alimentação celular deve-se ao entaves que o fumo cria ao abastecimento de oxigênio, entre todos o mais importante elemento para o bom desempenho metabólico. Sem ele as células não conseguem produzir a energia de que necessitam para o cumprimento de suas funções.

O aumento do trabalho celular deve-se à estimulação por alguns componentes do fumo, dos comandos nervosos que regulam a economia orgânica, obrigando cada célula a um trabalho maior que o normal.

Esta conjugação de alimentação diminuída e trabalho aumentado leva a um extraordinário desgaste das células e, conseqüentemente, das estruturas orgânicas, fazendo do fumante um velho precoce, com todas as doenças e a alta mortalidade da velhice.

Finalmente, a fumaça do cigarro é capaz de desorganizar a reprodução celular através de, pelo menos, 40 substâncias indutoras de multiplicação anômala e desordenada das células, ou seja, indutoras de câncer.

Através destes quatro mecanismos, o cigarro tornou-se, em menos de um século, a mais importante causa de doenças cardiovasculares (infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, aneurisma da aorta, vasculopatias periféricas), de câncer (câncer do pulmão, da laringe, dos lábios, da língua, do esôfago, do pâncreas, dos rins, da bexiga), de pneumopatias crônicas (bronquite, enfisema) e agudas (gripe, pneumonia). A ele também se deve a menor fertilidade do fumante (sêmen pouco concentrado com espermatozoides pouco móveis, menopausa mais precoce da fumante (dois a três anos antes da não-fumante) e o elevado índice de insucessos nas gestações de mães fumantes (as crianças geradas em útero de mãe fumante, se não morrem durante a gestação, nascem fracas, com menor peso e altura, sujeitas a maior morbidade e mortalidade na primeira infância, e irrecuperavelmente reduzidas em sua inteligência).

A evidência até hoje acumulada mostra que, a par de variações individuais, a toxicidade do cigarro é

diretamente proporcional ao número de cigarros fumados e inversamente proporcional à idade com que a pessoa se inicia no vício. Em relação ao sexo, o problema é mais grave nas mulheres por apresentarem maior dependência à nicotina. Em outros termos, uma vez viciada, a mulher tem mais dificuldade que o homem para parar de fumar. Além disso, o cigarro multiplica os riscos inerentes ao uso de pílula anticoncepcional (infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, hipertensão arterial). E há ainda as graves conseqüências para a criança em gestação quando a mulher fuma neste período.

O tabagismo é uma doença infecto contagiosa, uma vez que infecta o fumante e contagia os seus circundantes.

O contágio faz-se através da fumaça: a exalada pelo fumante e a produzida pelo cigarro que queima sozinho, entre pitadas. Esta última, sob vários aspectos, é ainda mais tóxica do que a fumaça exalada pelo fumante. O contágio também se faz através do sangue, no caso da gestante, e através do leite, no caso da nutriz.

Estima-se que o não-fumante que convive com fumante fuma um terço dos cigarros deste último. Em elevador onde não se proíbe fumar, a ascensorista, em um dia de trabalho, fuma, em média 10 cigarros. O mesmo se estima em relação a motorista de táxi. As crianças com menos de um ano de idade apresentam uma incidência bem maior de bronquite e pneumonia quando o pai ou mãe fumam e maior ainda quando ambos fumam.

Considerando-se a alta percentagem de fumantes na sociedade moderna (30% a 50% dos adolescentes e adultos), é lícito concluir que "todos somos fumantes". A diferença restringe-se em saber "quem pita" e "quem fuma o pito dos outros".

Os prejuízos do cigarro não se restringem à saúde humana. Ele constitui também a segunda mais importante causa de incêndios.

O CONTROLE DO PROBLEMA

Alvos Maiores

Sendo o tabagismo uma doença infecto contagiosa, o objetivo primeiro deve ser o isolamento dos infectados para evitar o contágio dos não-infectados. Logo após, cabe tratar os infectados na tentativa de recuperá-los e, simultaneamente, tentar controlar a fonte de infecção, no caso, os produtos industrializados do tabaco.

Para que estes objetivos sejam alcançados é necessário atuar sobre o fumante e o não-fumante, ou seja, a população, o produtor de cigarros e o poder público.

Programa de Ação

I — População — As duas armas mais poderosas para o trabalho junto ao fumante e ao não-fumante são a disseminação de informações científicas sobre os efeitos do fumo e a exaltação do ridículo que o fumante representa, em termos de espécie humana.

Informação — O valor da boa informação já foi testada em vários países desenvolvidos. Não resta dúvida sobre sua eficiência. Assim, na Europa Ocidental, na Escandinávia e nos Estados Unidos, se tem demonstrado que o consumo de cigarro é inversamente proporcional ao estrato social a que pertence o indivíduo. A classe mais alta, que melhor se informa, é a que menos fuma. O operário braçal é o que mais fuma. Na classe mais alta, os que menos fumam são os médicos, pressupostamente os que possuem melhor informação. Igualmente, estudos sobre adolescentes mostram que os que ainda freqüentam a escola fumam bem menos que os que já abandonaram.

Ridículo — A exaltação do ridículo, consagrada por Cervantes em Dom Quixote, ainda não foi adequadamente usada e testada em termos de tabagismo. Mas é, provavelmente, a melhor arma para

(*) Professor de Medicina Interna UFRGS. Pesquisador Titular, CNPq. Presidente, FAPERGS. Membro do Comitê Antifumo. AMB. Endereço para separatas: Mário Rigatto — Caixa Postal 1902 — CEP 90.000 — Porto Alegre (RS)

neutralizar o charme que a propaganda do tabaco pôs na figura do fumante. Imagens como a do moço-velho, de meio fôlego e espermatozoides lentos, e a da moça de pele áspera e fria, beijos malcheirosos e voz de velha, devem render bastante.

Crianças — No trabalho junto às crianças, os não-fumantes que mais interessa proteger, é necessário combater o mito de que a juventude é a grande, a melhor, a mais bonita e talvez a única faixa da existência que realmente valha a pena viver. Este mito, extraordinariamente exaltado, é falso; todas as faixas da vida têm encantos e a melhor é possivelmente a da maior idade que se alcança ainda com plena saúde. Mais do que falso, o mito da juventude é pernicioso: rouba às crianças o interesse com que devem considerar sua vida adulta e os cuidados que devem ter com sua saúde para mantê-la boa até à velhice. A visão da juventude como fim maior leva-as a minimizar os catastróficos efeitos do fumo, já que manifestos, como regra, em idade madura.

Cabe aqui destacar a utilidade de difundir junto às crianças os comprovados efeitos nocivos do fumo sobre o desempenho esportivo e a beleza física, elementos que enquadram, com destaque, na curta dimensão de futuro das crianças de hoje.

Recuperação dos fumantes — Sabe-se que 95 por cento dos fumantes que abandonam definitivamente o vício alcançam este resultado por decisão pessoal, sem influência externa imediata. Programas que visam ao fortalecimento da tomada desta decisão devem ser estimulados. Os tratamentos específicos contra o tabagismo são válidos para alguns fumantes, mas o índice de sucesso não ultrapassa 25 por cento. É útil lembrar aos que tentam parar de fumar e fracassam que a maioria das pessoas que conseguiram abandonar o fumo alcançaram sucesso não na primeira mas na terceira, quarta ou quinta tentativa. Quando uma tentativa fracassa, o conselho certo é "tentar de novo".

II — Produtor — O produtor de cigarros atua dentro da legislação vigente. Mas é também um ser humano que tem esposa, filhos e amigos. É capaz de amar. O programa deve explorar este contexto pessoal: seus brios de homem capaz de conseguir o que deseja na vida mas sem que para isto se sinta obrigado a destruir aos seus irmãos. Seu espírito de solidariedade humana deve ser posto à prova. Um ou dois grandes produtores que se "convertam" poderão alterar decisivamente os contornos da epidemia. O mesmo se aplica aos astros da propaganda utilizados para difusão dos produtos do tabaco.

III — Poder Público — O Poder Público, responsável pela legislação e sua execução, regula as relações entre produtores de tabaco e seus consumidores. Como regra internacional o Poder Público é tímido e caudatário das correntes majoritárias de opinião. Mas lutar pelas exceções vale a pena. Um líder com coragem política poderá abreviar de muitos anos a luta pelo controle da epidemia e poupar o sacrifício de várias gerações.

O Poder Público tem praticamente nas mãos todos os recursos para pôr fim às doenças e às mortes pelo tabaco. É preciso, no entanto, reconhecer que o seu trabalho é difícil quando a população não está adequadamente esclarecida sobre a necessidade e a importância das medidas restritivas a serem postas em prática, tais como bloqueio da entrada de novos capitais estrangeiros para a produção e industrialização do tabaco, cessação de toda e qualquer propaganda, proibição da venda de produtos de tabaco a menores, proibição do fumo em todos os ambientes públicos, particularmente os fechados.

O Poder Público pode jogar com a política de preços dos produtos industrializados do tabaco. Os ingleses documentaram o fato de que um aumento de 10 por cento reduz o consumo em 3 por cento. Esta redução é bem mais acentuada entre as crianças, dadas as limitações de seu poder aquisitivo. Uma política de aumentos periódicos, ao longo de alguns anos,

permitiria reduzir apreciavelmente o consumo e, o que é talvez mais importante, daria tempo à economia nacional para substituir, sem desequilíbrios bruscos, a alta tributação proveniente dos produtos do tabaco.

O Poder Público pode também evitar comoções na agricultura do tabaco, criando um programa de incentivos capaz de estimular os fumicultores a se dedicarem a outros plantios.

É absolutamente necessário que o Poder Público faça um estudo completo da economia do tabaco. Na maioria dos países, e no nosso infelizmente também, só se sabe quanto o tabaco paga de imposto. Ignorase completamente quanto ele retira dos cofres públicos sob a forma de consultas, internações, faltas ao trabalho, pensões, perdas de talentos por morte prematura, incêndios. Cinco países desenvolvidos que fizeram as contas chegaram à mesma conclusão: o tabaco dá prejuízo. A Alemanha Ocidental, último país a realizar este estudo, verificou que, para cada oito marcos com que contribui, o tabaco retira quatorze marcos do tesouro nacional.

Não menos importante é destacar o fato de que os vultosos impostos pagos pela indústria fumageira não correspondem, em sua imensa maioria, à riqueza por ela gerada. Constituem simples repasse de recursos por ela tirados do bolso da população e entregues ao Estado. Um repasse que as loterias efetuam com igual eficiência, não menor satisfação, sem doença, sem mortes e sem incêndios.

PROBABILIDADE DE SUCESSO

Embora numerosos os pronunciamentos céticos, a possibilidade de controle da epidemia tabágica é certa e a probabilidade de sucesso é alta. Os países que, de forma mais sistemática e intensa, vêm buscando este controle como os Estados Unidos e alguns países da Escandinávia e da Europa Ocidental, têm conseguido resultados altamente significativos. No Brasil, uma ainda insuficiente campanha antifumo e um programa de significativos aumentos no preço dos cigarros (programa este ditado pelo desejo de aumentar a tributação, não pelo de refrear a epidemia tabágica) levaram a uma drástica mudança na evolução do consumo de cigarros no país. Uma curva continuamente ascendente, tornou-se, nestes últimos dois anos, visivelmente descendente.

Os grandes grupos econômicos mundiais, acionadores da epidemia tabágica, sabem, e muito bem, que os dias deste lucrativo negócio estão contados. Neste sentido, há declarações explícitas de alguns líderes. E manifestações objetivas, como a transferência de capitais da área do fumo para outras áreas de investimento.

O que permite antecipar uma autolimitação no tempo de duração da epidemia tabágica é a abusiva agressividade do fumo. Tivesse o fumo uma agressividade menor e ele talvez se eternizasse como um "mal milenar". Mas a sua devastadora patologia gera, algumas décadas após a sua implantação numa determinada comunidade, uma situação de calamidade pública. Calamidade que, por si própria, aciona processos de reação. Processos tão mais fortes quanto mais bem preparada a comunidade para se defender dos males que sobre ela se abatam.

A grande dúvida na luta contra o fumo não é a possibilidade de derrotá-lo ou não. É a dúvida sobre o tempo necessário para tanto. O prêmio pela antecipação da vitória é grande. Para cada ano, a vida de 100.000 brasileiros. E a saúde e a felicidade de muitos mais.

BIBLIOGRAFIA

1. RIGATTO, M. The smoking blossom in developing countries. In: PROGRESS IN SMOKING CESSATION. New York. American Cancer Society, 1978, p. 66-8.
2. ———. O fumo: o problema e seu controle. Anais da I Conferência de Combate ao Tabagismo (CONBAT I). Vitória (ES). Liga Espírito-

Santense contra a Tuberculose. Abril de 1980, págs. 97-100.

3. ———. Os juros que não devemos pagar. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*. Ano XXIII. 1066. Maio de 1980, pág. 7.
4. ———. Juventude e maturidade. *Correio do Povo* (Porto Alegre). 1º de abril de 1982. Pág. 4.
5. ———. Nem quentinha, nem fofa, nem sensual, nem cheirosa. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*. Ano XXV. 1110. Março de 1983. Pág. 12.
6. ———. Experience in country without smoking control legislation. *Annals of the 5th World Conference on Smoking and Health*. Winnipeg, Canada. July de 1983.
7. ROSEMBERG, J. *Tabagismo*. Sério problema de saúde pública. São Paulo. ALMED-EDUSP. 2ª edição, 1981.
8. SILVEIRA, J.; NEVES, J.S.; MARTINS, A.C.P.; ROSEMBERG, J.; RIGATTO, M.; BLUNDI, E.; RIZZO, A.; MIRRA, A.P. Carta de Salvador: O tabagismo, um novo desafio. *Jornal Brasileiro de Medicina*. Maio de 1979, págs. 62-8.
9. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Controlling the smoking epidemic. Report of the WHO Committee on Smoking Control. Technical Report Series n. 636 Geneva. WHO. 1979.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Simpósio Nacional sobre o controle do Tabagismo no Brasil, patrocinado pela União Internacional Contra o Câncer (UICC), apoiado pelo Governo do Estado de São Paulo, pela Prefeitura Municipal de São Paulo e por 28 entidades médicas ou para-médicas, e organizados pelo Grupo Brasileiro de Estudos para Prevenção do Câncer (BRADEPCA), pela Associação Médica Brasileira (AMB), pela Sociedade Brasileira de Cancerologia (SBC) e pela Fundação Centro de Estudos de Oncologia, teve lugar em São Paulo, de 27 a 29 de setembro de 1984. Nele, profissionais da saúde e educadores, administradores públicos e líderes sociais, de São Paulo e de vários outros Estados do Brasil, em companhia de especialistas estrangeiros, especialmente convidados, debateram, ao longo de dois dias, os principais aspectos da epidemia tabágica que grassa no Brasil.

As principais conclusões e recomendações a que levou o Simpósio, podem ser assim resumidas:

1) O tabagismo é um dos mais importantes problemas de saúde pública com que se defronta o Brasil. O estímulo criado pela propaganda e a alta dependência farmacológica, determinada pelo tabaco, fazem com que, aproximadamente, a metade da população adulta masculina, e um terço da feminina, fumem. Verifica-se, também, um crescente número de fumantes entre os adolescentes e as crianças, iniciando-se a prática tabágica em idade cada vez mais tenra.

2) Estima-se que, no Brasil, o fumo seja responsável por 100.000 mortes prematuras anuais. Estas mortes são produzidas, principalmente, através de infarto do miocárdio, de câncer — especialmente o do pulmão — de bronquite e de enfisema pulmonar. Além disto, o fumo é responsável pela presença e, ou, pelo agravamento de grande número de doenças vasculares periféricas — a amputação de pernas é 5 vezes mais freqüente em fumantes do que em não-fumantes, de doenças infecciosas — a gripe é cinco vezes mais freqüente em fumantes, de doenças alérgicas — a rinite alérgica e a asma brônquica são sensivelmente agravadas pelo fumo, de doenças profissionais — a pneumoconiose dos mineiros de carvão e a dos trabalhadores com asbestos é muito mais séria nos fumantes. Por outro lado, o fumo na mãe gestante aumenta em cerca de 50% os riscos a que normalmente está sujeita a criança em

formação, deixando-lhe, depois do nascimento, prejuízos tanto físicos como intelectivos.

3) O crescente número de horas vividas por nossa população em ambientes fechados — em média, mais de 20 das 24 horas do dia — faz com que o tabagismo, através da fumaça que polui estes ambientes, estenda a sua agressão aos não-fumantes: bronquites e pneumonias são duas a três vezes mais frequentes em meninos em cuja casa se fuma. Estima-se que a pessoa que não fuma, mas convive com fumante, fume, em média, um terço do fumado por este último.

4) Além da agressão direta à saúde, o fumo é a primeira maior causa de incêndios no campo e a segunda maior causa de incêndios urbanos.

5) Há evidência, em outros países, que uma ativa e bem orientada campanha contra o tabagismo pode reduzir significativamente as proporções do fenômeno. Nos Estados Unidos da América do Norte, a percentagem de fumantes na população adulta caiu, em 20 anos, de 50 para 30%. A redução observada na Escandinávia foi ainda maior. No Brasil, uma incipiente e ainda insuficiente campanha antitabágica, já permitiu, em poucos anos, a formação de uma consciência nacional de que o fumo é prejudicial à saúde. E, aliada a uma política de aumentos reais dos preços dos manufaturados do tabaco — política esta determinada por propósitos tributários e não de saúde pública — transformou em descendente, desde 1980, uma curva de consumo de cigarros que, há décadas, se mostrava ascendente: neste primeiro semestre de 1984, o consumo de cigarros no País caiu em 8%.

6) Foi consenso do Simpósio, a necessidade de se ampliar e intensificar a campanha antitabágica no País. Os esforços médicos, que iniciaram e lideram o movimento, e os esforços de algumas lideranças políticas, religiosas, educacionais e comunitárias, que a eles se associaram, devem servir de matriz a um esforço maior que conte com a colaboração de todas as forças vivas da sociedade.

7) A campanha deve contemplar a prevenção do tabagismo nas crianças, a proteção dos não-fumantes e a recuperação dos fumantes. Essas metas devem ser buscadas através de uma ampla e continuada campanha de esclarecimento à população, do exemplo, do exemplo de figuras modeladoras, e de leis a nível federal, estadual e municipal.

8) O esclarecimento à população deve ser buscado através de educação nas escolas, de publicações médicas em linguagem leiga, de palestras, cursos, filmes e conferências em núcleos comunitários e associações de classe, e pelo uso, tão amplo quanto possível, da imprensa escrita, falada ou televisionada. O ganho de um espaço nas mensagens de saúde pública, veiculadas através do rádio e da televisão, é de substancial interesse.

9) Médicos, pais, professores, homens públicos, comunicadores, artistas, ídolos esportivos, líderes religiosos, devem ser estimulados a usar a influência de suas figuras-modelo não fumando ou, pelo menos, não fumando em público.

10) O Governo Federal e o Congresso devem ser instados a produzir leis que coibam a propaganda dos produtos manufaturados do tabaco, que proíbam a venda destes produtos a menores, que obriguem a colocação de advertências nas carteiras de cigarros — alertando para os danos do tabaco à saúde, que proíbam a entrada de capitais estrangeiros para atividades tabageiras, e que estimulem a conversão das culturas de tabaco em culturas alimentícias.

11) Os Governos Estaduais e Municipais, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, devem ser instados a produzir leis que assegurem educação sobre os riscos do tabagismo, — nas escolas primárias e secundárias, que proíbam o fumo em ambientes fechados — quer de estudo, de trabalho, de lazer ou de transporte, e que proíbam a venda de cigarros ou semelhantes em escolas ou hospitais.

12) A campanha deve contemplar, também, os aspectos político-econômicos relacionados ao fumo. A grande dependência atual da economia brasileira — 10 a 11% da tributação federal — da produção, exportação, industrialização e comercialização do tabaco, não pode ser ignorada. As falácias envolvidas nessa economia — o custo das doenças, das mortes e dos incêndios é maior que o valor das taxas arrecadadas — devem ser denunciadas, e programas alternativos devem ser buscados. Para a consecução destes objetivos, o apoio da classe política e dos administradores públicos é fundamental. A instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar os males infligidos pela exploração do tabaco no Brasil, deve ser conseguida o quanto antes.

13) Foi destacada a importância da cooperação internacional para a potencialização dos esforços que venham a ser mobilizados pela campanha. Destaque, neste sentido, foi dado à União Internacional Contra o Câncer (UICC), cujo incentivo e apoio tem permitido algumas das iniciativas mais frutíferas, no combate ao tabagismo, postas em ação, na América Latina, nestes últimos anos.

SMOKING CONTROL LEGISLATION

By Michael Pertschuk

Spinach is a healthful, nutritious vegetable and children are told that they must eat plenty of it for their own good. Consequently, most children hate spinach. "If tobacco were spinach," said a wise health educator many years ago, "it would have been outlawed years ago and nobody would give a damn".

But of course no country has barred the sale or consumption of cigarettes and no public health advocates have proposed that the sale of cigarettes be prohibited. This is so, in part, because tobacco usage in its various forms has been part of the cultures of many of our countries for hundreds of years, and of most of our countries, for at least six decades.

But it is also because as we have seen, millions of our fellow citizens (and many of our political leaders) are addicted to cigarette smoking, and because many of our economies are addicted to tobacco.

Of course there exists in most of our societies a strong belief that the exercise of freedom of choice by informed mature citizens is a basic right, and governments must exercise extreme caution in interfering with such rights. But freedom of choice is vastly different from the freedom of advertising and marketing to persuade people, young or old, to smoke in the face of scientific evidence condemning smoking. Freedom of choice is no license for manufacturers to promote an addictive drug without adequate warning of its hazards; or to advertise a carcinogenic product as "fresh" or "mild."

The principal legislative and regulatory restraints sought by public health advocates throughout the world are, of course, intended above all to protect the health of the public. But they are also compatible with genuine concern for the free choice of informed adults.

Perhaps most important, there is no society in the world which does not recognize its obligations toward the health of its young people. Virtually all smoking control laws and regulations have as their major purpose, the defense of the young against premature indoctrination and addiction to the smoking habit.

If this conference could draft a universal prescription for the cure of smoking it would be compounded: 10% of medical and behavioral ingredients and 90% of political and educational effort. That prescription is contained in a powerful green pill — the U.I.C.C. guidelines for Smoking Control which you now have before you.

The most important message conveyed by the guidelines is that there is no one shot cure for smoking. Each country must strive toward a comprehensive program of education, citizen effort, enlightened

community concern and a comprehensive package of effective laws and regulations.

Laws and regulations must be tailored, of course, to meet the conditions and needs of each country. But in developing countries, especially where the sale of cigarettes has not yet spread epidemically from affluent, urban middleclass communities through the countryside, the following are perhaps the most important steps:

1. prohibit all sales of cigarettes to and by children;
2. ban all forms of advertising promotion of tobacco; taking care that cigarette companies are not able to subvert loose restrictions on advertising by sponsoring — and other activities attractive to young people.
3. tax cigarettes heavily (taxation, in the view of the UICC, is not designed to raise revenue, but to inhibit smoking in the community, especially among children and the less well educated. For these are the population groups least likely to be reached by public education on the dangers of smoking);
4. provide strong and specific health warnings on all packages, and in all remaining advertising.

A problem which particularly outrages public health officials in developing countries is the standard practice of multinational cigarette companies to sell cigarette brands with far higher levels of carcinogenic tar than the same brands sold in developed countries which uniformly test for tar content and generally require the full disclosure of levels on packages and in advertising. Therefore it is also necessary as a priority to require the disclosure of tar and nicotine on packages and in remaining advertising.

Does such legislation work? Let me quote from recent testimony by Michael Daube before the Senate Commerce Committee on the success of comprehensive smoking control laws in:

Norway

"In brief, it may be concluded that since the Tobacco Act was passed by the Storting:

- I) the male smoking rate in Norway has dropped significantly
- II) the increase among females has been halted;
- III) there has been a marked decline in smoking among schoolchildren;
- IV) the public is much more aware of the dangers of smoking;
- V) there has been no popular opposition to the Act.

Sweden

The Swedish system was ingeniously evaluated.

"In 1976 (before the warnings were introduced) and again at the end of 1977 (after the system had been in effect for nearly a year) the National Smoking and Health Association of Sweden interviewed a representative sample of 2000 people with identical questions on the system of warnings. Comparing the responses in 1976 and 1977, the Association concluded the warning labels had not only been noticed and understood, but had an impact on people's knowledge. The study also found that the Swedish labeling system had been responsible, at least in part, for the increase in the number of people who had stopped smoking, and had encouraged smokers to shift to brands yielding lower amounts of harmful substances."

Finland

Rimpela and Eskola, who have been responsible for comprehensive and detailed studies of smoking among young people in Finland, comment:

"there is explanation for this rapid decline in juvenile smoking in Finland..." (health education and price played important roles)... but, "the Ministry of Health and Social Affairs published the

first draft of the Tobacco Act in 1975. Since then massive publicity surround the policy of the Government and the Tobacco Act. This social process changed public opinion of smoking and supported health education in schools, health care systems and public organizations..."

Thus, it is clear that the Scandinavia Tobacco Acts are working: smoking is declining among adults, and even in the short term has declined markedly in children. The most encouraging tribute to the impact of such legislation has come from two senior executives in the Norwegian tobacco industry. Speaking in October 1980, at the launch of a marketing campaign for chewing gum, they said: "Since the introduction of the ban on tobacco advertising, new thinking has become a necessity. With reference to the forceful anti-smoking campaign we have to take into account that there will be considerably fewer new smokers, and that in the long run the consumption will probably go down".

Thus, the medicine works; but will the patient take it? When a physician prescribes medicine, he assumes that his patients, being rational will take it, but if you were to do no more than give a speech or pass a resolution or write a letter urging the government to enact smoking control legislation, you will find your prescription is ignored or neglected.

To begin with, the problem of smoking-caused disease is not — as strange as it may seem to us — the highest priority for political leaders. If cigarette smoking were a dramatic plague in which smoking reaped an immediate death toll then all countries of the world would be instantly armed to combat it. But it is a slow plague, insidious and undramatic, and therefore the attention of political leaders is diverted toward the more immediate crisis of the day.

When you prescribe aspirin to a patient he does not encounter a gang of mercenaries seeking to sabotage your prescription. But the President of a multinational tobacco company said of proposed anti-smoking regulations: "If they caused every smoker to smoke just one less cigarette a day, our company would stand to lose 92 million dollars in sales annually. I assure you that we don't intend to let that happen without a fight".

You will encounter fierce and skilled resistance. This resistance will be led by leading citizens; lawyers, public relations experts, advertisers, editors and publishers who rely upon cigarette advertising. The resistance within the government will be led by ministers of commerce, agriculture and tax collectors. The lone voice of a courageous health minister will be drowned out in the councils of government.

Other countries have discovered that to succeed in launching and sustaining a comprehensive national program, including legislation to combat smoking, there must be a coming together in mutual purpose of citizens and organizations drawn from all corners of the society. There must be:

1. leading scientific authorities prepared to provide a solid foundation of scientific and behavioral expertise to support smoking control efforts, to respond to the propaganda and assembling of tobacco spokesmen, and to take the initiative for launching public policies to combat smoking;
2. political leaders willing to step forward and lead, as in Brazil and in the United States, for example where individual senators and congressmen as well as ministers of health have assumed national leadership in promoting public consciousness and legislation to arm the people against the hazards of smoking. Public health leaders and organizations must be prepared to support and reward the leadership of political figures with public praise;
3. these efforts must be supported by organized communities of concerned professionals and ordinary citizens, medical societies, parent and teacher

associations and voluntary associations of non-smokers;

4. in each country the smoking control movement has brought forth a generation of "public citizens", prominent cancer surgeons or teachers or lawyers, public health or consumer advocates with a strong sense of public purpose. What they share in common is a zest for combat in the area of public policy formation, and the development of the media and political skills, if not the numbers and sophisticated tobacco lobbies;

5. there must also be courageous and concerned journalists not only dedicated to the dissemination of the truth, but determined to overcome the resistance of publishers to stories which may be "inconvenient" to their advertisers.

In summary, an adequate national legislative response to the hazards of smoking requires not only a formulation of appropriate laws and regulations, but a sustained, politically sophisticated effort by public health advocates to generate sustain popular support for such measures.

Although tobacco merchants and government officials in their debt will almost always resist taking action, in the long run they cannot ignore the ultimate political weapon on our side broad, sustained public outrage provoked and stimulated by a responsible press.

Unhappily, few public health issues offer greater grounds for such public outrage. And public outrage focused upon sound legislative strategies can move mountains.

THE ECONOMIC BENEFITS AND COSTS OF TOBACCO — A POOR BARGAIN

By Michael Pertschuck

Recently health scientists have come to understand that cigarette smoking is a true addiction.

Political science should tell us that tobacco is also economically and politically addictive: to farmers, to cigarette manufacturers, to vendors, to advertising agencies, to newspapers and magazines, to radio and television station owners, to ministers of agriculture and to tax collectors.

Last year in Brazil, two weeks before our national workshop on Smoking and Health, a prominent government official sharply criticized the cigarette companies.

Was it the minister of health criticizing the advertising and promotion to children of a hazardous product that threatened their lives? No. It was Brazil's budget director. Brazil receives 10% of its national budget from its tobacco tax and the budget director was excoriating the tobacco companies for not promoting cigarette smoking aggressively enough!

In Zimbabwe, tobacco exports now provide 20% of the country's foreign exchange. The government took 17.5 million dollars in taxes from one local cigarette manufacturer alone. Even the vice chairman of Zimbabwe's cancer society confessed, helplessly, "I don't know what this country would do without tobacco".

And finally a spokesman for the tobacco industry council of Zimbabwe boasts, "What's good for tobacco is good for Zimbabwe".

By 1979 developing countries were producing 58% of the world crop of tobacco. By 1985 developing nations are expected to produce about four million tons of tobacco or 63% of the total output.

Isn't it wonderful for the developed countries to share this bonanza so generously with the rest of the world!

Criticism of tobacco is rare in countries economically addicted to it. Yet even in Zimbabwe a lone voice was raised last month: The minister of health, Oliver Munyaradzi, denounced the growing of tobacco instead

of food as "one menace we must guard against. In our one-track dedication to the earning of scarce foreign currency, and our almost suicidal dedication to providing primary goods to the developed world, we in the developing countries unwittingly neglect our basic interests".

He is right, for the national addiction of tobacco — as other addictions — yields only illusory benefits — especially in the long run.

For the farmer, the promised profits of tobacco cultivation are frequently siphoned off to distant multinational corporations. Worse, the future outlook of tobacco as an export cash crop is bleak. The economics are simple. Worldwide production is expanding at a rapid and uncontrolled rate, while the major markets for cigarettes — the developed countries — are surely but gradually diminishing. In the United States the demand for cigarettes has steadily declined over the past 20 years. United States tobacco farmers are demanding restrictions on lower-cost imported tobacco. Soon, no doubt, they will succeed in slamming the door against imported tobacco.

Then how profitable will be the millions of acres throughout the world, turned from the production of food to the production of tobacco?

The farmers cannot eat their tobacco.

Nor can they restore the forests that have been timbered to provide firewood for the fluecuring of tobacco. One out of every eight trees cut down in the world is used to cure tobacco, and this usage has devastated forests and led to widespread soil erosion throughout the developing countries.

As in Brazil and Zimbabwe, the tobacco farmers and industry will then put political pressure on the government to allow unrestricted advertising and promotion of tobacco. Thus cigarette smoking in developed countries will be rapidly expanding, while in the United States and Western Europe, consumption of cigarettes will still be shrinking.

The economic benefits of these domestic cigarette sales are no better than those of a national lottery: money already available within the country's economic system is simply transferred, much of it to foreign multinational corporations. But nothing is produced that contributes to the health and well being of the people, unlike the food crops supplanted by tobacco.

It is possible for countries to develop profitable alternative crops to tobacco. Even Zimbabwe had, earlier, successfully subsidized the replanting of thousands of acres of tobacco with maize. But the short term lure of tobacco profits is great. And the political power of tobacco interests even greater.

The cost side of tobacco's economic ledger is grim: death, disease, disability and lost productivity.

In 1980, for example, in the United States there were 325,000 premature smoking related deaths. An additional 584,000 citizens were so disabled they could not work. Nearly 40 billion dollars were lost in medical care costs and productivity: 13.6 billion dollars in medical care costs and productivity; 13.6 billion dollars in medical costs; and 25.8 billion dollars in lost production.

And these numbers do not include taxes lost to the government because of:

- (1) premature death of taxpayers;
- (2) higher insurance premiums which all insurance policy holders are forced to pay;
- (3) the additional costs of welfare support for families which have lost wage earners to smoking;
- (4) the direct costs of payments to disabled workers; and
- (5) the costs of smoking-related fires, which in the United States is estimated to be the largest single cause of household fires (approximately 12% of all such fires).

In Great Britain 50 million days of work are lost each year through smoking related diseases (about four times the number lost through strikes).

Finally, economic reliance on tobacco crops and cigarette sales taxes tends inevitably to inhibit governments which would otherwise be free to respond to the established health risks of smoking. In short tobacco is no bargain. Its economic benefits are imagined, its costs disastrous.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebemos mensagens de duas importantes entidades ruralistas mineiras — a Federação de Agricultura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Senador Firmino — tratando de reivindicações das mais justas da área agrícola e que trazemos ao conhecimento do Senado.

O Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais, Sr. Antônio Ernesto Werna Salvo, alerta para a inconveniência de se importar carne bovina do Mercado Comum Europeu, que o Governo estaria propenso a por em execução e que traria imensos prejuízos à produção nacional.

O apelo daquela autoridade é o seguinte:

"Com os nossos cumprimentos, voltamos à presença de Vossa Excelência para informar que circulam rumores de que, por pressão dos industriais, está novamente o Governo Brasileiro propenso a admitir a importação de carne bovina do Mercado Comum Europeu.

Reiteradas vezes demonstramos que o Brasil não necessita dessa importação para seu abastecimento. É apenas um negócio lucrativo para poucos, em detrimento de toda a produção nacional.

Conclamamos Vossa Excelência a tomar posição patriótica e fazer pronunciamento em defesa do produtor nacional contra este absurdo, ainda quando se sabe que o MCE impõe todo tipo de restrição à importação de produtos brasileiros."

Já o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Firmino, Sr. Antônio José da Silva, está solicitando a criação de um posto de saúde para atendimento médico-hospitalar dos trabalhadores rurais:

"O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Firmino/MG, com objetivo de proporcionar aos trabalhadores rurais da região, uma maior assistência social, vem, através de seus representantes, solicitar de V. Ex^a a criação de um posto de saúde nas condições de atender aos seus associados uma assistência médico-dentária, laboratorial e hospitalar.

Reforçamos a nossa solicitação, uma vez que já existe no FUNRURAL/Ministério da Previdência e Assistência Social em Minas Gerais, um pedido para a efetivação de um convênio na região.

Na oportunidade, estamos encaminhando em anexo, um abaixo-assinado contendo 1.4300 assinaturas, representando a solicitação de 6.000 trabalhadores da região.

São os termos em que pedimos e aguardamos deferimento."

Deixamos aqui consignados esses dois registros, esperando um esclarecimento da Liderança do Governo sobre a notícia de importação de carne e uma solicitação à Delegacia Regional do Ministério da Previdência e Assistência Social para que atenda a pretensão daquele Sindicato.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU DISCURSO:

Senador Firmino/MG, 17 de setembro de 1984.
Do: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Firmino/MG

Ao: Exellentíssimo Sr.

Dr. Itamar Franco

DD. Senador da República Federativa do Brasil

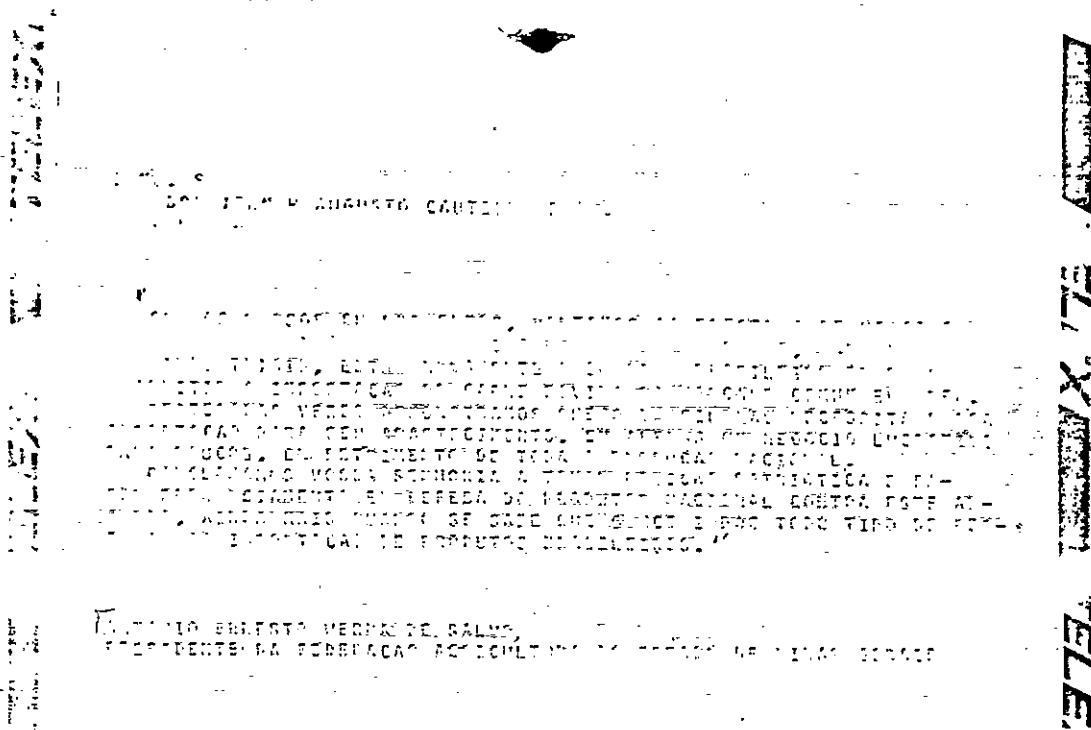
O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Firmino/MG, com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores rurais da região, uma maior assistência social, vem através de seus representantes solicitar de V.

Ex^a a criação de um posto de saúde nas condições de atender aos seus associados uma assistência médico-dentária, laboratorial e hospitalar.

Reforçamos a nossa solicitação, uma vez que já existe no FUNRURAL/Ministério da Previdência e Assistência Social em Minas Gerais, um pedido para a efetivação de um convênio na região.

Na oportunidade, estamos encaminhando em anexo, um abaixo-assinado contendo 1.300 assinaturas, representando a solicitação de 6.000 trabalhadores da região.

São os termos em que pedimos a aguardamos deferimento. — Antônio José da Silva. — Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é na Amazônia onde mais se faz sentir a força potâmica dos rios que, segundo o insigne brasileiro Leandro Tocantins, comandam a vida.

Com a maior malha potâmica do mundo, a Amazônia está sujeita às influências hídricas em todos os seus segmentos.

Ali, onde os rios exercem influências em todos os níveis, deram origem a muitas cidades, vilas, lugarejos, mas também cobrem, de quando em quando, de luto e dor centenas de lares.

Se no Amazonas, Srs. Senadores, os rios comandam a vida, paradoxalmente decretam muitas vezes a morte.

A imprensa tem noticiado, com incômoda frequência, desastre e naufrágios de barcos que navegam àqueles rios, e que são os únicos meios de transporte, na maior parte, daquela Região.

O Estado do Amazonas não tem, pelo menos de forma eficiente e regular, sistema de transporte fluvial. O transporte é feito por barcos particulares, sem quase nenhuma rentabilidade devido às grandes distâncias e aos altos custos dos combustíveis; isso resulta sempre no excesso de carga e na superlotação que tem causado tantas tragédias com tão pesado tributo de vidas humanas.

Tem-se apelado à Capitania dos Portos para que exerça uma maior fiscalização, o que esperamos que aconteça, mas essa fiscalização não resolverá por si só o problema.

A navegação na Amazônia está, há muito, a reclamar maior atenção, e uma política de incentivos ao pequeno empresário que se dedica à exploração do transporte de carga e de passageiros em águas internas; afinal, devemos levar em consideração que os rios são o único meio de acesso a muitos Municípios, vilas e lugarejos do Amazonas.

O Amazonas, deveria ser, entendemos, a sede dos serviços da Empresa de Navegação da Amazônia S.A. — ENASA, que inexplicavelmente ainda opera no Estado do Pará e, com a desativação da chamada "frota branca", não oferece mais serviço à população ribeirinha porque os novos barcos são mais turísticos que de carga, e os preços das passagens os tornam inservíveis para os habitantes das barrancas do baixo Amazonas.

Sem medidas concretas de atendimento à população ribeirinha com transporte regular e acessível, o interior do Amazonas se esvaziará cada vez mais, pois o caboclo, esmagado pela solidão, virá inchar mais a periferia de Manaus.

Esperamos que o Ministério dos Transportes possa atentar para a necessidade de medidas especiais que possam atender à população que vive nos rios interiores da Amazônia e promover assim o seu bem-estar e desenvolvimento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Finanças**.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de **Economia**, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas;
- de **Finanças**, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- **Educação e Cultura**.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

- de **Transportes, Comunicação e Obras Públicas**, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;
- de **Finanças**, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e
- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1984 (nº 2.867/76, na Casa de origem), que introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias, tendo

PARECERES, sob nºs 299 e 300, de 1984, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Legislação Social**, contrário.

6

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

- de **Legislação Social**, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e
- de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

7

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que estabelece abatimento nos preços de derivados do petróleo e do álcool, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos, tendo

PARECER, sob nº 533, de 1984, da Comissão

- de **Redação**, oferecendo a redação do vencido.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 240/84, do Senador Virgílio Távora, solicitando seja o projeto submetido a votos, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.)

8

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1982, de autoria da Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 23 a 25, de 1984, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Finanças; e
- de **Finanças**, favorável, nos termos de substitutivo que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 46 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 4-10-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO — Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Lei Complementar nº 25 trata da remuneração dos Srs. vereadores de todo o País. Ela foi alterada pela Lei Complementar nº 38, no seu art. 7º, transformando o enunciado desse artigo, de sorte a permitir que as despesas com subsídios de vereadores pudessem atingir ao máximo de 4% da receita realizada pelo município, no exercício anterior.

Apresentei, no corrente ano, um projeto de lei, alterando esse dispositivo para 6% da arrecadação do município, no exercício anterior, atendendo a anseio de vereadores de todo País, em virtude dos elevadíssimos índices inflacionários e a defasagem extremamente grande, de um ano para o outro, na remuneração de todos os vereadores do Brasil.

O art. 7 da Lei Complementar nº 5, trata especificamente do teto da remuneração de todos os vereadores brasileiros. Pelo estabelecido atualmente, os vereadores, com seus subsídios, não poderão ultrapassar a 4% da receita realizada pelo município no ano anterior.

Pede-se, através do projeto que apresentei, que esse teto passe a ser de 6% da receita arrecadada no ano anterior. Não se trata, por conseguinte, da receita prevista nesse mesmo ano, mas da receita realizada efetivamente no ano anterior.

Além disso, Sr. Presidente, nós todos, Senadores, recebemos, por parte dos vereadores de inúmeros pontos do país, solicitações para que se alterasse também o piso salarial dos vereadores. O art. 2º da mesma lei complementar estabelece o piso salarial dos vereadores, fixando-o em 3% da remuneração dos deputados estaduais. Em vista disso, e como havia impossibilidade técnica de apresentar-se essa emenda durante a tramitação nas comissões técnicas da Casa, é que tomei a decisão de apresentar um substitutivo que incluísse a alteração também do piso salarial de vereadores, passando-o de 3% da remuneração dos deputados estaduais do mesmo Estado para 6% da remuneração dos mesmos deputados.

Quero informar aos Srs. Senadores que esta é uma medida extremamente justa. Atualmente, esses 3% da remuneração do deputado estadual significam apenas 146 mil cruzeiros mensais, que transformados em piso representando 6% da remuneração dos deputados estaduais, passariam a significar 292 mil cruzeiros mensais de remuneração aos vereadores de cerca de 70% dos municípios brasileiros.

Este é o motivo pelo qual me obriguei tecnicamente a apresentar um substitutivo ao projeto de minha própria autoria. E fique bem claro: não se trata de alterar a proposta que fiz anteriormente, mas apenas de acrescentá-la a uma mudança no piso de remuneração de todos os vereadores brasileiros.

O Sr. Marcondes Gadelha — Isso não obriga um retorno às Comissões?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Não, porque o projeto está em regime de urgência. Portanto, os pareceres podem e devem ser colhidos no Plenário, no decorrer desta sessão.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HENRIQUE SANTILLO NA SESSÃO DE 4-10-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mantém-se ampliada a crise da Previdência Social no País. A sobrecarga que se estabeleceu à sociedade brasileira, aos assalariados, principalmente, através do aumento da alíquota, do imposto sobre os artigos considerados supérfluos, das ORTN chamadas "biodegradáveis" que acabaram sendo bancadas pela sociedade como um todo, da quota da venda de combustíveis alterada, mais recentemente, não representam senão medidas paliativas. O déficit, no presente exercício, ainda assim, alcançará a soma de quase 2,5 trilhões de cruzeiros, apesar de tudo.

Na verdade, ao lado dos altos custos administrativos, a grande causa dessa crise é a recessão econômica e político-econômica adotada pelo Governo, ampliando-se o desemprego e reduzindo-se perversamente a massa salarial do País.

Ao lado dessa sobrecarga paga pelos trabalhadores, reduziram-se, em alguns casos drasticamente, os serviços prestados à população previdenciária, sobretudo na área da assistência médica. Paga-se mais por menos serviço prestado e mais precariamente.

A redução da assistência médica à população pelo INAMPS, através de restrições sempre maiores às internações hospitalares e aos exames complementares, tem repercussões ainda maiores, quando se sabe que o desemprego, o subemprego e os baixos salários, por serem responsáveis por maiores carências da população, agravam ainda a saúde média dos trabalhadores brasileiros. Certamente em período como o que vivemos, acentuam-se as pressões sobre os serviços médico-hospitalares da Previdência Social, bem como se ampliam as necessidades de licenças para tratamento de saúde. Aumenta, por conseguinte, a perversidade do sistema de assistência médico-hospitalar restritivo imposto pelo INAMPS.

O sistema em referência reduziu drasticamente a assistência médico-hospitalar, aumentando o morbidade das doenças que assolam a população brasileira, possuidora de elevadíssimos índices de desnutrição.

O sistema de pagamento por patologia, e não pelos serviços ao doente, lesa o hospital, lesa o médico e, principalmente, lesa o previdenciário.

Baseia-se em médias e ignora o aspecto humano, individual e biológico do doente. Para esse sistema, não há doentes e sim doenças. Cada doente submete-se a um "pacote" em que estão limitados tempo de internação, medicamentos, serviços profissionais e hospitalares.

A aplicação desse sistema está gerando gravíssimas distorções na assistência médica do País, provocando ainda maiores conflitos no já conturbado relacionamento médico-paciente, em prejuízo de ambos. Médicos e hospitais que tentam aplicar rigidamente o sistema acabam incorrendo até na negação de valores humanos fundamentais, ferindo profundamente o Código de Ética Médica. Na verdade, os previdenciários são maltratados, os hospitais levados à falência e os médicos ao desespero.

Como todos os que trabalham e produzem neste País, os médicos também têm sido vítimas do arrocho salarial, do desemprego e do subemprego, de impostos crescentes, da elevação estonteante do custo de vida e da piora da qualidade dos serviços públicos. Honorários, salários e outras formas de pagamento por serviços médicos têm diminuído assustadoramente, bastando lembrar que, enquanto o salário mínimo aumentou 74 vezes nos últimos 8 anos, a quantia paga aos médicos para fazerem diversos tipos de cirurgia, por exemplo, aumentou apenas 16 vezes. E para atender consultas em ambulatorios, cerca de 26 vezes. Basta dizer que o médico recebe, hoje, por uma consulta que precisaria durar, no mínimo, 30 minutos, a irrisória importância de Cr\$ 2.080,00.

Por outro lado, a rede hospitalar, sobretudo os pequenos e médios hospitais de todo o País, estão sendo levados à falência e ao total desmantelamento por falta de novas aplicações indispensáveis à sua manutenção, com seríssimos riscos para o povo brasileiro.

São 339.331 leitos hospitalares contratados pelo INAMPS à rede privada e 9.070 leitos próprios da Previdência Social.

No pagamento por patologia, a diferença do INAMPS para outras instituições é sempre muito grande. Um parto normal, por exemplo, com previsão de 3 dias de internação hospitalar, enquanto o INAMPS paga ao hospital apenas Cr\$ 26.811,00 de taxas e diárias, o Banco do Brasil paga Cr\$ 114.375,00, o Banco de Crédito Real Cr\$ 182.464,00, e o Banco do Estado de S. Paulo, Cr\$ 109.600,00. Uma cesariana, enquanto o INAMPS paga Cr\$ 40.600,00, o Banco do Brasil paga Cr\$ 187.500,00 e o Banco de Crédito Real, Cr\$ 291.730,00 e o próprio IAPAS, para seus servidores, Cr\$ 142.450,00. Uma apendicectomia, o INAMPS paga Cr\$

36.611,00, o Banco do Brasil Cr\$ 174.375,00 e o Banco de Crédito Real Cr\$ 279.640,00. A mesma proporção permanece para todos as demais patologias.

Para as diárias hospitalares das patologias clínicas as diferenças ainda são em maior proporção. Enquanto o INAMPS paga Cr\$ 4.900,00 por diária, o Banco do Brasil paga Cr\$ 30.000,00, e o Banco de Crédito Real paga Cr\$ 48.588,00.

Para as consultas médicas, as diferenças são também muito grandes. O INAMPS está pagando apenas Cr\$ 2.080,00 por consulta médica ou por paciente, dia de internação hospitalar horário médico, enquanto o Banco do Brasil está pagando, por exemplo, Cr\$ 12.200,00 e por uma consulta particular se cobram mais de Cr\$ 20.000,00 em média.

Isso tudo compõe um quadro já de todo insuportável a pacientes, a médicos e a hospitais. Honorários médicos como estes e tabelas de pagamento hospitalar como estas constituem permanente estímulo às fraudes na Previdência Social, sobretudo na assistência médica.

Po outro lado, é preciso que se saiba não estar a Previdência Social credenciando novos serviços médicos-hospitalares há mais de quatro anos, enquanto a população brasileira aumentou pelo menos em 10 milhões de pessoas no mesmo período. Esse fato é responsável por aumento ainda maior da pressão popular sobre os serviços médico-hospitalares, aprofundando-se os conflitos no relacionamento médico-paciente, em detrimento é claro de ambas as partes.

É preciso, é certo, ir às causas do déficit previdenciário. Concorde-se com isso, e com muita urgência. Essas causas, algumas são conjunturais, como já se enumerou, outras são, no entanto, estruturais. Sua história é muito generosa a nos mostrar que desde o seu princípio ela vem acompanhada de erros, fraudes e descalabros administrativos. As fraudes e os desperdícios, os rombos de todas as espécies, certamente se combatidos com eficácia, haveriam de ser suficientes, ou quase, pelo menos para cobrir seus déficits.

Eu mesmo tive oportunidade de fazer prova Sr. Presidente há 3 anos, desta tribuna, dos gastos perulários e dos desvios financeiros da previdência, ao sabor do tráfico de influência política e de seu gerenciamento, nos Estados e Municípios, entregue a políticos derrotados.

Não se pode é admitir cortes drásticos na assistência médica a um povo deprimido e doente, como forma de redução de déficits, o que é injusto, de um lado, e ineficaz, de outro.

Na verdade, ao longo dos últimos 10 anos, a participação da assistência médica nos gastos totais da previdência tem decrescido, não se podendo creditar, portanto, os seus graves problemas a essa área, que é a área da assistência médica.

Certamente, é preciso que se corrijam todas as distorções e se combatam as possíveis fraudes, melhorando o padrão de eficiência e eficácia, pois é absolutamente correto que se poderia tirar maiores proveitos dos gastos previdenciários. Não se trata, como se vê, de se gastar menos com assistência médica, pois se gasta pouco, mas sim de se gastar melhor, com maiores retornos sociais e econômicos, sem insuportáveis sacrifícios à empobrecida população previdenciária.

Certamente, será preciso priorizar a atenção primária à saúde, num País de dezenas de milhões de doentes endêmicos e subnutridos e com cidades se hipertrofiando, sem adequada infra-estrutura de saneamento. Também é preciso que se remunere condignamente a seus agentes (médicos e demais profissionais da saúde) e não se destrua a rede hospitalar que já se tem implantada.

É preciso que se reajustem as diárias hospitalares de acordo com o índice inflacionário se não será o caos. O último reajuste se fez em janeiro do corrente ano, e de apenas 65%, com uma inflação superior a 120% nos

primeiros 9 meses do ano. O valor da consulta médica reajustou-se em 100% nos últimos 12 meses, para um índice inflacionário de 212%. A defasagem é de tal ordem que o próprio INAMPS, para seus servidores, na mesma rede hospitalar, paga diárias de valor quatro vezes maior que as dos previdenciários de um modo geral. A consulta médica é paga segundo valor 2 vezes e meia maior.

Nessa fase, portanto, de conjuntura difícil, não se pode perder de vista a necessidade de ações que evitem o sucateamento de toda a infra-estrutura de saúde do País, cujos preços de implantação foram pesados a toda a sociedade brasileira.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Henrique Santillo, ouço com a máxima atenção este oportuno discurso de V. Ex^a, que vem lastreado de dados positivos, que lhe foram fornecidos por quem, na verdade, tem conhecimento da situação do INAMPS, da Previdência Social. Nesta Casa, ainda está em funcionamento a Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência Social. Foram ouvidas várias testemunhas, representantes de sindicatos, trabalhadores, representantes de serviços médicos. O próprio Presidente do INAMPS, Dr. Aloysio Salles, esteve presente por três vezes, e foi muito atencioso em receber as convocações daquela Comissão. Eu desejo dizer a V. Ex^a, como Vice-Presidente que sou dessa Comissão, já que a Previdência é ocupada pelo ilustre Senador catarinense, Dr. Jaison Barreto, que nessa Comissão uma coisa ficou logo patente e esclarecida: todo mundo culpa o INAMPS, dizendo que é ele quem absorve todo o dinheiro da Previdência Social, quando isso não é verdade, em absoluto. Ficou demonstrado, naquela Comissão, que dos oito trilhões, aproximadamente, da Previdência Social, não chegavam a 1/3 o que o INAMPS recebeu, para dar essa assistência médica, como V. Ex^a bem demonstrou, por demais precária. V. Ex^a fez um comparativo das cirurgias, por exemplo, pagas pela Previdência Social, pelo Banco do Brasil, e bancos particulares e outras entidades. Citou o preço de uma apendicectomia e eu quero dizer a V. Ex^a que os médicos da Previdência não querem mais fazer fimoze, por ser irrisório o preço. Não querem fazer mais amigdalectomia, porque também é irrisório o pagamento. Acha que não é possível o pagamento que se dá ao profissional por uma fimoze, por uma amigdalectomia e outras cirurgias como a própria apendicectomia que não deixa de ser uma operação de risco, como um abdome agudo, e tudo o mais por apenas Cr\$ 36.000,00. Foi o que V. Ex^a apontou. Pois bem, foi lembrada naquela comissão, a necessidade de o INAMPS passar para o Ministério da Saúde, com respaldo financeiro, para dar uma assistência previdenciária à altura das necessidades do previdenciário brasileiro. Esta é a realidade. Eu já contei nesta Casa, e repito para figurar como um dado neste brilhante discurso de V. Ex^a, o caso acontecido quando o Dr. Harry Graeff era o Presidente do INAMPS. Constatei o fato porque recebi vários telegramas do Nordeste, atravessando aquela fase de seca, em que não havia propriamente doença, havia era fome, as crianças morrendo de inanição. Não sei por que cargas d'água o Dr. Harry Graeff, sem qualquer portaria, apenas oralmente, mandou diminuir o número e internações em todos os hospitais particulares credenciados pelo INAMPS, da Amazônia à Bahia. Enquanto isso, conservou todos os internamentos hospitalares do Sul, do Centro-Sul e do Sudeste. Naquele ponto em que não havia o estio, ele não diminuiu um internamento sequer. Eu fui ao Ministro Jair Soares e quando falei sobre o assunto S. Ex^a ficou estarelecido, porque não tinha

conhecimento daquilo. Eu disse: V. Ex^a não teve conhecimento, porque, de fato, foi uma coisa verbal, não houve nenhuma portaria escrita, como eu tive ciência depois. Não houve uma portaria do Dr. Harry Graeff, Presidente do INAMPS, limitando internamento para os hospitais do Norte e Nordeste. Eu cito este fato porque a minha senhora é Presidente da Sociedade Auxiliadora do Serviço de Proteção à Meternidade e Infância de Maranguape que mantém o Hospital-Maternidade daquela cidade do Ceará. Pois bem, com a ordem do Dr. Harry Graeff, cinco enfermarias foram fechadas e tivemos que dispensar, naquela ocasião de seca e de miséria, nada menos que 32 pobres funcionários, porque não tínhamos como suportar o encargo da Previdência Social. Eu sempre conversei com o Dr. Aloysio Salles. Ele, na verdade, é um homem sensível, mas o que acontece? O próprio Ministro Jarbas Passarinho confessou e tem sido dito em repetidas entrevistas à imprensa que, se o Ministro do Planejamento não liberar, o mais rápido possível, pelo menos um trilhão de cruzeiros, para a Previdência Social os hospitais brasileiros fecharão as portas, porque não poderão continuar dentro dessa situação que V. Ex^a acaba de expor ao Senado Federal. Por conseguinte, acho que a culpa é da falta de estrutura. Nós temos uma Previdência Social precisando de assistência médico-hospitalar e ambulatorial. É uma assistência sem estrutura financeira porque está-se a explorar o médico e o paciente não é bem atendido, como V. Ex^a esclareceu em seu brilhante discurso. Era só, apenas esses dados que queria apresentar a V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Tem V. Ex^a inteira razão; os gastos com a assistência médica em relação aos gastos totais da Previdência Social têm se reduzido, ao longo desta última década, de cerca de 33%. Hoje, estão estacionados em torno de 25 a 26% de todas as despesas da Previdência Social brasileira. Por outro lado, tem V. Ex^a razão quando diz que essa é uma das causas do desemprego, ou seja, a atitude do INAMPS. A política orientada pelo INAMPS em relação aos hospitais, ao tratamento médico-hospitalar, também é causa de desemprego. A rede hospitalar brasileira está desempregando os seus funcionários em massa. Posso dizer-lhes, Srs. Senadores, que em relação ao que ocorria, há dois anos, no País, a rede hospitalar brasileira, hoje, emprega pouco mais da metade do pessoal que empregava.

Está havendo, portanto, uma débacle do setor médico-hospitalar brasileiro. A população brasileira não tem como pagar assistência médica, sobretudo assistência hospitalar. Apenas uma faixa reduzidíssima da população brasileira, hoje, está em condições de pagá-la. Nem a classe média brasileira tem hoje condições de pagar assistência hospitalar, esta é a verdade. Isso tem permitido, no Brasil, a ocupação de espaços por empresas de medicina estrangeiras, multinacionais, pelo sistema de medicina de grupo, que estão ocupando esse espaço em detrimento da saúde da população e dos interesses nacionais, sobretudo dos interesses dos trabalhadores brasileiros, da população brasileira.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — É, portanto, uma denúncia que precisa ser enfatizada com veemência e com insistência, para que alguma coisa se possa fazer. Não é justo que se cometa uma perversidade com a população brasileira, sobretudo com a população trabalhadora do País; sob a alegação de que é preciso que se cortem despesas com a assistência médica para reduzir o déficit previdenciário. Isto, além de perverso, é ineficaz. Na verdade, quaisquer que sejam os cortes com as despesas de assistência médica, nunca irão resolver o gravíssimo problema de déficit previdenciário neste País.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador, gostaria de dar um esclarecimento a V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Todos nós sabemos que esse problema do déficit só será resolvido, primeiramente, quando a gestão do Fundo Previdenciário for democratizada, com a participação nele de todos os segmentos da sociedade que para ele contribuem, para que deixem de existir as fraudes, os descalabros e as distorções administrativas que oneram os seus custos; em segundo lugar, quando este País tiver democracia e se retomar o desenvolvimento nacional para que o desemprego e o subemprego se reduzam e para que os trabalhadores brasileiros comecem a ganhar melhor. Só a partir daí, então, é que teremos uma solução para a crise previdenciária e não com a perversidade de cortes com as despesas de assistência médica em gastos que já são pequenos.

O Sr. Almir Pinto — Eu só quero esclarecer a V. Ex^a que anteontem — com a permissão do nobre Senador Humberto Lucena, pois serei brevíssimo — recebi telefonemas do Ceará, segunda-feira mais ou menos, que me davam contas exatamente disso: que teria havido mais uma ordem para cortar 25% dos internamentos, nos hospitais do Ceará.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Tem razão, V. Ex^a. As reduções já atingem, nos últimos dois anos, mais de 50% da capacidade hospitalar do País, contratada pelo INAMPS. Existem 339 mil leitos hospitalares da rede privada, contratados pelo INAMPS, e a metade disso encontra-se ocioso por falta de pagamento, por falta de autorização para a sua utilização, enquanto a população brasileira morre à míngua.

Sabemos que existiram e existem fraudes, desvios e abusos. Mas não será assim que nós poderemos combater esses desvios, essas fraudes e esses abusos, e não é direito, não é certo, não é correto que pague por isso, mais uma vez, a população trabalhadora brasileira.

Ouçó o eminente Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Subscrevo, em nome da nossa Bancada, integralmente, o pronunciamento de V. Ex^a que, como sempre, traz ao Senado assunto da maior importância, qual seja, a crise hoje da Previdência Social, em cujo contexto se insere, de modo cada vez mais grave, o problema da assistência médica. Lembro a V. Ex^a, a título de colaboração, que há poucos dias apresentei ao Senado um projeto de lei autorizando o Poder Executivo a aplicar durante cinco anos, pelo menos, 25% dos recursos do FINSOCIAL, que vão hoje a trilhões de cruzeiros, justamente no custeio da assistência médica da Previdência Social. Porque, se há as distorções a que V. Ex^a se refere dentro da sua denúncia veemente, existe também a falta de recursos que a todo momento é alegada pelo Sr. Ministro da Previdência e pelo Presidente do INAMPS. Podendo, se há recursos a que poderíamos chamar de ociosos, que estão sendo aplicados ao livre alvedrio do Senhor Presidente da República, e que são os do FINSOCIAL, sem nenhum retorno de caráter econômico-social, melhor seria que parte substancial desse recurso do FINSOCIAL servisse para socorrer a assistência médica da Previdência Social.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço a V. Ex^a. Vê bem V. Ex^a que são comuns as acusações, por exemplo, de que existem fraudes e distorções, e isto é verdadeiro. Quero dizer-lhes, no entanto, Srs. Senadores, uma coisa: pela experiência que tenho como médico, e como médico credenciado pela Previdência Social brasileira que o sistema adotado pelo INAMPS e a política de saúde adotada pelo Governo, na verdade, acobertam e estimulam as fraudes e as distorções.

O Sr. José Fragelli — É verdade!

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Esta é a grande verdade! Houvesse justiça no tratamento com a classe médica, e eu lhes digo com toda a certeza, essas fraudes e essas distorções talvez se reduzissem totalmente, de forma total e cabal. Esta é uma verdade incontestável. Não se pode conceber que um médico possa tratar bem um cliente, fazer-lhe uma consulta adequada, ganhando a miséria de Cr\$ 2.080,00 é incôncelável! E mais, um hospital não terá como deixar de fraudar com a diária hospitalar de Cr\$ 4.000,00 isto não lhe dá nem mesmo para o pagamento do pessoal menos qualificado, para manter esse leito. É o próprio INAMPS, é a própria política do Governo que está a estimular, cada vez mais acentuadamente, a fraude e a distorção.

Poder-se-ia dizer, então, que os médicos, que os hospitais deveriam se descredenciar, desligando-se da Previdência Social. Isto é muito fácil de dizer, é o mesmo que se dizer aos agricultores brasileiros que, diante dessa política agrícola injusta que aí está, deixassem de plantar. Pessoas de bom-senso sabem que isto é impossível; sabem que o encadeamento da atividade econômica de qualquer empresa, ou de qualquer pessoa, acaba por obrigar a novos investimentos, caso não queira perder tudo o que fez na sua vida até aquele momento. O mesmo acontece com os hospitais, o mesmo acontece com os médicos: os hospitais entrariam imediatamente em falência, porque a população brasileira, na sua quase totalidade, não tem condições, não tem poder aquisitivo, não tem remuneração suficiente para pagar a assistência médica diretamente.

Por isso mesmo, meu caro Líder, porque a Previdência Social está adotando uma política altamente restritiva, injusta e perversa, é que os seguros-saúde privados, dominados hoje quase totalmente por empresas estrangeiras, estão ocupando espaço, vendendo ilusões através de publicidade fácil nos meios de comunicação de massa, vendendo ilusões, vendendo mentiras, porque, na verdade, anunciam um serviço que não terão condições de prestar ao paciente, ao assegurado, quando dele necessitar. Esta é outra grande verdade. É uma forma de se iludir a opinião pública brasileira, é uma forma de se enganar o povo brasileiro, e também uma forma de fazer a classe médica ainda mais subalterna, subempregada a terceiros, com salários de miséria, com salários de fome, com salários vergonhosos. E dizer aos médicos formados nas universidades brasileiras, via dessa política educacional falida, que não aceite o subemprego é o mesmo que lhe dizer: abandone a sua profissão, pegue o cabo da enxada ou morra de fome. Não será com esse tipo de comportamento reacionário que iremos resolver os problemas brasileiros, sobretudo os problemas que são consequência da crise previdenciária brasileira. Não há de ser assim.

Deixo aqui, portanto, Sr. Presidente, o meu veemente protesto em relação a essa política, o meu veemente protesto em relação a esse sistema de assistência médica, o meu mais veemente repúdio em nome dos médicos deste País, mais que isto, estou certo, em nome daqueles que são os mais lesados, que são os previdenciários brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA, NA SESSÃO DE 4-10-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 2º, do Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, resolveu designar o eminente Senador Aderbal Jurema para, na qualidade de

observador parlamentar, integrar a delegação do Brasil, à 39ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

É despiçando falar dos méritos do escolhido, da sua longa vivência em eventos internacionais, de maneira que nos congratulamos com Sua Excelência o Senhor Presidente da República pela feliz escolha. Nosso parecer é favorável. (Pausa.)

O Senhor Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 2º, do Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, resolveu designar o eminente Senador Albano Franco para, na qualidade de observador parlamentar, integrar a Delegação do Brasil à 39ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Presidente da Confederação Nacional da Indústria, participe de várias delegações brasileiras ao exterior, máxime aquelas referentes aos nossos acordos

internacionais, principalmente no GATT, o ilustre Senador Albano Franco, certos estamos, bem desempenhará as suas funções junto à delegação brasileira a essa Sessão da Assembleia Geral da ONU.

O nosso parecer é favorável. (Pausa.)

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, de acordo com o disposto no art. 2º, do Decreto-lei nº 44.721, de 21 de outubro de 1958, designou o Sr. Senador Itamar Franco para, na qualidade de observador parlamentar, integrar a delegação do Brasil à 39ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Espírito combativo, altamente trabalhador, eficiente, S. Exª, não temos a menor dúvida, representará muito bem esta Casa junto àquela Assembleia Geral.

O parecer da Comissão é favorável.

PORTARIA Nº 47, DE 1984

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve:

Designar Antônio Carlos Simões, Assessor Legislativo, Ubaldo Gonçalves, Técnico Legislativo, Mário Sérgio da Silva Martins, Técnico Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 011742848, nos termos do artigo 481 e § 1º do Regulamento Administrativo.

Senado Federal, 8 de outubro de 1984. — Lutz do Nascimento Monteiro, P/Diretor-Geral.